



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania

SABRINA DE OLIVEIRA SILVA TELLES

**REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES
E FEMINISTAS COM O GOVERNO DILMA ROUSSEFF**

SALVADOR
2018

SABRINA DE OLIVEIRA SILVA TELLES

**REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES
E FEMINISTAS COM O GOVERNO DILMA ROUSSEFF**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais e Cidadania. Área de Concentração: Movimentos Sociais, Gênero, Movimento Feminista.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio André de Souza

**SALVADOR
2018**

Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

T274 Telles, Sabrina de Oliveira Silva
Repertórios de interação dos movimentos de mulheres e feministas com
governo Dilma Rousseff/ Sabrina de Oliveira Silva Telles. – Salvador, 2018.
122 f.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio André de Souza.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania.

1. Gênero 2. Movimentos Sociais 3. Movimentos de Mulheres
4. Movimentos Feministas 5 Governo Dilma Rousseff I. Souza, Cláudio André
de - Orientador II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa
e Pós-Graduação III. Título.

CDU 316.346.2-055.2

TERMO DE APROVAÇÃO

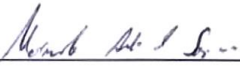
SABRINA DE OLIVEIRA SILVA TELLES

“REPERTÓRIOS DE INTERAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS COM O GOVERNO DILMA ROUSSEFF”

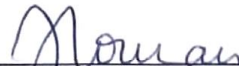
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador.

Salvador, 31 de agosto de 2018.

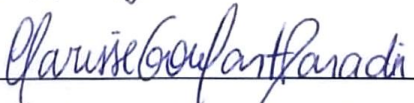
Banca Examinadora:



Prof.(a) Dr.(a) Cláudio André de Souza - UNILAB/UCSAL (orientador)



Prof.(a) Dr.(a) Julie Sarah Lourau Alves da Silva - UCSAL



Prof.(a) Dr.(a) Clarisse Goulart Paradis - UNILAB

A minha mãe, “*como se dissesse água*”.

AGRADECIMENTOS

Aproveito este espaço para agradecer a:

Minha Mãe, “mulher do fim do mundo”, que solidamente cantará até o fim; e que trilha comigo cada passo, me ensinando e criando todas as condições para que eu siga;

Meu irmão que faz com que eu relembre sempre dos meus porquês, trazendo luz SOLar aos meus pensamentos;

Meu Pai e Dinda; Tia Lourdes e Tia Dora; Tia Cláudia, Tia Adriana, minha Vó e familiares que se fazem tão presentes, pelo carinho e por estarem sempre dispostos a contribuir com o meu crescimento;

Minhas amigas que não permitem que eu naufrague, colocando-se sempre como cais onde eu sei que posso ancorar;

Meu orientador Prof. Dr. Cláudio André por concordar em vir e por tecer comigo esse enovelado percurso, desatando todos os nós, com competência, paciência e leveza, se desafiando e me desafiando;

O tempo e a compreensão das Profas. Dras. Clarisse Goulart Paradis e Julie Sarah Lourau Alves da Silva, que compõem a banca e me concederam imensuráveis contribuições, se fazendo essenciais à construção desse texto;

O corpo docente da UCSal, em especial, as Profas. Dras. Fátima Lepikson e Ângela Borges cujo suporte foi se delineando como condição elementar para o fechamento deste ciclo;

Os funcionários da UCSal, em especial, Seu Luis e Neia pelo apoio e por deixarem o dia-a-dia na Universidade mais alegre e prazeroso.

Devo, ainda, a todas as mulheres que encontrei na minha construção enquanto ser social, enquanto feminista, deixando sempre trechos de si e levando consigo, por vezes, trechos de mim.

Graças à Deus e a todas as energias que nos equilibram e que regem este universo!

OSUN JANAÍNA

*Descobri que, para mim,
ser mulher basta.
Para puxar véus,
Levantar saias
Pintar as unhas de vermelho feroz –
mesmo que seja só para depois dizer: para.*

*Ou ver a dança des-contínua do seu corpo
sobre o meu (o meu oposto)
Pelo espelho que se emancipa
das paredes deste quarto
e desta tarde delicada.*

*Mas sempre ser mulher basta:
Posto que é inteiro e vão,
onda que bate na pedra e se despedaça
apenas para voltar inteira
– afogada –
num mar de (in)diferenças
onde cada gota solitária e única
forma um discurso descomposto,
cambiante,
plural:
Mesmo quando me atiro sobre esta pedra,
que me rechaça.*

(Lívia Natália, em *Água Negra e Outras Águas*, p. 33)

RESUMO

Este trabalho propõe-se a analisar os repertórios de interação dos movimentos de mulheres e feministas durante o Governo Dilma (2011-2016), se fazendo relevante por trazer um recorte político e temporal que ainda foi pouco estudado - especialmente, por se tratar de um período recente. Estes movimentos trilham em todas as suas vertentes, um longo processo de organização interna, de articulação entre si e com o Estado brasileiro para que as reivindicações sejam consolidadas ouvidas e atendidas. À luz da Teoria do Processo Político, através de pesquisa qualitativa, exploratória, bibliográfica e documental, nos utilizamos de quatro categorias a priori que permitiu compor um campo relacional entre movimentos e governo, Estado e sociedade civil.

Palavras-Chave: Gênero, Movimentos Sociais, Movimentos de Mulheres, Movimentos Feministas, Governo Dilma Rousseff.

RESUMEN

Este trabajo se propone analizar los repertorios de interacción de los movimientos de mujeres y feministas durante el Gobierno Dilma (2011-2016), haciéndose relevante por traer un recorte político y temporal que aún ha sido poco estudiado - especialmente, por tratarse de un " período reciente. Estos movimientos trillan en todas sus vertientes, un largo proceso de organización interna, de articulación entre sí y con el Estado brasileño para que las reivindicaciones sean consolidadas, oídas y atendidas. A la luz de la Teoría del Proceso Político, a través de investigación cualitativa, exploratoria, bibliográfica y documental, nos utilizamos de cuatro categorías a priori que permitieron componer un campo relacional entre movimientos y gobierno, Estado y sociedad civil.

Palabras clave: Género, Movimientos Sociales, Movimientos de Mujeres, Movimientos Feministas, Gobierno Dilma Rousseff.

ABSTRACT

This paper proposes to analyze the interaction repertoires of the women's and feminist movements during the Dilma Government (2011-2016), becoming relevant for bringing a political and temporal cut that has not yet been studied - especially since it is a recent period. These movements have a long process of internal organization, of articulation with each other and with the Brazilian State, so that the demands are consolidated, heard and answered. In the light of Political Process Theory, through qualitative, exploratory, bibliographical and documentary research, we used four a priori categories that allowed us to compose a relational field between movements and government, State and civil society.

Keywords: Gender, Social Movements, Women's Movements, Feminist Movements, Dilma Rousseff Government.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Quadro 1 – Apresentação das Ministras que compuseram o Governo Dilma Rousseff segundo cargos ocupados e os respectivos períodos, Salvador-Bahia, 2018.	101
------------------	--	------------

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 -** Figura 1 - Síntese das categorias empíricas relacionadas à composição dos repertórios de interação Estado-sociedade dos movimentos de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff, Salvador-Bahia, 2018. **84**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	17
3. OS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS NO BRASIL.....	20
3.1. OS ANOS 1960 E 1970	23
3.2. OS ANOS 1980.....	29
3.3. OS ANOS 1990.....	40
3.4. O COMEÇO DO NOVO SÉCULO.....	47
4. O GOVERNO DILMA ROUSSEFF	56
5. TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	68
5.1. VERTENTE ESTADUNIDENSE: TEORIA DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS.....	72
5.2. VERTENTE EUROPEIA: TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	74
5.3. VERTENTE ESTADUNIDENSE: TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO	77
5.3.1 O Conceito de Repertório	80
5.3.2 O Conceito de Oportunidade Política	81
6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	84
6.1. PROTESTOS E AÇÃO DIRETA: AS MARCHAS DE MULHERES.....	85
6.2. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICA PARA MULHERES	92
6.3. POLÍTICA DE PROXIMIDADE E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA.....	99
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS.....	110

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos de mulheres e feministas no Brasil, em todas as suas vertentes, vêm percorrendo um longo processo de organização interna, de articulação entre si e com outros movimentos para que as suas reivindicações sejam ouvidas, atendidas e consolidadas, pautando, como estrutural, a questão de gênero em nossa sociedade. Caminho este que não se finda.

Nas eleições presidenciais de 2010, o Brasil elegeu pela primeira vez uma mulher como presidenta da República Federativa, a ex-ministra da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2014, reelegeu-se, sendo que este mandato foi encurtado por um processo de impedimento que se encerrou em 2016. Destacamos, neste governo, período compreendido de 2011 a 2016, ação dos movimentos sociais de mulheres e feministas.

Em consonância com a Teoria do Processo Político, entendemos que o movimento social não é um grupo, mas, sobretudo, é uma forma de interação social, complexa, cujos participantes, em graus distintos, vêm de redes já existentes. As pessoas se conectam pela solidariedade, resultado de um conjunto de pessoas que pertencem a uma mesma categoria e rede interpessoal (BRANDÃO, 2011).

Consideramos que os movimentos sociais compostos, organizados, protagonizados por mulheres são movimentos de mulheres, que se agremiam solidariamente pela categoria gênero e, mais especificamente, devido à desigualdade que elas vivenciam em razão do gênero. Os movimentos feministas também possuem essas características, entretanto, nem todos os movimentos de mulheres vestem o rótulo do feminismo. Alguns por uma questão histórica, ou seja, são anteriores à composição da lógica feminista, outros por uma questão de não se alinharem ao conjunto de ideias e/ou à agenda feminista. Por isso, utilizamos ambas as denominações, tanto no título deste trabalho quanto para compreendê-los.

Por este ângulo, poderíamos pensar que movimentos de mulheres seria uma noção mais ampla, que englobasse os movimentos feministas. Talvez, neste sentido, sim. Contudo, por outro viés, o feminismo ultrapassa o conceito de movimento social, sendo um campo de estudos, um conjunto de teorias, uma epistemologia. Feminismo é uma lente para que possamos entender as diversas sociedades que se estruturam pela desigualdade de gênero e, a partir disso, agir no sentido de minimizar os seus danos na vida das mulheres.

O conceito de gênero, por sua vez, é usado por pesquisadoras como um modelo para compreender a subordinação e opressão das mulheres, entendendo como universais. Todavia, gênero é construído socioculturalmente, não sendo a categoria social “mulher” algo único a nível global. Por conta de tal investida, o gênero se tornou uma das categorias analíticas de maior relevância “na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções” (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 2).

Bairros (1995) nos ensina que a reinvenção da categoria mulher por vezes baseia-se nos mesmos estereótipos que a opressão patriarcal produziu, a ver: a existência de naturezas feminina e masculina que, na prática, é acolhida ao lidar com papéis de gênero. Não só permite o entendimento que as diferenças entre homens e mulheres sejam fatos naturais, como também universaliza a opressão sexista, não relevando que as causas variam a depender do contexto histórico-cultural.

A respeito da definição de opressão, esta mesma autora indica que o feminismo utiliza a noção de experiência: opressiva é então aquela situação que a mulher defina como tal. Dessa forma, fatores como tempo, raça ou classe social podem ser prescindíveis no entendimento. Isto reforça a subjetividade em oposição a objetividade dando vazão à generalizações, e assim experiências localizadas foram tomadas como parâmetros para as mulheres de uma forma geral (BAIRROS, 1995).

Curiel (2007) afirma que desde o surgimento do feminismo, mulheres indígenas, afrodescendentes, dentre outras, têm trazido significativamente ampliação desta perspectiva de forma teórica e política. Estas foram subalternizadas não apenas nas sociedades e nas ciências sociais, como também no feminismo, por conta justamente deste caráter universalista. Elas não respondem ao paradigma universal da modernidade, qual seja: homem branco heterossexual e, a partir de sua subalternidade, impulsionam um novo discurso e uma prática política crítica e transformadora.

É justamente a generalização que gera a invisibilização dos vários feminismos. Não obstante, devemos estar atentas para a pluralidade, julgando ser

importante o uso da expressão: os feminismos¹. Adotamos tal abordagem interseccional, ou seja, considerando variações de raça e classe do feminismo.

O conceito de interseccionalidade é originário do feminismo negro estadunidense, cruza o Atlântico atracando nas feministas negras latinoamericanas, visando nas palavras de Akotirene (2018), “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado” (p. 14). Por esta autora, faz-se imperativo “conceber a existência duma matriz colonial moderna cujas relações de poder são imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, sendo todas merecedoras de atenção política” (p.14).

Assim, os feminismos desenvolvidos na América Latina possui uma perspectiva que julgamos se aproximar mais da brasileira, do que a europeia e estadunidense. Não apenas pelo passado colonial, mas também pela forma como os resquícios que essa ocidentalização povoa nosso pensamento sobre o mundo e, metonimicamente, influencia a produção do conhecimento.

Neste panorama, as feministas negras brasileiras situam as feministas negras estadunidenses. Akotirene (2018) nos faz compreender que:

Com efeito, a interseccionalidade exige orientação geopolítica. [...] Do ponto de vista feminista negro, intelectuais estadunidenses são consideradas como tais – saberes periféricos do lado sul-nortista: é norte porque, dos Estados Unidos, vivem sob a batuta supremacista-imperialista de publicação, difusão e tradução de conhecimento ao resto do mundo e, é sul, pois sofrem racismo e sexismo epistêmico impostos pela geografia do norte global. (AKOTIRENE, 2018, p.27)

Segundo Gargallo (2007), o ideário que sustenta os feminismos latinoamericanos é fruto, como todas as idéias políticas antihegemônicas de um processo de identificação de reivindicações e de práticas políticas que variaram durante sua história. A participação de *comuneras*, *criollas* e indígenas na luta contra o colonialismo foi ampla, mas não reconhecida, e o triunfo dos liberais na maioria do continente não resultou em reconhecimento da igualdade das mulheres. O racismo herdado não permitiu que as mulheres se reconhecessem como tais, deixando-as como categorias ligadas tanto a classe de procedência como ao pertencimento étnico.

Assim, brancas, mestiças, índias e negras não compartilhavam cosmovisões ou espaços sociais, somente o maltrato masculino que, no caso das

¹ Ainda que, ao longo do texto, possa ter a palavra “feminismo” no singular, é relevante apontar que este ainda possui uma perspectiva plural.

últimas, se somava a violência machista e a violência racista (GARGALLO, 2007). A complexidade do feminismo se torna ainda maior com a tomada de consciência dessas mulheres que foram historicamente marginalizadas e quando elas passam a agir, nas esferas acadêmicas, política, social e interpessoal.

Gurgel (2010), afirma que a luta feminista deve construir espaços amplos que articulem e mobilizem cada uma das mulheres através do reconhecimento de suas particularidades. Paralelo a isso, com o reconhecimento das determinações múltiplas que compõem as experiências de ser mulher, quais sejam: classe, raça, geração, sexualidade etc.

Diante disso, se organizam, se articulam, criam redes; os movimentos de mulheres e feministas se formam; e, em variadas oportunidades e de várias formas de ação coletiva, interagem com o Estado.

Assim, temos como objeto os repertórios de interação Estado-sociedade do movimento de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff. Durante este governo e no conturbado fim do seu segundo mandato, presenciamos um período desafiador para a história política brasileira que provocou – e provocará por tempo indeterminado – efeitos desastrosos nas esferas política, social, econômica e cultural, do país.

Nosso objetivo geral consiste, então, em analisar a composição dos repertórios de interação Estado-sociedade do movimento de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff. Para alcançar este escopo, pormenorizamos nossos passos nos seguintes objetivos específicos: realizar levantamento bibliográfico sobre os movimentos de mulheres e feministas no Brasil desde a década de 1960 até o Governo Dilma Rousseff; identificar as rotinas que compõem o repertório de interação Estado-sociedade do movimento de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff; e caracterizar as rotinas que compõem o repertório de interação Estado-sociedade do movimento de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff.

Para tanto, adotamos com adequações a estadunidense Teoria do Processo Político, que traz à análise dos movimentos sociais os conceitos de oportunidade política e de repertório; e, mais especificamente, utilizamos as categorias de análise de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) no que se refere a rotina dos repertórios de ação.

Analisamos três rotinas de interação que compõe os repertórios de interação dos movimentos de mulheres e feministas neste governo: Protestos e Ação Direta: As Marchas de Mulheres; Participação Institucionalizada e as Conferências Nacionais de Política para Mulheres; Política de Proximidade e a Representação das mulheres na Política.

Com o intuito de trilhar esse caminho, julgamos necessário conhecer as teorias dos movimentos sociais, em especial a Teoria do Processo Político, e a trajetória do movimento de mulheres e feministas desde a década de 1960 até o período destacado. Como abordagem metodológica, o trabalho tem natureza qualitativa, exploratória, de base bibliográfica e documental. Posteriormente, à luz desta Teoria, analisamos a partir de quatro categorias a priori.

Este estudo se faz relevante por trazer um recorte político que ainda foi pouco estudado - especialmente, devido aos fatos mais relevantes do objetivo terem eclodido recentemente, além disso, tem minha identificação enquanto mulher feminista e cidadã brasileira, cuja identidade (individual imiscuída com a coletiva) traz inquietações e questionamentos pelo próprio ser nesta sociedade trançada estruturalmente com discriminações pela desigualdade de gênero.

Curiel (2007) me traduz ao afirmar que uma das questões que ela aprende com o feminismo foi “sospechar de todo”, posto que os paradigmas que se assumem, nos diversos âmbitos, estão sustentados em visões e lógicas masculinas, classistas, racistas e sexistas.

Acreditamos que a pesquisadora deve-se despir de certas concepções para a realização da coleta e análise. Não no sentido de alcance de uma neutralidade, pois isso já é sabido que não é possível no fazer científico especialmente nas ciências sociais. Pois não conseguiremos abandonar, durante a pesquisa, o que se é, tudo que foi construído de si, as nossas percepções de mundo. No entanto, devemos nos questionar sempre acerca dos nossos conceitos, dos nossos instrumentos, das nossas abordagens, para que não sejamos reprodutores de ideias que, em nossos textos, criticamos. A pesquisadora precisa manter em mente o feminismo enquanto abordagem epistemológica e a crítica aos imperialismos.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, de base bibliográfica e documental.

A pesquisa qualitativa congrega o significado e intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, oferecendo condições ao estudo das relações sociais, diante das transformações sociais nas diversas esferas da vida. Possibilita, ainda, desvelar processos sociais referentes a grupos particulares que não tem visibilidade, propiciando a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos, e categorias durante a investigação (MINAYO, 2014).

A pesquisa qualitativa permite obter uma visão ampliada e significativa do objeto, pois é através dela que se pode apreender o(s) fenômeno(s) e analisá-los de forma aprofundada em variadas dimensões. Ela considera o dinamismo entre o mundo real e o sujeito; o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade intraduzível numericamente. Não requer, então, o uso de métodos e técnicas estatísticas, sendo suficiente a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. Com isso, o pesquisador se torna o instrumento-chave. Os pesquisadores analisam seus dados indutivamente, e o processo e seu significado constituem como focos principais de abordagem (SILVA e MENEZES, 2005).

As exploratórias proporcionam familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, tendo como objetivo principal aprimorar idéias, descobrir intuições. Dessa forma, há uma flexibilidade no planejamento, permitindo a consideração de variados aspectos, relacionados à problemática. Essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas relativas ao problema; e análise de certos exemplos (GIL, 2010).

Em Triviños (2017), a pesquisa exploratória oferece condições ao pesquisador para elevar seu nível de conhecimento em torno de um determinado problema, permitindo o estudo de determinada realidade, buscando maior conhecimento e antecedentes de modo a embasar investigações futuras e mais profundas. Para Gil (2010) e Triviños (2017), eles demonstram uma familiaridade do pesquisador com o problema. Eles têm como finalidade de torná-lo mais evidente com o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições que proporcionam ao

pesquisador uma visão geral de determinados fatos. Utiliza-se tal tipo de pesquisa para estudar fenômenos que nunca foram investigados ou foram pouco estudados.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida baseada principalmente em livros e artigos científicos, isto é, com base em material já elaborado que podem estar disponíveis em meio eletrônico ou não. Embora quase todos os estudos requeiram trabalho dessa natureza, existem aqueles desenvolvidos exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, como fazem muitos estudos exploratórios. (GIL, 2010)

Hoje em dia, em função da disponibilidade dos bancos de dados bibliográficos e da profusão de artigos científicos, a escolha dos artigos e trabalhos que mais se adequem é uma grande preocupação para os pesquisadores. Cabe a estes ter uma estratégia de pesquisa bibliográfica que facilite a identificação dos principais trabalhos (TREINTA, 2014).

A principal vantagem desse tipo é que possibilita a pesquisadora cobrir-se de uma gama de fenômenos de forma mais ampla do que aquela que colheria de forma direta. Isso se demonstra particularmente proveitoso quando a pesquisa exige dados espacialmente dispersos, como, por exemplo, se fosse necessário saber de índices em todo o território brasileiro, ou mesmo na realização de estudos históricos (GIL, 2010).

Por sua vez, a pesquisa documental, por Gil (2010), é aquela que utiliza como fonte de dados, documentos escritos e/ou objetos que possam oferecer informações para a elucidação do problema de pesquisa. Como vantagens, enumera o autor: a possibilidade de conhecer o passado com objetividade, considerando que os documentos são elaborados no momento em que os fatos ocorrem; a capacidade de obter processos de mudanças na estrutura social, nas atitudes, nos valores e nas pessoas; e a condição de oferecer dados sem o risco de constrangimento.

A coleta se deu em livros, artigos científicos, dissertações e teses, sites oficiais do governo federal no período de janeiro a agosto de 2018. Foram adotados como critérios de inclusão artigos científicos, dissertações e teses, com os descritores “governo Dilma”, “movimentos de mulheres” e “movimentos feministas”, desde a década de 1960 até os dias atuais; “teorias de movimentos sociais” e “teoria do processo político”. Nos sites oficiais, buscaram-se documentos acerca das Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres que ocorreram no governo Dilma Rousseff.

Para tanto, usamos basilaramente os documentos: “Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres” (SPM, 2013) e “Texto Base da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM)” (SPM, 2016).

Esse estudo foi realizado com dados de domínio público, não envolvendo seres humanos. Desse modo, não houve necessidade de aprovação da investigação por um Comitê de Ética em Pesquisas.

Analisamos os repertórios de interação Estado-sociedade do movimento de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff, a partir das categorias analíticas de Abers, Serafim e Tatagiba (2014). Estas autoras investigaram a experiência dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e como foram reinterpretadas as rotinas de comunicação e negociação com os movimentos sociais na interação Estado-sociedade.

As categorias se configuram como quatro rotinas de interação quais sejam: Participação institucionalizada; Protestos e ação direta; Política de proximidade; Ocupação de cargos na burocracia. Adaptamos tais categorias no sentido de analisar especificamente os movimentos de mulheres e recortando o período de 2011 a 2016 em que Dilma Rousseff foi presidente.

Dessa forma, construímos três categorias: Protestos e Ação Direta: As Marchas de Mulheres; Participação Institucionalizada e as Conferências Nacionais de Política para Mulheres; Política de Proximidade e a Representação das mulheres na Política.

O tratamento dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo, seguindo as etapas: pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados (BARDIN, 2016). Na análise das informações, foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo do tipo categorial. De acordo com Bardin (2016), as categorias podem ser criadas a priori ou a posteriori, isto é, a partir da teoria ou após a coleta de dados. Utilizamos neste trabalho as primeiras que se definem em conhecimentos prévios originados da fundamentação teórica e, assim, se identificam, no material selecionado, os elementos a serem integrados nas categorias já estabelecidas.

3. OS MOVIMENTOS DE MULHERES E FEMINISTAS NO BRASIL

O movimento de mulheres no Brasil possui uma trajetória que é marcada pela participação dentro de outros movimentos sociais que foram ganhando relevância e assumindo suas próprias reivindicações.

Entretanto, assim como outros movimentos de caráter progressista esteve prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres (CARNEIRO, 2003). Esta característica veste-se de uma lógica racional que pode seduzir ao pensamento de que as mulheres, em todo o mundo, sofrem com a mesma opressão: o machismo intrínseco a uma sociedade sexista, patriarcal.

Todavia, tratar as mulheres como um grupo uno, com uma série de reivindicações comuns, possibilitou o silenciamento de grupos com demandas específicas que, no contexto brasileiro, em conjunto, tornam-se a maioria das mulheres. As mulheres negras e as indígenas têm questões que o feminismo importado da Europa, se feito de forma acrítico, não só não responde como também as agrava, no mínimo, pela invisibilização. É inconsistente teorizar sobre movimentos de mulheres e feministas, no Brasil, não considerando o passado de subalternidade advinda da escravização de mulheres e os resquícios que persistem dessa estrutura até os dias atuais.

Por Gargallo (2007), a história das mulheres indígenas na América tem escassos registros, pois a cultura acadêmica impede de reconhecer a oralidade como um meio confiável de transmissão da história. O maior conflito na construção do relato nas Américas é o fato de que 90% da população originária foi exterminada com a ocidentalização. Diante disso, interroga: “quantas condições de ser mulher existiam antes da invasão e do massacre europeu e quantas condições continuaram para as mulheres depois de sua incorporação forçada e submetida ao mundo ocidental?” (p.28).

Tais questionamentos são trazidos no sentido de que ampliemos nossa visão a cerca da história dos movimentos sociais de mulheres e feministas no Brasil. A nossa história é contada pelo olhar sempre do outro e muito do que nossas antepassadas vivenciaram foi perdido com o processo de colonização. Historicamente, o resgate desses modos de viver também foi realizado pelo olhar do outro, considerando que as ciências sociais que costumeiramente se debruçam a

analisar estes resgates como a antropologia, a sociologia, a história, também adotam, por vezes, um viés colonizador.

Nota-se que não há uma continuidade cultural possível entre antes e depois do massacre que foi a colonização das Américas, quando analisamos a cultura como um conjunto fático de idéias dominantes e resistentes, de habilidades e conhecimentos, ao considerar que tudo isto é patrimônio de um conjunto de pessoas, de um povo, de modo que poucos indivíduos não conseguem abranger e recordar (GARGALLO, 2007).

Sacchi (2003) esclarece que, no movimento social indígena, as especificidades étnicas e de gênero geram um desafio ao próprio movimento, aos organismos estatais e aos não governamentais. A autonomia das mulheres indígenas liga-se a um processo político complexo envolvendo compromissos e alianças entre indígenas e não indígenas. Além disso, Torres (2017) nos traz, por exemplo, que, na organização social dos povos indígenas, a divisão do trabalho se dá pelo gênero, mas independe do esforço físico como se poderia presumir. Por vezes são as mulheres que carregam o jamaxim² com mandiocas colhidas.

Carneiro (2003) nos apresenta o pensamento de Lélia González sobre como esse viés do feminismo brasileiro trazia dificuldades para as mulheres negras sob dois aspectos. O primeiro refere-se à omissão da questão raça nas hierarquias de gênero, provenientes da universalização dos valores europeus. Dessa forma, os processos de dominação, violência e exploração que fundamentam estão a relação entre brancos e não-brancos se tornam mais “um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento”. O segundo aspecto é o próprio distanciamento da realidade da mulher negra, pela negação da história de lutas e resistências, em que se desconsidera seu protagonismo, pois a dinâmica de memória cultural ancestral não é abarcada pelo feminismo eurocêntrico (CARNEIRO, 2003; CADWELL, 2007).

Sobre a mulher indígena, Torres (2017) denuncia o mesmo: há um completo silenciamento da presença das mulheres na vida social e também política, gerando a invisibilização delas enquanto sujeitos da história. Para tal alcance, é necessário um “mergulho na organização social de cada comunidade e/ou povo indígena” com o intuito de entender as relações de gênero que se constituíram

² Cesto longo usado para carregamento de materiais, de produtos agrícolas, por algumas comunidades indígenas.

naqueles universos culturais. Importar as leituras que fazemos dos papéis de gênero não-índigenas para ler aquela realidade é insuficiente e equivocado, assim como o é tratar os povos indígenas unamente.

Quando politizamos as desigualdades de gênero, nos ensina Carneiro (2003), que são formados novos sujeitos políticos com olhares a partir do lugar que estão inseridos. Tais sujeitos desencadeiam processos com as particularidades da luta de seu grupo, que, por meio de um processo dialético, faz com o que o movimento reconhece as especificidades, paralelo à afirmação de todas as mulheres enquanto sujeitos políticos.

Em Gurgel (2010), portanto, a luta feminista deve construir espaços amplos que articulem e mobilizem cada uma das mulheres através do reconhecimento de suas particularidades. Paralelo a isso, com o reconhecimento das determinações múltiplas que compõem as experiências de ser mulher, quais sejam: classe, raça, geração, sexualidade etc.

A idéia, a partir da autora, é que, com isso, se garanta respeito a heterogeneidade da composição social dentro do feminismo mediante este duplo processo de reconhecer a diversidade e construir “uma unidade diversa identitária”. Legitimam-se as experiências específicas dentro da identidade coletiva. Faz-se necessário, portanto, definir estratégias que mirem os pontos comuns, bem como nas particularidades de cada uma das opressões, sempre com o “o horizonte” na “emancipação humana” (GURGEL, 2010).

Em nossa análise, foi surgindo, à medida que as leituras foram realizadas, uma necessidade de entender os caminhos pelos quais os movimentos de mulheres e feministas percorreram. Assim, teceu-se uma trajetória de um elenco de movimentos, bem como sua participação nos momentos político-sociais relevantes da história do Brasil.

Recorrentemente, nesta perspectiva analítica, a literatura se utiliza da noção de ondas. No Brasil, são três grandes ondas e teóricas já sugerem que estamos na quarta. A primeira onda começa no final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, em que as mulheres se agremiavam para reclamar direitos ao voto, à educação, ao trabalho digno, a carreiras profissionais ditas masculinas. A segunda onda, por sua vez, se compreende entre os anos 1960 e 1970, em que o feminismo se consolida como movimento e teoria e várias noções, como o “pessoal é político”,

se delineiam. A terceira onda no fim dos anos 1980 aponta para a pluralização identitária do movimento. (GOMES e SORJ, 2014)

Refutamos, nessa periodização que se segue, a noção de “ondas”. Apesar do teor poético desta denominação, apoiamos na crítica trazida por Gomes e Sorj (2014) de que “ondas” traz a ideia de que um feminismo substitui sucessivamente outro com o curso da história. Visão esta que ignora – ou, ao menos, deixa em segundo plano – as “linhas de continuidade entre eles” e, metonimicamente, entre as teóricas, fixando as autoras e/ ou militantes, seus pensamentos e ações a períodos específicos.

Assim, o uso de “ondas” ocasiona uma ideia de progresso ou de perda de um pensamento ao outro, podendo levar a equívocos analíticos e a omissões (GOMES e SORJ, 2014). Por exemplo, um movimento que não se enquadra nos critérios que predominam em determinada onda pode ser considerado de menor importância ou até mesmo excluídos. Até mesmo àqueles que estão incluídos divergem em muitos pontos, pois os feminismos têm visões dissonantes em muitos aspectos, sendo prejudicial para os estudos a aparência de neutralidade.

Por tais motivos, faremos a exposição de forma cronológica, dividindo em décadas para facilitar a leitura e indicando por vezes algumas características gerais no começo de cada um dos períodos. Começaremos a partir da década de 1960, pois julgamos crucial para o entendimento analítico do período recortado em nosso objeto.

O recorte temporal se fez necessário para delimitar o texto, mas acreditamos que importantes eventos aconteceram antes deste período que mereceriam ser apontados. Mereceriam historicizar, ainda, outras vertentes desses movimentos que compõem e influenciam a história brasileira das mulheres, fazendo com que nosso rol seja apenas exemplificativo. Estes ficam com as outras autoras e/ou para trabalhos futuros.

3.1. OS ANOS 1960 E 1970

Na América Latina e, em particular no Brasil, os anos 1960 e 1970 presenciaram o árduo cenário das ditaduras. Eram tempos de movimentos sociais progressistas, de esquerda, todos em prol da derrocada do sistema político dominado pelos militares. Com o golpe militar de 1964, os movimentos,

especialmente as lutas estudantis, se intensificaram em resistência aos projetos desse governo que alterava vários campos da vida social brasileira. O objetivo maior se tornou então a própria instauração da democracia.

Como efeito da repressão político-policial, Fonseca-Silva (2012) relata que ao invés do campo das idéias, o confronto partiu para as ruas e, para os porões, onde se torturavam os que se posicionavam em contrário ao regime. Muitas mulheres, assim, especialmente as de classe média, intelectualizadas e jovens, se engajaram em organizações e movimentos clandestinos, de esquerda que lutavam pela recuperação dos direitos políticos e civis.

Corrêa (2011) analisa este período histórico imprimindo suas memórias de participante enquanto jovem ativista e sobre o perfil que se notava, ela relembra que:

É difícil traçar um perfil mais específico das feministas daquela época, já que elas eram atrizes de teatro – lembrar a atriz portuguesa radicada no Brasil, Ruth Escobar, por exemplo, que transformou seu teatro num importante local de discussão sobre a situação da mulher –, professoras universitárias, estudantes, sindicalistas, ativistas vindas de movimentos populares, jornalistas, etc. Creio que havia um traço comum à todas, pelo menos em São Paulo e no Rio, que foi onde circulei mais durante aqueles anos: eram mulheres de esquerda e eram mulheres profissionais ou em vias de se tornarem profissionais. (CORRÊA, 2001, p. 15)

Carneiro (2003) afirma que “um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país” (p. 118). Agremiações de mulheres, ainda que sem o rótulo de feministas, pautavam valores ligados à questão específica das mulheres e da sociedade como todo há dezenas de anos.

Sarti (1998) afirmou que a própria presença das mulheres na luta armada já representava uma profunda transgressão, pois divergia do que era designado para a mulher na época. Não havia uma deliberada proposta feminista, mas, pelo seu comportamento, as militantes negavam o lugar tradicionalmente a elas atribuído, colocando em questão a instituição do casamento, por exemplo, sendo taxadas, nas palavras de Fonseca-Silva (2012), como subversivas e terroristas. Segundo a pesquisa de Ridenti (1990) que produziu dados estatísticos sobre a militância brasileira “nos anos de chumbo”, temos que, nesta década de 1970, as mulheres que militavam correspondiam a 16% dos quadros das organizações de esquerda e a 18,3% do total de militantes armados.

Cumpra-nos destacar que este espaço tradicional que a autora nos elucida que era reservado à mulher transpassa o recorte social e racial. As mulheres pobres, por exemplo, iniciavam – e ainda iniciam, especialmente, no âmbito rural – suas atividades laborais na juventude, às vezes na infância; o que significa que já haviam se iniciado no mercado de trabalho. Ainda assim, tais atividades, resquícios do labor escravocrata, na maior parte das situações, se restringiam ao trabalho doméstico, interno à casa ou externamente como na agricultura. Acumulavam – e ainda o fazem –, inclusive, com as atividades da sua própria casa.

As mulheres que participavam de movimentos populares urbanos ou rurais, denunciando a desigualdade de classe, cujas reclamações giram em torno do atendimento de necessidades básicas – luta por moradia, água encana, luz para todos, transporte –, como os movimentos pela anistia, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas, também passam a perceber e a pautar publicamente as desigualdades entre os gêneros, levantando temas específicos como saúde da mulher, sexualidade, violência, o direito a criação de creches (FARAH, 2004; DA SILVA, 2000; CORRÊA, 2001).

Os grupos de mulheres que se vinculavam a associações de moradores, clubes de mães etc. passavam a colocar em relevo esta temática em reivindicações como creches e o trabalho doméstico (COSTA, 2013).

Neste processo, grande parte dos grupos escancarou seu caráter feminista. Espaços foram sendo requeridos tanto no plano de políticas públicas quanto no sentido de aprofundar a temática gênero (SARTI, 1998). Pelo entendimento de Farah (2004), diferente dos movimentos sociais em que as mulheres simplesmente participam, o movimento feminista objetiva de forma central a transformação do lugar da mulher na sociedade, almejando superar a desigualdade entre os gêneros.

Este movimento que foi se estruturando nesse período possuía duas tendências: uma voltada à atuação pública feminina e a outra para as relações interpessoais. Esta se concentrava no mundo privado, e se organizava por meio de grupos e reuniões de estudos, com um cunho reflexivo, através da máxima de que “o pessoal é político”. Aquela, por sua vez, se concentrava em temáticas como trabalho, organização política, redistribuição do poder entre homens e mulheres (SARTI, 1998).

Dessa forma, Costa (2013) assinala que o feminismo rompe com a base do pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político, pois, para tal lógica, a noção de público refere-se ao Estado e às suas instituições, à economia e demais assuntos identificados como políticos. O privado, por sua vez, liga-se ao âmbito doméstico, familiar, sexual, que não são identificados como políticos. Da Silva (2000) aprofunda ao dizer que a articulação é entre as esferas privada, social e pública. No processo de emersão da esfera privada para a pública, as mulheres, as mulheres se fazem visíveis na esfera social, em que são confusos os limites entre público e privado.

Assim, o feminismo no Brasil, põe em pauta a contradição entre a militância política e a singularidade, traduzindo o pessoal, pela inclusão do mundo privado na política, possibilitando, com isso, dar “sentido social ao ‘mal-estar’” que as relações entre os gêneros do mundo privado. Coletivamente, a experiência subjetiva passa, então, a ter um significado social (SARTI, 1998).

Este movimento também fez emergir a discussão sobre a desnaturalização do papel social da mulher, com a influência do pensamento da obra Segundo Sexo, de Simone Beauvoir, que ratifica a construção social do ser mulher, que deve dispor sobre seu próprio corpo e vida de forma autônoma (GURGEL, 2010).

Considera-se que, a partir de Segundo Sexo, obra publicada originalmente em 1946, houve uma alteração no olhar sobre o conceito de mulher. Predominava a noção de que mulher é aquela pessoa que nasceu fisiologicamente com certos órgãos que diferem dos órgãos do homem. Tal biologização permite a naturalização dos papéis de gênero, como se o fato de nascer do sexo feminino por si só gerasse, inexoravelmente, uma série de obrigação a ser cumpridas, modelos a ser seguidos ao longo de toda sua vida; e que qualquer desvio é lido como uma indesejada transgressão a ser retaliada.

Em suas palavras, Simone de Beauvoir levanta questionamentos a essa visão:

Mas o conceitualismo perdeu terreno: as ciências biológicas e sociais não acreditam mais na existência de entidades imutavelmente fixadas, que definiriam determinados caracteres como os da mulher, do judeu ou do negro; consideram o caráter como uma reação secundária a uma situação. Se hoje não há mais feminilidade, é porque nunca houve. Significará isso que a palavra "mulher" não tenha nenhum conteúdo? É o que afirmam vigorosamente os partidários da filosofia das luzes, do racionalismo, do

nominalismo: as mulheres, entre os seres humanos, seriam apenas os designados arbitrariamente pela palavra "mulher". (BEAUVOIR, 1970, p. 8)

As suas provocações possibilitaram encarar o conceito de mulher não como algo fixo, que advém do nascimento, mas como algo que nos foi dado, que nos vestiram, e que é socialmente e historicamente construído. Sob a égide dessa lógica de raciocínio, foram se construindo várias vertentes do pensamento feministas e sobre as mulheres.

Neste contexto, as manifestações acompanhavam ações que tinha o propósito de questionar o poder Estatal, da família e da Igreja, que eram avaliados como sustentáculos ideológicos capitalista, mecanismos que dominavam e oprimiam a sociedade. Neste sentido, o feminismo apresenta o desafio constante de ser uma unidade entre o específico e geral, isto é, entre o interesse das mulheres e a luta pela transformação social de forma radical. (GURGEL, 2010). Esta militância feminista, neste período, constrói, então, espaços de poder político também com a inserção em sindicatos e outras entidades, sob forma, muitas vezes, de departamentos nestes. (DA SILVA, 2000)

Cumprir salientar que os partidos e movimentos de esquerda resistiam a tais bandeiras, fazendo com que as mulheres fossem, em diversas vezes, desrespeitadas em suas colocações. Elas protestavam solicitando também dos companheiros de luta que a revolução fosse por inteira. (GURGEL, 2010)

Esta resistência política a luta específica das mulheres, desafiava – e ainda desafia – as organizações de feministas no interior dos partidos de esquerda, para que se assimile, na construção do programa estratégico, a noção de que, assim como a classe, o gênero e a raça/etnia fazem parte do ser social. As feministas se concentravam na construção da dominação masculina, no sentido cultural, escancarando as contradições e os mecanismos de poder que legitimavam a desigualdade de gênero dentro da própria classe operária. (GURGEL, 2010)

Em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, iniciando a Década da Mulher. É propiciado, dessa forma, o panorama para o começo do movimento feminista propriamente dito no Brasil, com os primeiros grupos feministas comprometidos em lutar pela igualdade das mulheres, ainda no bojo da luta política contra o regime militar: pela anistia e pela abertura democrática (SARTI, 1998; DA SILVA, 2000).

Costa (2013) acrescenta ao atribuir tal início não só ao patrocínio da ONU como também à distensão política do regime, que permitiu a organização pública das mulheres, pela primeira vez, desde as mobilizações dos anos 1967 e 1968. Assim, O Seminário sobre o Papel e o Comportamento da Mulher na Sociedade Brasileira, no Rio de Janeiro, foi o primeiro ato público em que se centrou nas questões sobre a “condição da mulher brasileira”, bem como pautas sobre saúde, trabalho, discriminação racial e homossexualidade feminina (MACHADO, 2016).

Especialmente nas capitais do Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, várias atividades públicas foram organizadas a fim de reunir mulheres com interesse no debate sobre a condição feminina, nos moldes do movimento que se vinha articulando na Europa e nos Estados Unidos (COSTA, 2013).

Na cidade de Londrina, no estado do Paraná, logo em 1975, publicou-se o jornal Brasil Mulher, por ex-presas políticas, que se ligava ao Movimento Feminino pela Anistia. No ano seguinte, este periódico declara-se abertamente como feminista. Em São Paulo, em 1976, cria-se o jornal Nós Mulheres, por um grupo de universitárias e militantes mais antigas do movimento estudantil. Este se identificou como feminista desde a sua primeira edição, sendo estes dois jornais os principais porta-vozes do movimento feminista que eclodia (COSTA, 2013; SARTI, 1998).

Machado (2016) traz recortes, que transcreveremos na íntegra, dos primeiros editoriais de ambos os jornais. O editorial zero do “Brasil Mulher”, em 1975:

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana (...). Finalmente, Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir. (MACHADO, 2016, p. 5)

Nas palavras do editorial nº 1 do jornal “Nós mulheres”, em 1976, por sua vez:

Desde que nascemos, nós mulheres, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares que nossa função na vida é casar e ter filhos. (...) Quando vamos procurar um emprego, (...) sempre encontramos mais dificuldades que o homem, porque somos mulheres. (...) Nós mulheres queremos, junto com os homens lutar por uma sociedade mais justa (...) (MACHADO, 2016, p.5)

Em 1978, foi criada, no Rio de Janeiro, a organização de mulheres negras Aqualtune, associada ao Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN)

(CARVALHO, 2012). Ao fim dessa década, vários grupos e coletivos de mulheres negras foram surgindo a partir de reflexões críticas acerca do seu lugar no movimento negro e no movimento feminista branco eurocentrado.

Em 1979, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher é aprovada pela ONU (MACHADO, 2016), entrando em vigor na década seguinte, constituindo em um passo importante na positivação de direitos para as mulheres.

3.2. OS ANOS 1980

Com a anistia em 1979, as mulheres exiladas retornam da Europa ao Brasil causando impacto na corrente feminista, pois traziam as experiências da vida de uma sociedade distinta da brasileira, especialmente nas configurações domésticas. As atuações políticas passaram a refletir toda essa bagagem da vida no exterior e em países onde o feminismo já estava significativamente atuante. (SARTI, 1998)

Por Corrêa (2001), esse retorno de exiladas provocou um clima de euforia que foi sentido no do I Congresso da Mulher Paulista, neste mesmo ano de 1979, no Teatro Ruth Escobar contando com a presença de novecentas pessoas. Ela conta que o clima festivo e a vontade de recriar canais políticos mais institucionalizados faziam com que as diferenças políticas não ficassem em primeiro plano.

Em 1980, no II Congresso, o número de participantes aumentou para quatro mil mulheres e a esse ponto as variações políticas foram relevantes para ter o conflito entre elas. Em 1981, a vez do III Congresso, Corrêa (2001) relata que as militantes comunistas criaram uma divisão no movimento com a criação da Federação das Mulheres do Brasil.

A partir da união de dois grupos feministas, foi fundado, em 1980, o Brasília Mulher, que agregava em reuniões aproximadamente 30 a 40 mulheres. Machado (2016) aponta a iniciativa de duas feministas: Mireya Suarez de Soares e Marlene Libardoni. A primeira: antropóloga e professora universitária, do Grupo de Mulheres do Cerrado, que agregava principalmente pesquisadoras universitárias e estudantes da Universidade de Brasília. A segunda: uma economista do Grupo Feminista de Brasília que contava com mulheres mais vinculadas aos sindicatos, ao Itamaraty e à sociedade civil.

As memórias de Machado (2016) indicam que neste grupo participavam mulheres estudantes professoras universitárias, sindicalistas, advogadas, assistentes sociais, economistas, psicólogas, revelando certa diversidade racial e de classe. Articulavam-se por meio de grupos de reflexão, em múltiplos formatos, às mulheres dos movimentos populares, sindicais, de partidos de esquerda, auxiliando também as mulheres que sofriam violência.

Foi em 1981 que se realizou em Bogotá, na Colômbia, o Primer Encuentro Feminista Latinoamericano y del Caribe, declarando o Dia Internacional pela Não Violência contra as Mulheres como dia 25 de novembro, recordando a morte, pelo governo ditatorial na República Dominicana, das irmãs Mirabal (MACHADO, 2016).

De outra perspectiva, no início da década, PAULILO (2000) conta sobre o surgimento, influenciado da parte progressista da Igreja Católica, do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA). Oficialmente, iniciou-se em 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó, oeste de Santa Catarina, a fim de aparelhar as agricultoras para assumir a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó. Tal objetivo foi alcançado no ano seguinte. A Igreja, principalmente nas zonas rurais – mas não só –, consistia no espaço público mais frequentado pelas mulheres e os quais sua participação era estimulada.

Entretanto, como esta Igreja Católica não abandonou certos posicionamentos conservadores no que diz respeito a comportamento sexual, contracepção etc, estas mulheres foram se identificando mais com outras organizações. Paulilo (2000) elucida a identificação com o Partido dos Trabalhadores (PT) que à época se fortalecia. Foi neste contexto que elas notaram a carência da sindicalização das mulheres rurais, que se fazia essencial para que elas fossem reconhecidas como profissionais: como produtoras rurais. (PAULILO, 2000)

Em 1983, tem-se o surgimento, no Rio de Janeiro, do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras. Este grupo, bem como os outros do fim da década anterior mira os direitos humanos, especialmente com enfoque nas mulheres negras, englobando várias temáticas, tais como saúde, violência, educação, sexualidade e identidade racial (CADWELL, 2007; CARVALHO, 2012).

No ano de 1984, no Dia Internacional da Mulher, 08 de março, ocorre, em Chapecó, outro importante evento: a primeira manifestação pública do Movimento de Mulheres Agricultoras, que contou com a presença de quinhentas mulheres. Em

1985 este número aumentou para duas mil mulheres e, em 1986, congregou três mil. (PAULILO, 2000)

Ainda a respeito das organizações de mulheres da zona rural, De Heredia e Cintrão (2012) trazem como outros exemplos de eventos nesta década, no Rio Grande do Sul, o 1º Congresso da Mulher Camponesa, em 1982, e o 1º Encontro de Líderes Trabalhadoras no ano seguinte, 1983. Relatam que o 1º Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais em 1985 reuniu aproximadamente dez mil mulheres no sul do país. (DE HEREDIA e CINTRÃO, 2012)

Por Sacchi (2003), duas organizações femininas surgiram, na Amazônia brasileira, já nesta década – as outras foram na década subsequente – que são a Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (AMARN) e Associação das Mulheres Indígenas de Taracuá, Rio Uaupés e Tiquié (AMITRUT). Especificamente em Roraima, as mulheres se reúnem para atividades também ligadas e apoiadas à Igreja Católica. Inclusive, com este apoio, o movimento é anterior a organização em si, pois desde 1986 que elas se reúnem em atividades. (SACCHI, 2003)

Gurgel (2010) conta que, a partir deste período, ou seja, meados da década de 1980, os governos passaram a incorporar as relações de gênero nas políticas públicas, seja como tema base ou transversal. Lemos que tal incorporação mencionada não consiste em ineditismo dos governos desta década acerca das questões voltadas às mulheres no que concerne às políticas; todavia, houve sim um delineamento maior, com respostas mais claras às exigências de especificidades, como seguiremos acompanhando neste recorte histórico.

Por Silva (2014), a respeito da saúde da mulher, pauta dos mais variados grupos e coletivos, ainda 1983, um movimento foi se constituindo e, em 1984, aconteceu o 1º Encontro Nacional de Saúde da Mulher. Evento este que elaborou o primeiro documento público com as demandas das mulheres para a saúde, a Carta de Itapeçerica. Neste mesmo ano, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PAISM, a fim de criar ações direcionadas a este público.

O PAISM abarcou ações preventivas, educativas, de tratamento e recuperação, de atenção ginecológica, de atenção ao pré-natal, ao parto e puerpério, ao climatério, bem como aquelas relacionadas ao planejamento familiar, às DSTs, ao câncer de colo de útero e mama etc. em consonância com o perfil populacional. Tal política reconheceu, segundo a autora, que o direito à saúde

implica no acesso a outras políticas sociais, não apenas a de assistência médica, como, por exemplo, as de educação, de emprego, de habitação. (SILVA, 2014)

Farah (2004), Machado (2016) e Silva (2014) corroboram ao apontar que foi na década de 1980 que o recorte de gênero propriamente dito foi utilizado na implementação de políticas públicas, com a criação, em abril de 1983, do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em São Paulo, órgãos de consulta e proposição, mas não de execução. Costa (2005) atribui à vitória do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB para o governo deste Estado a criação deste Conselho que, por ela, foi o primeiro mecanismo de Estado do país de implementação de políticas para mulheres. A partir de então, foram instituídos Conselhos de Direitos da Mulher em outros estados brasileiros com este formato de órgão responsável pela elaboração e implementação de políticas. (SILVA, 2011; SILVA, 2014)

Por conta das reivindicações durante a campanha eleitoral, o governador de São Paulo, Franco Montoro, decretou a implementação da Delegacia Policial de Defesa da Mulher e do Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico - COJE, para prestar atendimento às vítimas de violência (SILVA, 2011). Silva (2014) diz que, com eles, tornou-se pública esta específica violência que carecia de importância social e padecia com a invisibilização. Ela indica também que posteriormente foram sendo criados os Centros de Referência em Saúde da Mulher. Carneiro (2003) nos ensina que a luta contra a violência doméstica e sexual traz uma mudança paradigmática no que diz respeito ao público e privado: a violência doméstica extrapola a dimensão do privado e alcança a esfera pública se transformando em objeto de políticas específicas.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado em 1985, sendo um organismo estatal relacionado ao Ministério da Justiça. Tornou-se o responsável pela proposição e elaboração de políticas públicas específicas para as mulheres, sendo as práticas relacionadas ao fortalecimento do movimento de mulheres e sua autonomia, visando eliminar a discriminação e assegurar-las a participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País (COSTA, 1998; FARAH, 2004; COSTA, 2005; MACHADO, 2016; SILVA, 2014; MIRANDA, 2009).

Silva (2014) e Miranda (2009) apontam este fato como o verdadeiro início da institucionalização das demandas das mulheres pelo Estado brasileiro. Para Costa (2005) e Silva (2011), o CNDM foi resultado da articulação das feministas, que

tiveram atuação direta nas esferas de decisão e planejamento, do interior do PMDB com o presidente Tancredo Neves no processo de redemocratização pós regime militar.

O Conselho foi composto por Lélia Gonzalez, Heleieth Saffioti, Mariza Corrêa, Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade e Ruth Cardoso (CORRÊA, 2001). Várias mulheres que são teóricas do feminismo, que são reconhecidas ativistas, que carregam em seu discurso o pensamento feminista compuseram este Conselho, o que se desdobra em um significativo espaço de diálogo, de tomada de decisões.

Este organismo contribuiu para o fortalecimento da autonomia do movimento feminista que foi se tornando reconhecimento pela sociedade, ao contrário do que algumas feministas temiam com esta institucionalização (COSTA, 2005; SILVA, 2011).

Neste íterim de diálogo com as instâncias governamentais, o movimento de mulheres contou com o apoio do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Previdência Social (MPAS) para que ocorresse a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher em 1986. Foram ratificadas e detalhadas as diretrizes norteadoras do PAISM que se tornaram resoluções programáticas. Esta Conferência se refere à criação da Política de Atenção Integral às Mulheres e de um sistema universal de saúde e segue com a pauta da autonomia, da descriminalização do aborto e do planejamento familiar. (SILVA, 2014)

Em 1985, aconteceu em Nairobi, a III Conferência Mundial das Mulheres, e, em seu processo, o Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo, do qual destacamos a Comissão da Mulher Negra, elaborou um documento sobre a situação das mulheres brasileiras. Neste, incluiu o estudo Mulher Negra de Sueli Carneiro e Thereza Santos. Segundo Ribeiro (1995), este estudo sublinha o caráter político e ideológico não apenas acerca da diferença entre homens e mulheres, entre negros e brancos, bem como entre as mulheres, através de dados estatísticos. Deixa límpido, então, a realidade da população negra brasileira, enfatizando a situação da mulher, aponta ainda caminhos para superar tais desigualdades, tornando-se à época uma referência para os movimentos e para a academia.

Nas palavras de Carneiro (2003, p. 120):

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil.

Percebe-se que a presença mais organizada, no movimento feminista, das mulheres negras, de uma forma geral, desde 1985, traz à baila novas questões, não apenas nacionalmente como em termos continentais. O crescimento desta participação pode ser vislumbrado historicamente na presença nos Encontros Nacionais Feministas, especialmente dos de Garanhuns em 1987, Berhoga em 1989 e Caldas Novas em 1991. Tal ampliação ocorre também nos Encontros Feministas Latinoamericanos e do Caribe, especialmente a partir do que ocorreu em Bertioga em 1985 (RIBEIRO, 1995).

No período, emergiram também o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista/Casa da Cultura da Mulher Negra, em 1986; o Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza, em São Luís, Maranhão, em 1986; o Grupo de Mulheres Negras do Espírito Santo, em 1987 que durou até 1992; o Maria Mulher no Rio Grande do Sul em 1987; o Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, em 1987. (DA SILVA, s/d; MOREIRA, 2007)

Em abril de 1988, temos a constituição do Geledes – Instituto da Mulher Negra com enfoque na autonomia das mulheres negras em relação ao poder estatal, visando o combate ao racismo e sexismo em nossa sociedade (MOREIRA, 2007). Por outro lado, neste mesmo ano observa-se a estrutura da Coordenação do Programa da Mulher Negra no CNDM (RIBEIRO, 1995). Podemos, com isso, extrair que, ainda que dentro do movimento feminista negro, houve – e ainda há – formas distintas de valorar a autonomia do movimento, sua atuação e articulação com o governo estatal.

Ainda neste ano de 1988 foi realizado o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) em Valença, no Rio de Janeiro, sucessor de uma série de eventos em vários estados, mobilizando as mulheres negras e demarcando “um novo ritmo às formulações políticas e à inserção desse e dos demais setores discriminados na agenda social e política, em âmbito nacional e internacional” (RIBEIRO, 2008, p. 988). Neste Encontro, 450 mulheres negras com experiências organizativas variadas vindas de dezessete estados se reuniram (RIBEIRO, 1995; RIBEIRO, 2008).

Também, nesta década, mais mulheres passaram a participar do mundo político. Nas eleições de 1986, a agricultora Luci Chinaski ocupou a única vaga feminina como deputada em Santa Catarina, dando, com isso, maior visibilidade ao movimento das agricultoras, demonstrando sua popularidade (PAULILO, 2000). Ainda neste ano, Maria Luiza Fontenele tornou-se a primeira prefeita de uma capital brasileira, em Fortaleza; e Iolanda Fleming, do Acre, a primeira governadora. Em 1989, São Paulo elegeu sua primeira prefeita: Luiza Erundina. (FONSECA-SILVA, 2012)

Durante toda a década, os grupos feministas foram se alastrando por todo o país, rearticulando as relações de poder em nossa sociedade, transformando, inclusive, em lobby perante o Estado como ocorreu no processo de feitura de uma nova Constituição Federal após a ditadura dos militares (DA SILVA, 2000). Os assuntos mulheres na política e institucionalização dos nossos direitos passam a dominar este panorama político que antecede a eleição da Constituinte, caracterizado pelo surgimento e a consolidação de novos partidos (BEZERRA, 2014).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher coordenou a articulação do movimento de mulheres, desde a definição de suas propostas até posteriormente, durante os trabalhos da Constituinte propriamente ditos, unido com os movimentos feministas autônomos e com outras entidades do movimento de mulheres das diversas regiões, conduziu uma campanha nacional sob o lema: “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher.”. Esta foi denominada por Ruth Escobar, presidenta do Conselho à época, de “Alerta Mulher para a Constituinte” e objetivou a preparação e distribuição de trinta mil cartilhas pelo Brasil para informar sobre as demandas das mulheres e estimulá-las para que se candidatassem à Assembleia Nacional Constituinte. (MIRANDA, 2009; SILVA, 2011; COSTA, 2013)

A campanha foi lançada em 26 de novembro de 1985 e, de forma sistemática, o “Programa Geral de Campanha aprovado pelo CNDM em 1985” organizou as seguintes metas:

- I – Lançar oficialmente a campanha nos estados, com a realização de seminários, palestras, debates sobre a Mulher e a Constituinte, em conjunto com o movimento de mulheres;
- II – Realizar um "Encontro Nacional" para aprovação da "Carta das Mulheres à Assembleia Nacional Constituinte", prevista para o primeiro semestre de 1986;
- III- Desencadear uma campanha nacional de coleta de assinaturas em favor das reivindicações das mulheres, com vistas a auferir adesões ao

documento resultante dos diversos diálogos a serem realizados nos diversos estados;
 IV – Produzir amplo material de campanha (cartazes, livretos e filme para a TV);
 V – Acompanhar os Trabalhos na Assembleia Constituinte, mediante monitoramento e participação ativa e diária, na ANC, com o auxílio dos movimentos de mulheres. (SILVA, 2011, p.136)

Os encontros regionais, que foram realizados em todo o país, mobilizavam muitas pessoas para discutir e estimular a participação na Constituinte. Em Petrolina, Pernambuco, por exemplo, ocorreu o 1º Encontro da Mulher do Sertão com o tema “a mulher, que sempre fala pelos cotovelos, agora fala pela Constituinte” e contou com a participação de mais de trezentas mulheres (SILVA, 2011). No Rio Grande do Sul, por sua vez, ocorreu a “Caminhada das Mulheres da Roça” em 1986. (DE HEREDIA e CINTRÃO, 2012)

Em 26 de agosto de 1986, se deu, em Brasília, o Encontro Nacional Mulher e Constituinte como o grande ápice da Campanha com a participação de duas mil mulheres, com o intuito de sistematizar, discutir e deliberar sobre as propostas delas que seriam encaminhadas à Assembleia Constituinte. Os temas eram os mais variados possíveis no âmbito nacional e internacional: família e direito civil, educação, saúde, cultura, trabalho urbano e rural, creche, violência, discriminação racial, participação política. (SILVA, 2011)

A partir das discussões e das contribuições de diversos grupos e entidades do Brasil todo e de manifestações individuais, foi elaborada uma Carta com todas as demandas, que foi entregue ao deputado Ulisses Guimarães, presidente da Assembleia Constituinte no dia 26 de março de 1987, consistindo em um importante marco para o movimento e seu diálogo com o poder estatal. (SILVA, 2011)

A carta pode ser dividida em dois blocos: “I - Princípios Gerais” e “II – Reivindicações Específicas”. O primeiro com temas que aparentemente iam além das especificidades das mulheres, tendo um caráter bem abrangente e demonstrando a amplitude do movimento feminista: falavam de democracia e justiça social, defendiam a criação do Sistema Único de Saúde, a autonomia sindical, a reforma tributária, a negociação da dívida externa, o ensino gratuito para todos. A segunda parte trazia proposições mais focadas referente a família, trabalho, saúde, proteção estatal às vítimas de violência, contendo a criminalização do estupro, a

legalização do aborto, liberdade de produção etc etc etc. (BRASIL, 1987; MIRANDA, 2009; MACHADO, 2016)

Ao longo da campanha eleitoral para a Constituinte, o Conselho relevou questão da baixa representatividade feminina no poder político em todas as suas instâncias, apesar do eleitorado era constituído por quase metade da população brasileira. Daí cento e trinta mulheres se candidataram provenientes de variados partidos, sendo vinte e seis delas eleitas. (SILVA, 2011)

Tais mulheres, apesar de terem carreiras públicas e familiaridade com o mundo político, sentiram a estranheza ao adentrarem o Congresso, local que a maioria ocupava pela primeira vez. O histórico de falta de representação foi sentido imediatamente. As próprias instalações não estabeleciam a diferenciação entre os banheiros, então as mulheres reivindicaram o banheiro feminino. A histórica conta que tinha que ficar em outro prédio para evitar o constrangimento de usar outro banheiro. (SILVA, 2011). Mencionamos este fato pelo caráter simbólico que ele carrega, de como a participação feminina na política pertenceu a um lugar – e, de certa forma, ainda permanece assim – de não pertencimento, de um não-lugar e isto foi notado pelas primeiras mulheres que ocuparam o parlamento.

O movimento feminista fez uma forte e organizada pressão no Congresso e a Constituição de 1988 acabou por incorporar uma série de direitos para as mulheres, especialmente nas áreas cível e trabalhista e a destituição do poder pátrio. A “bancada feminina” na Assembleia Constituinte ficou conhecida como “lobby do batom” que teve uma ação direta perante os parlamentares, convencendo-os pessoalmente da importância e os efeitos positivos das suas demandas. (CARNEIRO, 2003; COSTA, 2013; FARRAH, 2004; DA SILVA, 2000; SILVA, 2011; BEZERRA, 2014; MIRANDA, 2009)

As mulheres invadiram literalmente o Congresso Nacional: brancas, negras, índias, mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas se uniram na defesa da construção de uma legislação mais igualitária. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, as deputadas constituintes, independentemente de sua filiação partidária e das suas matizes políticas, superando suas divergências ideológicas, apresentaram, em bloco, a maioria das propostas, de forma suprapartidária, em que a identidade de gênero foi colocada em primeiro plano. (COSTA, 2013; SILVA, 2011)

Silva (2011) colhe em sua tese alguns depoimentos de atuantes neste processo e transcreveremos um trecho de Schuma Schumaer para que tenhamos a noção da abordagem das mulheres:

Havia outro deputado, por exemplo, que era do Maranhão e estava do nosso lado, entendia as questões e tal, e parecia ser bem progressista. Um dia, numa certa manhã, muito cedinho, por conta de uma reunião de emergência ocorrida na mencionada Comissão, chamada pelo pessoal do "Pró-vida", após ver aquele filme lá, do feto, bem apelativo, este deputado nos encontrou no corredor e disse assim "olhem, perdão, mas eu chorei demais esta manhã, e apesar de eu sempre ter sido a favor do aborto, por conta de uma experiência pessoal, depois de ter visto o filme eu não posso mais defender esta prática, eu sinto muito, mulheres" (...) Assim, nós percebemos que ele não era um traidor da causa, mas que estava comovido pelos métodos adotados pelos grupos conservadores (...) Então, após descobrirmos o voo e o horário da chegada dele em São Luís, acionamos as feministas e os grupos de mulheres do Maranhão para poderem ir falar com ele, mostrar a realidade delas, das eleitoras, etc (...). Então, estou falando de algumas táticas de como foi a nossa luta na ANC. E assim era o dia inteiro, várias de nós dentro do Congresso e várias outras dentro do CNDM, ligando, falando, mandando carta, telegrama, pro Brasil interior dizendo "olhe, é assim que seu deputado tá se comportando" ou então "seu deputado hoje foi maravilhoso, manda dois telegramas de elogio para ele", ou ainda, "reúnam-se no seu estado, conversem com os parlamentares"; quer dizer, era o tempo todo fazendo isso (...) e, obviamente, essa coisa começou a repercutir. (SILVA, 2011, p. 222)

Contudo, apesar do apoio naquele momento de outros movimentos sociais, como o sindical e alguns partidos, como o PT e o PMDB, a temática do aborto, muito cara ao movimento feminista, foi derrotada pelos setores, devido inclusive pela influência da Igreja, especialmente às de matriz Cristã, que é considerado o primeiro embate propriamente dito de cunho público. (SILVA, 2011; BEZERRA, 2014; MACHADO, 2016)

O compromisso do CNDM com o movimento de mulheres foi também o motivo de sua condenação, que perde força já em 1989, ano que se nomeou pessoal sem identidade com o movimento, provocando a renúncia coletiva de membros da equipe técnica e financeira. Com o governo do presidente Fernando Collor, entre 1990 a 1992, perdeu sua autonomia administrativa e financeira. No final do mandato, o governo de José Sarney que o sucedeu, atendendo a interesses conservadores e desvinculados da democracia e da participação popular resolveu destruir este órgão que possuía respaldo e respeito popular, principalmente do setor que se vinculava. Em 1995, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso o reativa, porém com menos força, pela carência de orçamento próprio, de diálogo com movimento, de estrutura administrativa. (COSTA, 1998; MIRANDA, 2009)

Após a Constituinte, foi momento prévio às eleições presidenciais que ocorreu em 1989. Nesta, houve vinte e dois candidatos que salienta a instabilidade política do país, que só se agravou com o impeachment do presidente eleito Fernando Collor. O curto mandato de Collor, segundo Bezerra (2014), além da crise econômica e política instaurada, sinalizou o fechamento do ciclo de uma década de ciclos de mobilizações e transição entre regimes, apontando que a partir de então os centros de poder antigos e partidos políticos vão se recompondo.

Neste período, Gurgel (2010) revela que uma série de organismos de controle social e de elaboração de políticas formou novos espaços de participação política, tanto dos movimentos sociais como das Organizações Não Governamentais – ONGs. A autora nos ensina que tal cenário salienta a questão da autonomia, um ponto de tensão para o movimento feminista.

Diante do projeto de redemocratização do Estado e da sociedade, a questão da autonomia dos atores coletivos na sua relação com governos ainda autoritários, por um lado, e a multiplicidade de identidades coletivas (trabalhador, morador, mulher, etc.) de organizações emergentes, por outro, tornaram-se focos de atenção privilegiada desses atores e de seus analistas.

Gurgel (2010) elenca três aspectos que o feminismo latinoamericano considera quando se teoriza sobre autonomia, são eles: o reconhecimento do sistema patriarcal como aquele que estrutura a opressão e a dominação da mulher; a emancipação humana como princípio constitutivo do ser político feminista; e a autodeterminação das mulheres como sendo uma ontológica condição do feminismo como sujeito coletivo. Dessa forma, a questão desenvolveu-se no reconhecimento do núcleo comum de opressão vivida pelas mulheres, paralelo ao das opressões distintas entre elas. Aspecto esse que permite a construção de uma identidade coletiva. (GURGEL, 2010)

Farah (2004) relata que alguns grupos vislumbrava a necessidade de ocupar os espaços governamentais, enquanto outros pretendiam a preservação da autonomia. Ela aponta que foi justamente os grupos que possuíam uma posição refratária à participação no Estado dos movimentos que foram formando as ONGs com programas de gênero definidos nas diversas áreas: geração de renda, saúde, educação, combate à violência. Progressivamente, essas mesmas organizações começaram a propor diretrizes de ação para as políticas públicas, dialogando, assim, com o Estado.

3.3. OS ANOS 1990

Os anos 1990 se iniciam com novas articulações entre a sociedade e o Estado, em toda a América Latina e o Brasil entra sob a égide da Constituição de 1988, a Carta Cidadã. Pelas eleições de 1990, tivemos as primeiras senadoras eleitas por voto direto, quais sejam Júnia Marise Azeredo Coutinho, em Minas Gerais, e Marluce Pinto, em Roraima (FONSECA-SILVA, 2012).

Por conta desse processo chamado de redemocratização, Scherer-Warren e Lüchmann, (2004) afirmam que as energias participativas foram deslocadas, em grande parte, para o interior desses espaços institucionais. Muitos desses espaços que criados por resultado das lutas pela própria democratização.

Por essas autoras, este novo cenário, caracterizado pela introdução da dimensão societária nos referidos espaços, deu uma nova complexidade à análise dos limites da participação institucional, ampliando os debates sobre cidadania, democracia, movimentos sociais:

A recuperação do conceito de esfera pública orientou-se, aqui, por uma perspectiva que rompeu, a partir do resgate dos estudos sobre os movimentos sociais, com a estreiteza do vínculo entre Estado e política, subvertendo a relação tradicional (e perversa) entre o público (estatal) e o privado (mercado). (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004, p. 18)

O movimento feminista segue esta tendência dos movimentos sociais de institucionalização que, segundo Da Silva (2000), faz com que alguns deles percam o caráter espontâneo e a-hierárquico, estruturando-se em Organizações Não Governamentais (ONGs). Estas se proliferaram no Brasil e na América Latina de uma forma geral neste período.

Pelo contexto de neoliberalismo assumido pelos governos, as ONGs se destacam no executar ações e programas sociais delineados pelos princípios da participação solidária, voluntariado e focalização (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004).

Elas possuem reivindicações de conteúdo específico, especialmente nas áreas em que o Estado é mais omissivo, transferindo certas obrigações deste para as organizações. Este modelo governamental baseia-se na redução de investimento em políticas sociais, de caráter redistributivo, e ao mesmo tempo estimulando essa

transferência de responsabilidade para a sociedade civil. (DA SILVA, 2000; GURGEL e CISNE, 2008; GURGEL, 2010)

Através da análise de Scherer-Warren e Lüchmann (2004), no projeto neoliberal, o conteúdo de radicalidade das ideias de solidariedade, participação e cidadania se desconecta aos princípios de universalidade e igualdade. Dessa forma, tais novas relações entre sociedade e estado dá-se por parceria público-privado, pela ideia de “terceiro setor”, de responsabilidade social e de filantropia empresarial.

Estas entidades formalmente estruturadas, como as agências multilaterais e fundações, buscam do Estado recursos para financiar seus projetos e também de outros organismos nacionais ou internacionais e dependem de concursos e editais para tanto. As tarefas giram em torno da elaboração, acompanhamento e controle social das próprias políticas públicas, sendo capazes de extrair resultados positivos em diálogo com o poder estatal (MACHADO, 2016; CARONE, 2017).

O cenário de ampliação e pluralização das organizações, bem como de generalização dos espaços de participação social, no interior da gestão de políticas públicas, resulta na “incorporação de um conceito de espaço público diferenciado do Estado” (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004). Tal cenário representou para os movimentos sociais uma necessidade de alterações em sua identidade organizativa.

Gurgel e Cisne (2008) e Gurgel (2010) destacam que o movimento feminista, ao acompanhar essa tendência, travou dilemas internos devido à proliferação das ONGs em detrimento dos grupos feministas mais tradicionais. Seguiu-se o que Bezerra (2014) chamou de “padrão de descenso de mobilização” com redução da “capacidade de pressão social” concentrando seus esforços na ação em lobby e pressão parlamentar, como analisamos na Constituinte de 1988, ou nas ONGs. (GURGEL e CISNE, 2008; GURGEL, 2010; BEZERRA, 2014).

As palavras de Carone (2017) corroboram com esta ideia:

Enquanto especialistas nas temáticas de gênero, essas organizações passaram a assessorar os governos em questões técnicas relacionadas a políticas públicas voltadas para as mulheres. No entanto, seu papel era mais focado na execução dos programas do que na sua formulação. Ao se limitarem à função de meras executoras de projetos, o próprio monitoramento das políticas públicas e a defesa de reformas mais estruturais foram deixados de lado. Por conta disso, alguns críticos consideravam essas organizações como braços institucionalizados dos movimentos, que haviam sido cooptadas pelos poderes que antes criticavam. Organizações despolitizadas e funcionais para a redução de gastos sociais por parte do Estado. (CARONE, 2017, p. 55)

Carone (2017) diagnostica que elas desempenharam a função de articulação do campo feminista latino-americano, nesta última década do século e nos anos 2000, que, apesar de ter ficado disperso espacialmente e fragmentado organizacionalmente, o seu discurso continuou articulado, por resultado da circulação de boletins e publicações, realizações de conferências e formação de redes. A coligação em redes baseava-se por compatibilidade temática e de objetivos, contudo as ações de cada organização possuíam um caráter autônomo frente às redes. Estas passaram a protagonizar a articulação de ações perante o poder estatal. (MACHADO, 2016; CARONE, 2017)

Este contexto pode ser ilustrado com a criação, no ano de 1991, da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, expressando, segundo Silva (2014), a dimensão do grau de organização do movimento de mulheres. A violência contra a mulher e sua apreensão enquanto violência de gênero torna-se assim uma demanda de saúde da mulher e de saúde pública específica. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) reconhece, desde 1991, devido à progressividade do número de ocorrências, a violência como razão de adoecimento das mulheres, assinalando os efeitos na saúde física e mental e também no que diz respeito ao trabalho e à seguridade social. (SILVA, 2014)

Segundo Costa (2009), na leitura de Silva (2014), o movimento feminista passa a ter uma atuação importante em fóruns de controle social na luta pela saúde das mulheres às propostas do PAISM cuja força política é alargada. Mesmo concentrados territorialmente, os movimentos sociais passaram a ter uma relevante e eficaz atuação perante as instituições de saúde, pressionando para a implantação e cumprimento do que o Programa previu.

Para enfrentar esta fase de “ofensa regressiva conservadora”, observada nos anos 1990, por Gurgel (2010), foram estabelecidas articulações de amplitude global, modelando esta fase de internacionalização das reivindicações. A prioridade é a positivação e a implementação pelos Estados das políticas deliberadas nestas Conferências. Decisões dos eventos e encontros de caráter mundializado eram revertidas para decisões de ação nas políticas públicas nacionais, o que intensifica a postura de priorizar as ações de pressão junto aos parlamentos. (GURGEL e CISNE, 2008; GURGEL, 2010; BEZERRA, 2014; MACHADO, 2016)

Machado (2016) entende que os anos noventa representaram uma intensa relação entre o crescimento e a consolidação dos movimentos feministas do Brasil e da América Latina com o “sinergismo” com as instituições intergovernamentais mundiais, com o foco justamente nessa incorporação, reconhecimento e consolidação pelos Estados Nacionais dos direitos das mulheres.

Podemos tomar como exemplo o caso de violência doméstica contra Maria da Penha Maia Fernandes, do Ceará, em que organizações denunciaram o Estado brasileiro para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1994. Após agressões físicas graves e tentativas de homicídio³ do seu marido, encontra-se paraplégica. Esta organização internacional determinou ao governo federal brasileiro, então, que houvesse uma lei para tratar especificamente da violência contra mulher. (SPM, 2014).

O reconhecimento público das ONGs, especialmente pelas com a presença nas Conferências Globais, nos fóruns locais e nacionais, e nas ações do voluntariado trouxe mais visibilidade para este ator coletivo. Assim, surgiram múltiplos referenciais de análise, como, por exemplo, aquelas ligadas ao “associativismo civil” e ao terceiro setor, a fim de compreender as trajetórias políticas a partir das mudanças conjunturais nas sociedades brasileiras e latinoamericanas (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004)

Segundo Santos (2009), as ONGs de mulheres negras têm estruturas comuns com a das ONGs em geral em termos de identidade organizacional, ainda que apresentem particularidades, pelo fato de estar inseridas nesse período sócio-histórico e político-econômico no Brasil e na América Latina. Esta autora traz em forma de tabelas as organizações que se formaram desde a década de cinquenta, sendo que na década e comento foi quando surgiram mais⁴.

³ À época o caso era tipificado penalmente como homicídio. O caso de Maria de Penha Fernandes alterou o Código Penal Brasileiro, como discutiremos adiante.

⁴ Nos anos 1990, destacam-se, na região nordeste, o Coletivo de Mulheres Negras de Salvador, em 1992, e o Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia no Piauí de 1994. Na região sul, temos, em 1990, em Porto Alegre, a Associação Cultural de Mulheres Negras; em 1992, o Grupo Oduduwa, no Rio Grande do Sul e, em 1995, Coletivo de Mulheres Negras/MS. Na região norte do país, em 1999, criou-se o Instituto de Mulheres Negras do Amapá. No centro-oeste, em 1990, o Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal; em o Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado, em Goiás, que surgiu em 1991, e como ONG em 2002; e, em 1999, o Grupo de Mulheres Negras Malunga, em Goiânia. Da região sudeste, emergiram mais grupos como a Comissão de Mulheres Negras de Campinas e a Casa de Cultura da Mulher Negra, Santos, em 1990; em 1991, o Bloco Afro Oriashé, também em São Paulo; em 1992, o Criola/RJ; em 1993 o Eleeko – Instituto da Mulher Negra (SP); 1994, o Centro de Documentação Coisa de Mulher, no Rio de Janeiro; 1994, o E'léékò Gênero Desenvolvimento

Neste panorama, em 1991, realizou-se aqui em Salvador o Encontro Nacional de Mulheres Negras (ENMN) com um público de 430 mulheres de dezessete estados cujo tema principal foi Organização Estratégias e Perspectivas e, na época, Foruns Estaduais de Mulheres Negras foram organizados em diferentes regiões. (RIBEIRO, 1995)

Cumprе salientar que neste ano de 1991, ocorreu a campanha “Declare sua profissão”, realizada pelo movimento de Mulheres Agricultoras, por conta do recenseamento geral, que levou as mulheres a se identificarem como “produtoras rurais”, ao invés da denominação “do lar”, como era a costumeira (PAULILO, 2000). Destaco, pois no âmbito rural este fato teve uma importância não apenas no que diz respeito à identidade e representação, mas para identificar tais mulheres como pertencentes à classe trabalhadora alargando o rol de direitos delas.

A ONU realiza, as Conferências sobre População em Cairo, no Egito, em 1994, e da Mulher, em Pequim, na China, no ano seguinte, onde são tratados, ineditamente, em acordos internacionais, os Direitos Reprodutivos e Sexuais nas mais diferentes sociedades e culturas. A II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos ocorreu em Viena, em junho de 1993, e o feminismo brasileiro organizou a sua participação nesta com a movimentação latinoamericana (MACHADO, 2016). Carneiro (2011) relata que as mulheres negras tiveram presença significativa neste evento em que o estado brasileiro firmou o compromisso de realizar uma conferência sobre imigração e outra sobre racismo ainda naquela década.

A partir desta, tem-se a Declaração de Viena e o Programa de Ação de Viena que destacou a questão da mulher, determinando que os direitos das mulheres são direitos humanos e pregando a participação de forma igualitária nas esferas política, social, cultural, econômica, civil, em níveis regional, nacional e internacional. Decidiu-se que o direito a não violência prevalece em relação à diversidade cultural e que deve ser erradicada a discriminação sexual. (CARNEIRO, 2011)

Outro encontro que estimulou as redes feministas latinoamericanas produzindo novas resoluções foi a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, que fora acordada pela

e Cidadania (RJ); em 1995, no Espírito Santo, criou-se a Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu e a Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu; o Quilombolas em Campinas, criado em 1996; e em 1997 surgiu o Fala Preta! Organização de Mulheres Negras (SP). (CADWELL, 2007; SANTOS, 2009; DA SILVA, s/d)

Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, e aconteceu em Belém, no Pará, em junho de 1994. Neste reconheceu-se a violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos, sendo contempladas as reivindicações feministas acerca das estratégias e concepções em torno da violência doméstica e sexual. (OLIVEIRA, 2017)

No Brasil, em 1995, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso superou parcialmente o estremecimento da relação do governo com o CNDM – e, metonimicamente, com o movimento feminista – ao vincular este Conselho ao Ministério da Justiça, ratificando a institucionalidade entre as organizações feministas e o Estado brasileiro (MACHADO, 2016).

Em setembro de 1995, em Beijing, na China ocorreu IV Conferência Mundial sobre a Mulher que merece destaque especialmente pela participação de diversos segmentos de movimentos populares feministas brasileiros tanto no evento quanto e nos preparativos para a intervenção destes (COSTA, 2013).

Antes deste significativo encontro e fazendo parte da preparação para ele, ocorreu, em 1994, a VII Conferência Regional de América Latina e do Caribe, em Mar Del Plata, chamada pelos Estados da região. Dias antes, o Fórum das ONG de América Latina e do Caribe se reuniu e elaboraram propostas e negociações com os governos. (MACHADO, 2016)

Carneiro (2011) afirma que as mulheres negras atuaram neste processo de preparação para a Conferência de Beijing. Neste, elaborou-se um conjunto de ação capaz de aferir o progresso da questão racial no movimento de mulheres no Brasil e em níveis mundiais. Ribeiro (1995) apontava que apesar de ampla participação dessas mulheres, ainda não se viu uma definição própria enquanto movimento, sendo suas as ações através dos Fóruns Estaduais de Mulheres e da Articulação Nacional de Mulheres, ocupando-se de organizar, mobilizar e definir prioridades e de travar debates políticos.

Segundo Farah (2004), os movimentos e as entidades brasileiras e estrangeiras pautaram, neste momento, propostas de que as políticas contra a erradicação da pobreza, dentre outras políticas sócias, tivessem como escopo principal as mulheres, devido ao diagnóstico recente de que são as mulheres nos países em desenvolvimento que mais foram vitimizadas pela pobreza decorrente da longa recessão na década antecedente. Discussão esta abordada em Beijing, onde

se recomendou que programas de apoio às mulheres como o acesso ao crédito e geração de emprego e renda fossem instituídos.

A intervenção das mulheres negras na Conferência de Beijing ampliou o debate sobre a temática racial em nível mundial, explicitando que em todas as sociedades há o privilégio da raça branca em detrimento às outras; que o racismo não é um determinante de exclusão social, não estando circunscrito a uma região ou a uma cultura. (CADWELL, 2007; RIBEIRO, 1995)

Apesar dos embates provocados, alcançou maior visibilidade às questões de raça e as feministas negras e brancas envolveram-se na tentativa de convencer sobre necessidade de incluir propostas da Declaração oficial que versassem sobre o combate ao racismo. O fim era que se definisse uma “plataforma de ação que tenha por base a conquista de plena cidadania a todos os povos”. (RIBEIRO, 1995, p. 456) O escopo foi de integrar as avaliações com a afirmativa de que o racismo e o machismo devem ser considerados indissociavelmente nas definições de políticas públicas de combate contra as discriminações sociais. Ambas questões devem servir para remodelar o conceito e a ação no que diz respeito a cidadania. (RIBEIRO, 1995). Nas palavras de Carneiro (2003):

“Essa articulação permanente das exclusões de gênero e raça determinadas pelas práticas sexistas e racistas constituía um dos pré-requisitos fundamentais para selar uma perspectiva de luta comum entre mulheres negras e brancas no contexto da luta feminista. (p.128)

Por sua vez, a partir da década de 1990, as mulheres indígenas passam a estruturar seus próprios organismos e a criar dentro de organização já consolidadas na Amazônia brasileira, departamentos para atender suas peculiaridades. Por exemplo, em 1996, na Assembléia Geral dos Tuxauas, em Bismarck, reivindica-se um espaço próprio para as mulheres indígenas. Neste mesmo ano, vê-se, em Maturuca, Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, o I Encontro Estadual das Mulheres Indígenas, onde elas avocam como compromissos: a luta pela terra e pela autosustentabilidade, o combate ao alcoolismo, a revitalização da cultura e, ainda, a continuação do projeto de corte e costura. (SACCHI, 2003)

Nesse interím, em 1999, é formalmente instituída, em Assembleia Estadual, realizada na comunidade indígena do Manoá, TI Manoá/Pium, região Serra da Lua, município de Bonfim, a Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (OMRR). Faz-se relevante sublinhar a função social do coletivo que

compõe o Núcleo de Mulheres de Roraima (NUMUR) na assessoria técnica e política que foi dada para a realização deste evento. (TORRES, 2017)

3.4. O COMEÇO DO NOVO SÉCULO

Fonseca-Silva (2012) entende que o século XXI inicia com acontecimentos que marcam a memória e a atualidade “do papel político da mulher no jogo de relações de forças no processo de transformação social, no que tange à superação das desigualdades de gênero e das relações com as diferentes esferas de poder” (p. 193).

O feminismo latinoamericano passou por mudanças consideráveis da década de 1960 até os tempos atuais. Como diz Costa (2013), as alterações são cotidianas, pois se apresentam a cada enfrentamento, cada conquista, a cada nova demanda, “no movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz.” (p. 1).

Em 2002, final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, uma agência estatal, vinculada ao Ministério da Justiça, devido às pressões das organizações feministas. Estabeleceu como prioridades o combate à violência contra a mulher, a inserção delas no mercado de trabalho e no cenário político brasileiro. Apesar de ter sido recebida pelo movimento como uma vitória pela habilidade de criar redes e de implantar medidas concretas, a subordinação a este Ministério reduziu sua capacidade de ação e a legislação que a criou não esclareceu suas competências e sua estrutura administrativa (BOHN, 2010; MACHADO, 2016; CARONE, 2017; MIRANDA, 2009).

O Ministério da Saúde, neste mesmo período, convocou as feministas das continuidades à Coordenação da Saúde da Mulher, no intuito de implementar uma nova política nos serviços de aborto legal, ou seja, nos casos em que a legislação penal não incide: gravidez é decorrente de estupro e quando a gestante sofre risco iminente de morte. O propósito era o atendimento dessas mulheres pela rede pública através no recém-criado SUS. (MACHADO, 2016)

Neste começo de século, fortaleceu-se a tendência pela formulação de proposta de políticas públicas, reduzindo a ideia de preservação da autonomia dos movimentos sociais. O espaço público passa a ser espaço desejado e privilegiado na luta pela igualdade de gênero na sociedade brasileira. Farah (2004) traz como

exemplos que ilustram tal tendência de articulação o projeto “Gênero nas administrações – desafios para prefeituras e governos estaduais”, de organização da Fundação Friedrich Ebert Stiftung em 1998 e 1999 e, ainda, a publicação elaborada pela entidade feminista AGENDE direcionada aos dirigentes municipais.

A autora destaca também como parte deste movimento o Encontro sobre Gênero e Políticas Públicas, realizado em São Paulo, pelo Instituto Polis, em novembro de 2000; o Encontro Nacional Mulher e Poder Local, em abril de 2000, no Rio de Janeiro; e o Encontro sobre Indicadores de Gênero, também no Rio de Janeiro, em fevereiro de 2001. Além de conceder ênfase à inclusão das mulheres como alvo das políticas, as reivindicações giram em torno da participação feminina na formulação, implementação e ainda no controle das políticas (FARAH, 2004).

Em junho de 2002, foi realizada em Brasília a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras que contou com um público de duas mil delegadas das conferências estaduais e de representantes das redes nacionais, sendo gestada, coletivamente, por mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, idosas, com deficiência, de diferentes vinculações religiosas e partidárias (CARNEIRO, 2003; COSTA, 2013). Neste encontro, debateu-se as principais temáticas do panorama brasileiro e internacional e quais os obstáculos e mecanismos para caminhar em prol da igualdade de gênero.

A partir desta, foi elaborada Plataforma Política Feminista com os seguintes tópicos orientadores das propostas:

- reconhecer a autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres;
- comprometer-se com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético;
- reconhecer os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres;
- comprometer-se com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social;
- reconhecer o direito universal à educação, saúde e previdência;
- comprometer-se com a luta pelo direito à terra e à moradia;
- comprometer-se com a luta anti-racista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica;
- comprometer-se com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas;
- comprometer-se com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays;
- comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos;
- reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção;
- reconhecer o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros;

- reconhecer a discriminação do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública e reconhecer que cada pessoa tem direito as diversas modalidades de família e apoiar as iniciativas de parceria civil registrada. (CARNEIRO, 2003, p. 126 e 127)

Nota-se o caráter plural das propostas apresentadas a partir de várias lentes – exemplificaremos. É plural ao tratar tanto de demandas específicas das mulheres (descriminalização do aborto, direito a ter ou não filhos), quanto para a sociedade como um todo (contra o projeto neoliberal) – inclusive, fazendo perceber que esse liame é bem tênue, pois o que concerne à mulher impacta na sociedade como um todo e vice-versa. É plural, ainda, ao trazer o conteúdo das lutas (direito a moradia, ao aborto, ao combate a violência), como também a forma como se deve lutar (autonomia dos movimentos sociais). É plural ao respeitar as demandas originárias de mulheres de diversas identidades (lésbicas, negras, rurais, crianças). É plural também, pois assume uma inerente transversalidade em termos setoriais da política (saúde, educação, moradia, economia, previdência).

Esta Plataforma Política Feminista se tornou um instrumento norteador para as lutas feministas e foi entregue formalmente a todos os candidatos à presidência da República nessas eleições deste ano de 2002, também aos governos dos estados, aos dirigentes de partidos, aos parlamentares, além da divulgação ampla nos meios de comunicação. Este foi resultado do que Costa (2013) chamou de “demonstração da força”, no que diz respeito à “capacidade de mobilização e articulação de novas alianças em torno de propostas transformadoras, não só da condição feminina, mas de toda a sociedade brasileira” (p.14).

Em paralelo à elaboração da Plataforma, ONGs feministas desenvolviam um processo de monitoramento da ratificação do Protocolo Facultativo Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher pelo governo do Brasil. AS organizações foram coordenadas pela AGENDE e CLADEM/Brasil e a campanha de dimensão mundial possuía o lema “Os direitos das mulheres não são facultativos” COSTA, 2013).

Em 2002, foram constituídos os Departamentos de Mulheres Indígenas da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), com representação nos nove estados brasileiros da Amazônia. A formalização deu-se no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, que ocorreu em Manaus e contou com

a participação de setenta lideranças de vinte organizações distintas e de trinta povos indígenas. A finalidade principal foi o de fomento da atuação das mulheres indígenas nas variadas instâncias, pretendendo garantir seus direitos e contribuir para o avanço do movimento indígena como um todo⁵. Neste mesmo ano, em Brasília, indígenas de todo o país se reuniram na “Oficina de Capacitação e Discussão sobre Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas”, organizada pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), onde elas explicitaram as propostas de reserva de vagas em cargos administrativos; de realização de oficinas para capacitação e a consolidação de novos espaços para negociar seus interesses; de um Comitê de Articulação a fim de convocar um Fórum de Mulheres Indígenas; e, ainda, de uma campanha de revitalização de associações femininas nas aldeias – conselhos de anciãs e grupos de discussão (SACCHI, 2003).

Também em 2002, ocorreu a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva que representou possibilidades de superação do cenário neoliberal instalado, por ser a um líder do vinda do movimento sindical que fundou o Partido dos Trabalhadores (PT), sendo tida como marco histórico (DRUCK, 2006).

Espaços participativos de caráter formalizado, como conselhos e conferências, tiveram papel essencial em diversas áreas das políticas públicas. O mote “participação da sociedade” serviu como abertura para diferentes práticas e rotinas dos movimentos sociais face ao governo, alargando o acesso dele com graus diferentes a depender do setor (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Nesse contexto, em 2003, logo no início do governo, criou-se a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), por meio de uma medida provisória, posteriormente convertida em lei, vinculada Gabinete Civil da presidência, tendo um caráter ministerial. Esta característica foi um avanço em relações às outras agências anteriores, implicando em autonomia orçamentária e no reconhecimento da necessidade de políticas públicas específicas, de coordenação e incentivo de ações transversais ligadas às questões de gênero (MIRANDA, 2009; BOHN, 2010; BEZERRA, 2014; CARONE, 2017).

⁵ Sacchi (2003, p.100 e 101) aponta o II Encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, ocorrido, em 2003, também em Manaus, “explicita as especificidades de suas lutas: o combate à violência, estupro e prostituição; a revalorização da identidade étnica; a maior articulação e participação política das mulheres, através do apoio dos homens indígenas (diretores das organizações, lideranças tradicionais e esposos) e dos órgãos indigenistas; a busca de treinamento e capacitação para exercerem suas atividades e recursos financeiros que possibilitem levar adiante seus projetos”.

Por outro lado, esse status ministerial dada à SPM se desdobra em outros pontos. Bohn (2010) destaca que o cargo de ministra se configura como uma posição comissionada, um cargo de confiança do(a) presidente(a), ou seja, ele pode nomear e demitir sem mais consultas. Dessa forma, apesar de não ser subordinada com um Ministério, ela responde ao(à) presidente(a), e não à sociedade civil. Ela completa a análise dizendo que nesse ponto, devido sua continuidade ser dependente do governo, a SPM se assemelha às outras agências governamentais.

Esta secretaria incorpora o CNDM que passa a funcionar como órgão consultivo ao invés de deliberativo. Dessa forma, esta nova agência acumula a experiência que foi adquirida pelo Conselho. Em 2003, foi alterada a composição deste que contou com indicações das redes nacionais dos movimentos de mulheres e feministas.

Alterou-se a composição do CNDM, ainda em 2003, abrindo indicações de nomes de sindicalistas e de profissionais através de suas organizações; bem como, através de representantes do governo federal, pelos ministérios que se estabeleceu parceria, sendo estes trâmites presididos pela Ministra da SPM (MIRANDA, 2009; BOHN, 2010; MACHADO, 2016; CARONE, 2017).

A criação da SPM representou o reconhecimento de políticas públicas específicas, sendo este espaço de diálogo com os movimentos feministas e de mulheres, cujas ações são de coordenação e incentivos, com os demais Ministérios e Secretarias, visando a transversalidade da temática gênero. Este diálogo deu-se primordialmente por meio da propositura de conferências nacionais. A primeira delas foi em julho de 2004 e a segunda em agosto de 2007, já no segundo mandato do mesmo presidente (MIRANDA, 2009; MACHADO, 2016; CARONE, 2017). A terceira e a quarta já ocorrem durante o Governo Dilma Rousseff, em 2011 e 2015, respectivamente, e será analisado posteriormente.

Diante desse quadro, Bezerra (2014) analisa o progressivo interesse em analisar os novos espaços de interação Estado-movimentos social, seja pela continuidade de arranjos como o CNDM, como também pela criação desses novos. Assim, teve lugar as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres, que resultaram na produção de dois planos com diretrizes para as políticas públicas específicas nos diversos setores estatais. Para se tornarem diretrizes tais decisões, criou-se, o Comitê de Articulação e Monitoramento dos Planos de Políticas para as Mulheres com tais ministérios parceiros (MACHADO, 2016).

Como diretrizes bases da primeira Conferência, que mobilizou mais 120 mil mulheres abordaram-se os temas: a gestão e monitoramento do plano; autonomia das mulheres e igualdade no mercado de trabalho; uma educação de caráter inclusivo não racista, não homofóbica e não lesbofóbica; a saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e o combate a todas as formas de violência contra as mulheres. As Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro que coligava diversas organizações e redes feministas propuseram, independente da posição da SPM, o direito à interrupção da gravidez, requerendo do governo federal um projeto de lei. Tal proposição foi apoiada por quase todas as Conferências estaduais e por 90% das delegadas que participaram da primeira Conferência Nacional (BEZERRA, 2011; MACHADO, 2016).

Flávia Biroli (2018) aponta que, de fato, existiu uma agenda de gênero incorporada às políticas de Estados nos diversos setores, seja em educação, saúde, assistência social, como também em políticas para o empoderamento econômico das mulheres, profissionalização das mulheres negras e de baixa renda, ampliação de acesso a profissões predominantemente masculinas. Além do conjunto de medidas para efetivar o combate à violência contra as mulheres.

Neste período, podemos destacar ainda o ineditismo da participação das mulheres nas esferas de poder em outras searas como, por exemplo, Ellen Gracie Northfleet que se tornou a primeira mulher, em 2002, a integrar como ministra a Suprema Corte do Brasil desde a sua criação. Esta foi eleita também a primeira presidente do Supremo Tribunal Federal, em 2006. Dilma Rousseff, cuja história de militância contra ao regime militar é reconhecida, tornou-se a primeira mulher a ocupar a função de Ministro das Minas e Energia, em 2003, e, em 2005, a função de Chefe da Casa Civil (FONSECA-SILVA, 2012).

Na primeira equipe administrativa estruturada em 2003, contou com a nomeação de quatro outras ministras além de Emília Fernandes na SPM, quais sejam: Matilde Ribeiro para a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Marina Silva para Ministério do Meio Ambiente); Benedita da Silva na Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social e Dilma Rouseff para o Ministério das Minas e Energia) (LIMA, 2011).

Biroli (2018) analisa que apesar da escassa presença das mulheres nos espaços de representação formal, elas têm atuado sistematicamente na política, tendo sido ampliada com a chegada do PT ao poder federal. Ela entende que isso é

devido ao fato de ser este um partido com bases históricas dos movimentos sociais, com maior abertura, assim, para o ativismo das mulheres. Estas decisões governamentais geraram:

uma visível aproximação do governo com as posições dos movimentos feministas, e vice-versa, assim como contribuíram para a aproximação entre movimentos feministas, sindicais e de organizações de mulheres profissionais liberais e de classe, e para a introdução de mecanismos governamentais de introdução de direitos das mulheres nas esferas estadual e municipal. (MACHADO, 2016, p. 13 e 14)

Cumprе esclarecer que a presença de militantes nos vários ministérios e em cargos de alto escalão tiveram experiências distintas a depender da trajetória dos grupos que vieram e de suas interações com o Estado. Segundo Abers, Serafim e Tatagiba (2014) os ativistas transformaram as agências do governo federal em palcos para suas militâncias, buscando construir e fortalecer espaços de participação com maior grau de formalidade, que eram restritos ao âmbito municipal.

Faz-se necessário salientar que os movimentos sociais, neste cenário, ficaram diante de uma nova situação com o governo, que, ao mesmo tempo, que tiveram representatividade, em sua política de caráter econômico não rompeu ao projeto neoliberal dos governos anteriores. (LEHER, 2003). Dessa forma, os embates assumiram novas feições, novas formas de negociações, baseando-se em protestos e outros encontros menos públicos entre Estado e representantes dos movimentos. (LEHER, 2003; ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014)

Neste momento, o movimento feminista voltou-se, dentre outros temas, ao projeto de lei de combate à violência contra as mulheres, mas especificamente, a doméstica, que o Estado brasileiro estava em débito perante a determinação da OEA diante do caso emblemático da assistente social Maria da Penha. Pela relevância desse conteúdo no que concerne à temática e às formas de interação entre o movimento e o Estado, apresentamos este exemplo. O processo para a elaboração da lei já durava anos, mas estava caminhando a passos lentos. Bezerra (2014) atribui à SPM a contribuição para que a tramitação do projeto fosse acelerada.

Para tanto, compôs anteriormente um Consórcio com as seguintes entidades não governamentais: Centro Feminista de Estudos Assessoria (CFEMEA); THEMIS – Assessoria Jurídica; Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação, Ação e Estudos de Gênero (CEPIA); Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos

(ADVOCACI); Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE); Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) (OLIVEIRA, 2017).

Nota-se que as audiências públicas regionais foram decisivas neste processo tanto para saber sobre as especificidades de cada região sobre a temática, quanto para que outros segmentos interessados compusesse o movimento, tendo incidido sobre as mulheres negras, lésbicas, com deficiência etc. Tal consórcio envolve-se amplamente também com outros segmentos, como os de direitos humanos, o sindical, os núcleos universitários, e a Ordem de Advogados do Brasil (CALAZANS e CORTES, 2011; OLIVEIRA, 2017; CARONE, 2017).

No final de 2003, o resultado dessas discussões promovidas pelo Consórcio foi exposto à bancada feminina do Congresso Nacional, em um evento na Câmara dos Deputados. Discutiu-se, em 11 de novembro de 2003, com as deputadas e a SPM. Em março do ano seguinte, o anteprojeto foi apresentado à SPM que, pelo Decreto 5.030, de 31 de março de 2004, que instituiu Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar “proposta de medida legislativa e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher, e dá outras providências” (BRASIL, 2004; CALAZANS e CORTES, 2011; BEZERRA, 2014; CARONE, 2017).

Cumprir destacar que mesmo tendo incorporado grande parte da proposta do Consórcio a proposta de lei possui contradições com as diretrizes para reduzir de forma efetiva as desigualdades de gênero no que diz respeito à violência no âmbito doméstico, familiar, pois manteve o julgamento dos casos com Lei 9.099/1995. (OLIVEIRA, 2017; CALAZANS e CORTES, 2011). Esta lei versa sobre os juizados especiais, onde se tramitam os casos de menos potencial ofensivo e com menor complexidade processual, ou seja, não consideraram que a violência contra mulher fosse um grave crime que atenta os direitos humanos.

Apesar dos pareceres em contrário do Consórcio, da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e da subprocuradora da República Ela Wieko, encaminhou-se o projeto (OLIVEIRA, 2017; CALAZANS e CORTES, 2011). Oliveira (2017) extrai dessa experiência que a relação entre Estado e as pautas feministas não se alteraram tanto desde o começo da institucionalização dessas políticas.

Dessa forma, interessa apontar que as ações do Consórcio se condicionaram pelas regras de funcionamento do próprio processo legislativo, isto é,

a interação das atoras sociais com os políticos se deu no contexto institucional. Elas se modelaram para atuar no legislativo. Durante a tramitação do projeto, o grupo não apenas participou das audiências públicas e seminários, como também se empenharam no contato com representantes dos poderes executivo e legislativo, negociando com os parlamentares resistentes, inclusive, acionando movimentos dos locais desses parlamentares. Além disso, em seu repertório de ação, houve a produção do parecer do projeto por meio de atuação conjunta com as relatoras. (CARONE, 2017)

Assim, em meio aos debates e discussões em audiências e outros eventos, que eram unânimes a respeito da retirada da égide da Lei 9.099/95, após várias versões, foi elaborado um projeto de lei substitutivo. No final de junho de 2005, a versão preliminar do substitutivo foi concluída e divulgada para o movimento debater em novas nas audiências públicas nos estados.

Depois de aprovado pelas várias Comissões, chega ao Senado no começo de 2006, já com várias modificações que foram inclusas com a pressão dos movimentos de mulheres, em especial do organizado Consórcio. Carone (2017) entende que a atuação deste foi contundente para que o texto final tivesse determinados pontos, produzindo efeitos de grande relevância na produção dessa política pública. Ele mobilizou recursos e repertórios – voltados à influência no Congresso Nacional – a fim de que pudessem atuar de forma eficaz durante todo o processo de tramitação da lei, incluindo, assim, conhecimento técnico relacionado ao assunto, às regras do poder legislativo e contatos pessoais com atores da política.

Apesar de elas terem tentado que fosse aprovado e sancionado antes do dia 08 de março de 2006 (CALAZANS e CORTES, 2011). Contudo, apenas em 07 de agosto deste mesmo ano tivemos a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que produz efeitos até os tempos atuais. Calazans e Cortes (2011) apontam que o cenário foi favorável, considerando que o Estado brasileiro já havia ratificado anteriormente outros documentos de direitos humanos relacionados à temática, quais sejam: Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o Plano de Ação da IV Conferência Mundial sobre Mulher e Desenvolvimento, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

Abers et al. (2014) sustentam que o fato do governo do presidente Lula ter dado abertura para tais interações, sendo encarado como aliado, não significa que o protesto desaparece, e sim que teve transformações em seu significado. Elas identificam que, neste caso, em que o governo é mais permeável, os protestos fazem parte do ciclo de negociações; e não no sentido de (re)estabelecer como em outros casos.

Esteban Iglesias (2011) nos ensina que a ação dos movimentos sociais seja em diálogo com o poder político ou em uma relação de protesto consistem em modalidades distintas que podem assumir os processos de integração social. De fato, o elo – seja de diálogo crítico ou de confronto – com o regime político do governo é justamente o que colabora para gerar processos de integração social.

De Souza (2013) corrobora, ao ser contrário o argumento acerca da desmobilização da sociedade na era Lula, ao interpretar que o lulismo pode ter mantido formas distintas de mobilização, coordenando as escolhas políticas. Para se compreender o fenômeno lulista, é importante considerar as alterações de representação política durante este período, que podem ser interpretadas como novos modos de mobilização dos grupos organizados da sociedade civil. Resultam estes possivelmente tanto pela ligação de vários segmentos com o projeto político deste governo como das ações em prol da participação da sociedade civil, como os conselhos gestores, as conferências, e outros espaços de diálogo político.

Bezerra (2014), por sua vez, traz que o processo de institucionalização de um movimento direcionado a uma interação direta com o Estado “não é linear e não exclui a coexistência de outras estratégias de atuação” (p. 53), à medida que as arenas e as oportunidades políticas modifiquem-se conforme se alterem as arenas e, como consequência, as oportunidades políticas. A respeito do movimento feminista, afirma que, ao menos em parte, os diversos processos por ele vivenciados provocaram, em certa forma, efeitos de longo prazo, condicionados historicamente pelas oportunidades políticas.

4. O GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Em 2010, a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou em 195.494.797 milhões a população brasileira, em que 50,5% eram mulheres. Desse total de pessoas, 135.804.234 milhões faziam parte do

eleitorado e as mulheres representavam 51,82%. As eleições para presidente do Brasil, neste ano, dos três principais candidatos, no primeiro turno, dois eram mulheres: Marina Silva e Dilma Rousseff, que obtiveram, juntas, 66% dos votos. No segundo turno, José Serra e Dilma Rousseff entrou em disputa, sendo esta candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) vitoriosa com 56,04% dos votos válidos em 31 de outubro de 2010 (FONSECA-SILVA, 2012; DE LIMA, 2015).

Assim, o Brasil elegeu a primeira mulher para o mais alto cargo do poder executivo: presidência da república, que tomou posse em 2011. Fonseca-Silva (2012), em sua análise acerca de discurso e memória, relewa o acontecimento da eleição de 2010 como sendo

marcado pela atualidade e pela novidade: Dilma Rousseff é a primeira presidente do Brasil, mas, ou ao mesmo tempo, pela memória que é atravessada pela história de gerações de mulheres (índias, negras, brancas, ricas ou pobres, famosas ou anônimas, livres ou escravas) que, da Colônia à República, participaram de relacionamentos de forças, lutaram e promoveram contracondutas individuais e coletivas no interior de racionalidades políticas, para poderem se subjetivar no lugar de sujeito político. O nome Dilma Rousseff, neste sentido, deixa de figurar uma pessoa para figurar um lugar que representa todas as gerações de mulheres brasileiras (anônimas, esquecidas, pouco lembradas) que não aceitaram as injunções impostas pela sociedade e se colocaram no lugar de resistência. (FONSECA-SILVA, 2012, p. 203)

Este trecho expressa a carga de simbolismo que a eleição da primeira presidenta possui, sendo encarada como representante de um conjunto diverso de mulheres brasileiras, de uma série de lutas pelo espaço do mundo político que foi ao longo do tempo negado ou, no mínimo, restringido. Contudo, as análises sobre o governo Dilma Rousseff, em suas várias esferas, possuem pontos de vistas distintos, no quesito temáticas de gênero, inclusive, algumas delas até mesmo contraditórias:

Assumindo o governo, não apenas continuou o programa de inclusão social iniciado pelo presidente Lula em 2003, mas aprofundou-o em muitos de seus aspectos, principalmente em relação às políticas para as mulheres. (MENICUCCI, 2018, p. 65)

Em termos práticos, ter uma chefe de governo mulher pareceu mais como um simbolismo do que em avanços significativos na questão de gênero. (MENEZES, 2017, p. 11)

Como se exemplifica nos trechos acima, cientistas se dividem na avaliação do governo na perspectiva de avanços para a diminuição da desigualdade de gênero. Há aquelas autoras que indicam que avanços sem precedentes ocorreram nesse período e outras que balizam a representatividade feminina,

afirmando que não extrapolamos este aspecto, pois não obtivemos significativas alterações na situação da mulher na sociedade.

Acreditamos que a força deste simbolismo não deve ser minimizada, especialmente pela patente sub-representação na política. Considerando esta maioria feminina do eleitorado, nenhuma campanha, nenhum plano de governo poderia desconsiderá-la, mas observa também, segundo a literatura, que ainda é minoria em termos de ocupar cargos eletivos. Mas, mesmo, o baixo percentual, foi o maior da histórica brasileira.

A título de exemplificação, 1.335 mulheres foram candidatas a deputadas federais (22%), 3.500 concorrendo ao cargo de deputada estadual (23%), 36 candidatas ao Senado (13%), 18 candidatas aos governos estaduais (11%). Fazendo um comparativo com os homens, apenas no que diz respeito ao cargo de deputada federal, foram eleitas somente 45 (4,07%) das candidatas ao cargo de deputada federal; ao passo que os homens foram eleitos 468 (11,79%) dos candidatos. Portanto, em um comparativo, dos 513 eleitos ao cargo, 91,22% eram homens e apenas 8,77% eram mulheres. (ROMERO et al, 2012; LIMA, 2015)

Na reeleição da Dilma Rousseff, em 2014, a população brasileira somava 202.7 milhões de pessoas, das quais 50,6 % eram do sexo feminino. O eleitorado contava com 142.822.038 mulheres (MENEZES, 2017). Dessa forma, apesar da mulher da presidência, ainda é necessário ocupar as esferas de poder com mais expressividade. Segundo Lima (2015), além disso, os movimentos não tem conseguido colocar algumas de suas pautas históricas, como, por exemplo, violência de gênero e aborto, como temas fortes nas campanhas eleitorais.

No que tange a políticas públicas para mulheres, nesses dois governos da presidenta, a literatura indica que dois momentos foram cruciais no que tange a articulação com o poder estatal – nestes casos, mais diretamente com o poder legislativo. São eles a questão da regularização do trabalho doméstico e a lei acerca do crime de atentado contra a vida das mulheres, chamado de feminicídio. Também se destaca a criação da Casa da Mulher Brasileira, como parte do Programa “Mulher, Viver sem Violência”, que comentaremos, assim como os dois processos legislativos referidos, nos parágrafos que seguem.

A categoria das trabalhadoras domésticas possui aproximadamente cerca de 6,4 milhões de trabalhadores, 93% dos quais são mulheres e 61% são pessoas negras. (ACCIARI, 2016) Pelos números, temos que esta é uma questão de gênero,

raça e classe, com laços enraizados nas relações de trabalho do regime escravocrata, que foram desatados, ao menos no quesito legislativo, em 2013 e um pouco mais em 2015.

Em 1º de abril de 2013, publicou-se a emenda constitucional número 72 conhecida como “PEC⁶ das Domésticas”. Todo o trâmite produziu forte resistência da elite. Depois de dois anos de negociações, a lei complementar nº 150 foi votada e aprovada no Congresso, sendo sancionando pela presidenta e vigendo desde outubro de 2015. Ela regulamenta o trabalho doméstico no Brasil (PARADIS e SARMENTO, 2016; ACCIARI, 2016).

A partir de então, novos direitos foram adquiridos por estas trabalhadoras, tais como: adicional noturno; obrigatoriedade do recolhimento do FGTS por parte do empregador; seguro-desemprego; salário-família; auxílio-creche e pré-escola; seguro contra acidentes de trabalho; e indenização em caso de despedida sem justa causa (BRASIL, 2015; SPM; 2016). Em outubro de 2015 o Governo Federal lançou o *eSocial*, que consiste em uma ferramenta eletrônica, com o intuito de cadastrar as trabalhadoras domésticas e de unificar a arrecadação dos tributos e do FGTS: o Simples Doméstico (CARDOSO, 2017).

Sinalizamos a atuação sindical das trabalhadoras domésticas através do SINDOMÉSTICA que se constitui desde 2007. Em seu próprio *site* aponta seu papel no processo legislativo que levou à referida Lei: “fomos inúmeras vezes à Brasília, em busca de apoio político para que nossos interesses pudessem entrar em pauta no Congresso e pudéssemos aprovar a PEC das domésticas” (SINDOMESTICA, p. 1).

Na formação dos sindicatos das trabalhadoras domésticas nota-se uma articulação com movimentos sindicais, feministas e negros, que Bernardino-Costa (2015) conceitua como interseccionalidade emancipadora. Significa, em sua visão analítica, que as categorias classe, raça e gênero têm a possibilidade de serem mobilizadas em uma solidariedade política. Dependendo do contexto histórico, tais categorias sociais de diferenciação, pilares da noção de interseccionalidade, são capazes de gerar formas democráticas de agência política.

⁶ PEC significa Proposta de Emenda Constitucional, um instituto legislativo para fazer alterações na Constituição Federal brasileira.

Em seu estudo sobre enquadramentos da mídia brasileira acerca desta Emenda, Paradis e Sarmiento (2016) verificam que há o reconhecimento do trabalho doméstico como feminino, fazendo com que seu arranjo seja entre mulheres, ou seja, entre a empregada e a patroa. Dificilmente, a figura masculina entra em jogo, o que contribui não só para a desigualdade hierarquizada intragênero – principalmente, entre mulheres brancas e negras – como para a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres.

Como praticamente muitas iniciativas que se institucionalizam, esta Lei possui limitações que provocou críticas vindas das organizações de trabalhadoras. Este não é completamente satisfeito, significando uma “segunda abolição da escravatura” como, por Acciari 2016, a mídia veiculou. Em seu conteúdo, por exemplo, há uma disposição muito criticada que se refere ao banco de horas extras, possibilitando, ao empregador, a não compensação das horas extras trabalhadas durante os primeiros doze meses em caso de demissão por justa causa (ACCIARI, 2016).

Ainda sobre o combate a violência contra a mulher, lançou-se, em março de 2013, a iniciativa “Mulher, Viver sem Violência” que, por meio de Decreto, foi convertida em programa de governo em agosto do mesmo ano. O seu objetivo é a integração e ampliação de serviços públicos existentes que se voltam às mulheres em situação de violência. (SPM, 2014)

A Casa da Mulher Brasileira é um dos eixos desse programa. Neste espaço, encontram-se diversos serviços especializados essenciais para lidar com os casos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças, brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes. (SPM, 2015)

A Casa representa um projeto comum, em que se articulam ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, trabalho e outras. Tem como escopo a proteção integral e a autonomia das mulheres. (BRASIL, 2015)

Ainda acerca do combate à violência, destacamos o processo da lei de feminicídio, que de antemão já apontamos que não é considerada, de forma unívoca, pelos movimentos de mulheres, como uma conquista, um avanço, por

conta do resultado final do texto legal. Trata-se da Lei n. 13.104/2015 sancionada pela presidenta no dia 09/03/2015, que insere uma qualificadora ao crime de homicídio.

Oliveira (2017) aponta, como um resultado de sua pesquisa sobre este processo legislativo, a relevância de certos elementos da conjuntura política naquele momento que culminou na aprovação da lei, quais sejam: o fato de haver uma mulher como presidenta da república, os graduais avanços recentes em termos de políticas públicas para mulheres e emblemáticos casos do ilícito que foi tipificado, cuja repercussão se nacionalizou.

Estes formam uma estrutura de oportunidade política para a elaboração e aprovação do dispositivo legal, que depende não apenas das instituições estatais como de sua permissividade para receber tal reclamação, bem como da representatividade do grupo de interesses nas instituições públicas.

Como momento de destaque, em 2002, se instalou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher CPMI para investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil, apurar as inúmeras denúncias de omissão por parte do Estado brasileiro, no que concerne a aplicação dos instrumentos legais às mulheres.

Esta Comissão durou aproximadamente um semestre e passou por dezessete estados e Distrito Federal, usando, como estratégias, atividades diversas: visitas aos serviços públicos que atendem mulheres em situação de violência, reuniões com vítimas e familiares delas, oitiva de especialistas etc. Foram realizadas vinte e quatro audiências públicas com profissionais do Direito, gestores públicos, ONGs etc. A CPMI promoveu ainda reuniões com representantes dos movimentos de mulheres e feministas neste período que percorreu o país, colhendo suas posições e sugestões. (OLIVEIRA, 2017)

O seu processo durou aproximadamente dois anos e o projeto passou por inúmeras transformações que suprimiu a expressão “gênero” por “sexo feminino”. No nosso Código Penal atual, no artigo 121, que trata do homicídio, determina que este será qualificado⁷ quando cometido “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino” (BRASIL, 2015).

⁷ A qualificadora de um crime é quando a pena base é tipificada do Código Penal já com o aumento. O crime de homicídio tem pena base de 06 a 20 anos de reclusão; a qualificadora tem pena base de 12 a 30 anos de reclusão.

O texto traz desajustes legais especialmente no caráter biologizante de ler a mulher, ou seja, através do sexo, excluindo as mulheres transgênero, por exemplo. Na crítica de Machado e Elias (2018), é o contrário essa diferença entre o homem e a mulher é reforçada. Assim, não carrega elementos para que produza a eficácia pretendida: diminuição dos índices de violência contra as mulheres. O seu maior caráter é simbólico, é para dar visibilidade aos casos:

Entretanto, cremos que o registro meramente simbólico tende a comprometer movimentos concretos que são alçados com base na lei, deixando-a no campo da alegoria, da crença vazia. A constituição de um tipo penal derivado pode contribuir para gerar novas estatísticas, novos discursos jurídicos, mudanças no imaginário cultural, novas demandas por igualdade. Constitui-se, também, na tradução política de uma vivência das mulheres, na medida em que vai para a esfera pública, transformando-se em lei. (MACHADO e ELIAS, 2018, p. 297)

O resultado desta Lei revela que “o trabalho da bancada feminina se dá em tom de constante negociata, em um jogo interminável de avanços e retrocessos” (p. 288) que é influenciada por diferentes agentes. Aos movimentos, cabe arcar com ganhos, mas também com as perdas que são custosas. (MACHADO e ELIAS, 2018)

Em 02 de junho de 2014, a presidência sancionou a Lei nº 12.987 que instituiu como Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra o dia 25/07/2018, a ser comemorado anualmente (BRASIL, 2014). A raiz se encontra no Dia da Mulher Afro-Latino-Americana e Caribenha datado de em 25 de julho de 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-caribenhas, em Santo Domingo, na República Dominicana. Convencionou-se que este dia seria o marco internacional da luta e da resistência da mulher negra (SEPPIR, 2014). Nesta data, desde então, ocorrem variados eventos por todo país: Marchas, seminários, manifestações artísticas, visando abordar como tema central a mulher negra.

Tatagiba (2009) analisa dois processos interligados acerca dos desdobramentos da luta recente dos movimentos sociais na América Latina que pode vestir a nossa análise acerca do caso do movimento feminista no Brasil de forma metonímica. O primeiro se refere ao crescimento da participação política em suas diferentes modalidades quer seja através de modelo mais institucional ou de diferentes tipos de ação direta; o segundo, à ascensão de segmentos esquerda ou centro-esquerda na política. A combinação de ambos processos, que resulta, de

certa forma, da própria atuação dos movimentos, alteram o cenário político onde ocorre a interação entre atores político-institucionais e movimentos sociais. (TATAGIBA, 2009)

Paralelo a esta interação político-institucional, o governo Dilma foi alvo de manifestações que colocou em questão este modelo de relação. Os protestos pisaram nos asfaltos dos centros urbanos como, em uma perspectiva confrontacional, onde se pode perceber a descrença na política-institucional e no sentimento de falta de representatividade por parcelas da população, especialmente os adolescentes e mais jovens.

Em 2013, o Brasil sediou uma série de manifestações sociopolíticas, que se iniciou em um protesto, no mês de junho, contra o aumento da tarifa do transporte público em São Paulo de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 que foi reprimida por intensa violência policial. Este ciclo de protestos foi chamado de “primavera brasileira”. O Movimento Passe Livre (MPL), que atua desde 2004, foi a principal organizadora dos protestos de Junho de 2013, cuja bandeira chamariz era justamente a tarifa zero no transporte público, para estudantes e, depois, para todos (DE MORAES e SANTOS, 2013; TATAGIBA, 2014).

Dentre as inúmeras manifestações, que foram progressivamente aumentando em ocorrências e em números de participantes, a do dia 17 de junho teve mais de setenta mil pessoas em São Paulo e dezenas de milhares em outras capitais do país tanto em seus centros quanto na periferia. Em 20 de junho, quase 400 cidades, incluindo 22 das capitais, foram palcos de manifestações e passeatas, reunindo mais de um milhão de pessoas (ANTUNES e BRAGA, 2013). Singer (2013) atribui a perda de centralidade da cidade de São Paulo ao início da Copa das Confederações, em 16 de junho, sendo o protagonismo espalhado para os lugares onde aconteceriam os eventos esportivos: Salvador, Fortaleza, Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro.

Segundo Tatagiba (2014) a proporção que o protesto extrapolou o que o MPL havia articulado e coordenado. A luta por vinte centavos conquistou o congelamento no preço do transporte público em algumas cidades, motivo pelo qual foi se proliferando, mas foi bem além. Uma série de bandeiras foi levantada por diferentes hastes.

Em relação à composição dos protestos, que muitos atribuíram caráter popular, corroboramos com o entendimento complexizado por Singer (2013), qual seja:

Houve dois pontos de vista sobre a composição social dos acontecimentos de junho. O primeiro identificou neles uma extração predominante de classe média, enquanto o segundo tendeu a enxergar uma forte presença do precariado: “a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho”. Analisando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho.” (p. 27)

De Moraes e Santos (2013) analisam a influência das redes sociais. Afirmam que elas possuem um poder mobilizatório capaz de dar corpo a tais manifestações. Também através delas o descontentamento é alargado a nível mundial no que tange a representação política, como se pode ver nos protestos que ocorreram no Oriente Médio, em alguns países da América do Sul e Europa. Esta carência de sentimento de representatividade é apontada pela literatura como uma das motivações das mobilizações desses ciclos.

Em coerência a esta crise de representatividade, que, segundo Martins (2013), coloca em cheque a legitimidade da própria democracia participativa, desta vez não teve um cunho partidário e nem se articulou pelos movimentos sociais tradicionais. Vieram “de fora do grande consenso nacional liderado pelo PT, ou da competição exercida por seu rival, a direita político-partidária e suas organizações midiáticas e empresariais de apoio” (p. 142).

Apenas ocorreu o fato de que alguns partidos de esquerda com menor representatividade institucional se colocaram junto ao MBL, mas não abalou o caráter apartidário das massas na rua, sendo até mesmo estes reprimidos nos atos por grande parte dos manifestantes. Este caráter apartidário gerou, especialmente nas redes sociais, acirradas discussões, sendo defendida de alguma forma por alguns manifestantes. Em Scherer-Warren (2014) no que tange ao sistema político-partidário, as “expressões estéticas e verbais foram de partidarismo, apartidarismo e antipartidarismo” (p. 419).

O Brasil, por Alvarez (2014), se remodela em interação dinâmica com as chamadas Jornadas de Junho de 2013 e suas “sequelas mais radicais, anticapitalistas, anti-Copa Mundial do 2014”. Esses campos discursivos paralelos, por sua vez, se articularam com os feminismos no que tange ao modelo de estratégia confrontacional de protestos nas ruas.

O ciclo de protestos de 2013 gerou, na análise de Alonso (2017), uma situação de incerteza estrutural, que não comportou os padrões rotineiros de orientação da conduta política, ganhando expressividade novas conexões entre setores sociais distantes entre si no que diz respeito a espaços sociais. Uma conjuntura caracterizada pela instabilidade alimentava-se pelo julgamento contra crimes corrupção conhecido como Mensalão. Em julho deste ano, iniciou a operação Lava-Jato, liderado pela Polícia Federal com o escopo de investigar crimes de certos agentes estatais, como o crime de corrupção.

O conceito de ciclo de protestos, pelo entendimento de Tarrow, é uma fase de intensificação dos conflitos, em que um conjunto diversificado de atores volta-se às manifestações públicas de caráter coletivo imprimindo um ritmo e uma intensidade maiores que os de costume. Rapidamente, difunde-se desde os setores mais mobilizados para aqueles menos mobilizados (TARROW, 2011 apud TATAGIBA, 2014).

O impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi um caminho longo e divisor de águas na história da política brasileira. Juridicamente, o processo de impedimento se iniciou em 02 de dezembro de 2015, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a partir de uma denúncia por crime de responsabilidade oferecida pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. O encerramento se deu no dia 31 de agosto de 2016 com a cassação do mandato presidencial. Em seguida, assumiu tal cargo o vice-presidente Michel Temer, que ainda está em exercício.

Durante todo este período, bem como o que o antecedeu, ocorreu uma série de mobilizações da população não apenas contra e a favor do impeachment, mas com diversas reivindicações. Foram às ruas movimentos sociais de todas as vertentes, organizados ou não, institucionalizados ou não.

A título de exemplificação, ocorreu em Brasília, no dia 18 de novembro de 2015, a “Marcha das Mulheres Negras – Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver”, com a participação de cerca de cinquenta mil mulheres de todas as regiões

do país. No dia 25 de julho de 2016, as mulheres negras voltaram a ocupar as ruas, em que, em meio a suas motivações, se encontrava a “defesa da democracia e contra o Golpe: Fora Temer!”. (GELEDES, 2016)

Ao fim de outubro, milhares de mulheres foram às ruas com o intuito de protestar contra o Projeto de Lei nº 6022/2013 do deputado federal Eduardo Cunha, cujo objetivo era alterar a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013. Esta lei versava sobre o atendimento integral e obrigatório para pessoas vítimas de violência sexual.

As passeatas, marchas e outras manifestações de rua foram agendadas pelas redes sociais, ficando este ciclo de protestos conhecido como Primavera das Mulheres chamaram a atenção para o absurdo do projeto de lei 5069/2013, proposto pelo presidente da Câmara dos Deputados, a época, Eduardo Cunha. Neste projeto, pretendia-se alterar o Código Penal Brasileiro com o intuito de dificultar o acesso ao aborto nos casos já permitidos legalmente. No dia 31 de outubro de 2015, por exemplo, um grupo com cerca de 1.500 mulheres, formaram um ato de repúdio (DUARTE e MELO, 2017; FRANCO, 2018; MANO e MACÊDO, 2018)

O impeachment assumiu, para o movimento feminista, e para as mulheres em geral, uma perspectiva de gênero, não apenas por conta de ter acontecido com a primeira mulher eleita presidenta, como pelos discursos ofensivos que foram aparecendo na mídia e entre os integrantes da máquina pública sobre a sua figura.

Gomes (2018, p. 150) traz seu relato, como personagem deste cenário político, acerca da imagem da presidenta:

Os boicotes à presença feminina na mais alta função do país iam desde piadinhas nos corredores até xingamentos à forma dura como os homens se sentiam tratados, às escolhas da presidenta, à imposição de um determinado tipo de ordem, à sua negação de se aliar com políticos e empresários corruptos.

Menicucci (2018, p. 68) acrescenta que:

Ainda provoca imensa indignação, por exemplo, a lembrança de adesivos fartamente distribuídos mostrando Dilma com as pernas abertas para serem colados nos tanques de gasolina dos veículos.

Em dois anos corridos desde o impeachment, é possível listar uma série de retrocessos a partir das decisões, especialmente do governo federal, no que tange aos assuntos de gênero – e demais conquistas sociais também. Amplia-se, a cada instante, o espaço para propostas, que exalam conservadorismo, com o intuito de reanalisar matérias cujos direitos já estão sedimentadamente adquiridos.

Menicucci (2018) aponta que, nesse período, os movimentos feministas e de mulheres reagem nas redes sociais e nas manifestações de rua, debatendo e denunciando tal esvaziamento de direitos adquiridos.

Corroboramos com a crítica de Menezes (2017) de que, apesar dos governos de Rousseff não ter alcançado a solução de diversos problemas sociais do Brasil, prejudicando a geração de simetria entre homens e mulheres, o impeachment dela tem mostrado que as conquistas, ainda que valoradas como pequenas, podem sofrer um retrocesso.

5. TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Faz-se necessário, neste momento, uma revisão sobre teorias que envolvem os movimentos sociais e a ação coletiva, de uma forma ampla, destacando alguns dos seus principais conceitos que servirão de base para nossa posterior análise. Segundo a análise de Brandão (2011), até a década de 1970, os movimentos sociais e a ação coletiva foram explicados por duas vertentes: os paradigmas clássico e marxista.

O paradigma clássico é marcado por explicações psicossociais, com o intuito de compreender o comportamento coletivo como uma reação às mudanças sociais provocadas pelo processo de modernização. Influenciado pela idéia durkheimiana de anomia social, os indivíduos participariam dos movimentos sociais motivados pelas suas frustrações frente a tais transformações. (BRANDÃO, 2011)

Haveria, nesse contexto, uma tensão estrutural devido às alterações normativas, nas hierarquias, nos laços entre grupos intermediários e nas incongruências entre o status e as expectativas (especialmente em relação à renda, educação e ocupação). (BRANDÃO, 2011; GOHN, 2004)

Ângela Alonso (2009) nos traz a idéia de que, dessa forma, a mobilização coletiva eclodiria apenas como irracionalidade, como "explosão reativa" dessas insatisfações individuais "que as instituições momentaneamente não logariam canalizar", devido ao "caráter cômodo da dominação no capitalismo tardio ou na sociedade de massa". (p.50)

Tal explanação não deixaria, no entanto, de ter caráter psicossocial que se baseia em emoções coletivas, em que o "tom sombrio" revela o avanço de avanço dos regimes totalitários. O argumento era que o individualismo característico da sociedade moderna produziu personalidades narcísicas, que se voltava mais para a autossatisfação que para questões políticas. A chave explicativa estava na cultura, portanto, na correlação entre estrutura da personalidade e estrutura da sociedade. (ALONSO, 2009)

As diversas teorias deste paradigma distinguem nitidamente a ação política institucional-convencional, que se seguiriam as normas sociais vigentes, e o comportamento coletivo não institucional, provocadas por situações indefinidas, não estruturadas. Estas situações gerariam, devido a razões das mudanças estruturais,

o colapso dos órgãos de controle social ou o colapso da integração normativa. (BRANDÃO, 2011)

Por sua vez, pelo paradigma marxista, as ações também teriam uma origem estrutural, porém de outro ângulo. Os conflitos e as revoluções são frutos da lógica de exploração do sistema político e econômico, ou seja, a ação coletiva então se condicionaria à exploração constante no processo produtivo e as classes sociais se tornariam as agentes dessas ações, assim como os sujeitos históricos das transformações revolucionárias. (BRANDÃO, 2011)

De' Carli e Costa (2013) corroboram ao afirmar que a matriz teórica de Marx investiga o conflito entre as classes dirigentes e subalternas, sendo estas indispensáveis a todas as ações políticas e a tomada de poder por uma classe é essencial para que se consolide este processo revolucionário.

Com base nessa questão da reforma ou revolução, os movimentos são vistos como reformistas, reacionários ou revolucionários, sendo a maior parte das investigações com estudos centrados no movimento operário e nas suas lutas sindicais. (BRANDÃO, 2011)

Nas décadas de 1960 e 1970, especialmente nos países capitalistas, insurgiram uma série de novos protestos e mobilizações com características peculiares que abalam os paradigmas apresentados anteriormente.

Segundo Laclau (1986), citado por Goss e Prudencio (2004), os partidos políticos, os sindicatos, os movimentos de trabalhadores, isto é, as organizações tradicionais, se determinavam por três caracteres, quais sejam: os seus atores pertenciam a categorias de estruturas sociais comum; os conflitos se travavam guiados por um “paradigma evolucionário”, um “esquema teleológico” como, por exemplo, o socialismo; e, também, os espaços de conflito se reduziam a uma unificada e cerrada dimensão política (a institucionalidade política, a representação de interesses).

Os novos movimentos sociais romperam com esses três aspectos de forma que: não necessariamente os sujeitos se agregavam pela posição na cadeia de produção; não podia mais determinar a realidade pelas etapas dadas pelas fases do desenvolvimento societário; e também o político abandonou o viés de espaço delimitado e tornou-se uma dimensão presente em toda prática social. (LACLAU, 1986 apud GOSS e PRUDENCIO, 2004)

Estas novas mobilizações apresentavam uma base social sem uma delimitação precisa no que concerne a uma atividade ou o trabalho, mas se agregam por formas de vida. Os novos sujeitos são grupos marginalizados pelos padrões de normalidade sociocultural existentes, não exatamente classes sociais, podendo ser de qualquer minoria excluída com uma atitude de oposição comum. (ALONSO, 2009)

As reivindicações mais expoentes no mundo ocidental - especialmente na Europa e nos Estados Unidos, ou seja, no norte global, tendo reflexos, com o passar das estações, em todo o mundo - eram predominantemente pluriclassistas.

No entanto, como evidenciaremos adiante, com ênfase nos movimentos de mulheres e feministas brasileiros, é possível fazer marcações de classe nos grupos que reivindicavam. A questão é que, acerca de tais novos movimentos, o fator agregador basilar, principal, não é o pertencimento a uma classe social, expondo, inclusive, várias divergências intraclasse, como, por exemplo, as desigualdades pelo fator gênero.

Alonso (2009) elucida que a ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de “movimentos”, isto é, ações de mesmo sentido coordenadas fora das instituições políticas, sem a idéia de tomada de poder estatal, se revolução armada. As formas de ação políticas passaram a se configurar de forma direta almejando alterações na sociabilidade e na cultura, isto é, movimentos sociais.

Tais movimentos consistiriam em formas particularistas de resistência, reativas ao direcionamento que tem tomado o desenvolvimento socioeconômico, a fim de se reapropriarem do tempo, espaço e das relações cotidianas. Elas seriam, então, contestações “pós-materialistas”, cujas motivações de ordem simbólica se voltam à construção e/ou reconhecimento de identidades coletivas, (ALONSO, 2009)

Por se tratar, então de fenômenos novos, demandou-se teoricamente novas explicações. Brandão (2011) nos ensina que, a partir de então, as teorias sobre movimentos sociais podem ser classificadas amplamente em três: uma europeia que seria a Teoria dos Novos Movimentos Sociais; e duas estadunidenses que seriam a Teoria de Mobilização de Recursos e a Teoria do Processo Político.

Não houve necessariamente uma evolução na forma como os movimentos se apresentam e, conseqüentemente, na forma como o teorizam, como se fosse uma superação de uma forma pelas novas formas. Inclusive, porque, nas

diferentes partes do mundo, os históricos das formas de mobilizações sociais divergem do que apresentaremos a seguir e, ainda no mesmo contexto, coexistiu e coexistem múltiplas formas de ser e de fazer movimentos sociais. Mas se pode considerar sim como um giro paradigmático este recebido do Norte.

De' Carli e Costa (2013) problematizam que tais teorias se construíram a partir de conjunturas específicas do Norte, ao passo que no Sul global vivenciou uma série de movimentos, de espécies distintas, que ficaram submetidos a uma análise acadêmica, despreocupada com adequação para a realidade local. Esta questão não era apenas analítica, mas também epistemológica, considerando que os movimentos se organizavam pela “boa condução da democracia” enquanto em outras partes do globo ainda lutavam pela libertação colonial – contra tais democracias – e a América Latina contra as ditaduras militares – muitas vezes financiadas por tais democracias.

Nos Estados Unidos e na Europa, as reivindicações eram erigidas por um aspecto mais cultural, de construções identitárias, enquanto que a América Latina, especificamente, tais lutas caminhavam em paralelo a problemáticas de cunho materiais (por terra, moradia, alimentação, educação etc.), de respeito aos direitos humanos e a tal engajamento na luta pela democratização política face às ditaduras dos governos militares. (GOSS e PRUDENCIO, 2004)

A respeito destes novos movimentos latino-americanos compartilhavam a ideologia antiautoritária e de descentralização do poder, entretanto suas práticas políticas não eram de caráter homogêneo: haviam aqueles cuja base era mais “popular”, tais como o “sem terra” e os sindicais, e outros como o ambientalista e o feminista que, especialmente neste período, eram peculiares de uma elite. À causa de tal fragmentação, uma dificuldade vislumbrada era a para que tais movimentos penetrassem na sociedade como um todo. Mais do que objetivar a participação das decisões, é ideal básico à criação de um sujeito social que se estruture um sentimento “de uma tripla exclusão relativa - econômica, política e cultural”, sendo as demandas assumidas como autoevidentes direitos, que o Estado não garante. (GOSS e PRUDENCIO, 2004)

Pelo entendimento de Gohn (2004), teorizar acerca de um “paradigma teórico latino-americano” que versa sobre movimentos sociais “é mais uma colocação estratégica do que real”. Ela explana que:

o que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc., e não um paradigma teórico propriamente dito. (GOHN, 2004,p. 211)

Mesmo com tais diferenças nos processos históricos culturais, as teorias européias e estadunidenses, em consonância com Gohn (2004), tem tradição em servir como modelo para os estudos e análises da América Latina e sobre ela. Ensina-nos, citando o exemplo da teoria sobre modernização que se alastrou nos anos 1950 e 1960 e se baseava em comparações entre os processos dos países – que chamamos de do Norte – cuja industrialização se encontrava em avançado estágio com os países latinoamericanos.

Dessa forma, as abordagens possuíam vieses evolucionistas, em que os primeiros eram modernos e os últimos atrasados, produzindo, em muitos casos, análises com equivocadas conclusões, a ver a questão da “marginalidade social”. Esta era vista como um problema interno das nossas culturas a ser solucionado por intermédio de aumento da educação formal. A autora nomeia a Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina (CEPAL) como uma produtora de teorias que ratificam esse dualismo (GOHN, 2004).

Consideramos relevante e útil conhecer as vertentes teóricas, em seus pontos principais, dando ênfase à Teoria do Processo Político, da qual destacaremos alguns conceitos para serem utilizados em nossa análise.

5.1. VERTENTE ESTADUNIDENSE: TEORIA DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

As transformações políticas, sociais, culturais, ocorridas na sociedade estadunidenses especialmente nos anos 1960 fizeram surgir, a fim de interpretá-las com maior pertinência, a corrente investigativa denominada de Teorias da Mobilização de Recursos (TMR)⁸.

Ao contrário do paradigma clássico, as TMR enfatizaram a racionalidade das mobilizações coletivas. Com isso, as crenças compartilhadas, as identidades pessoais, o comportamento irracional das massas, não serviam mais como motivação para as ações coletivas. A psicologia também a eles não bastava, a

⁸ Usaremos tal expressão no plural, pois apesar de não ser o escopo detalharmos ao ponto de apresentar as especificidades entre elas, reconhecemos que vários autores criaram suas próprias teses sob a égide dessa vertente. Mas todas elas formam uma teoria coesa.

decisão de agir não se finca em termos de emoções coletivas, mas um ato de deliberação individual advinda de um cálculo entre os benefícios e os custos. (ALONSO, 2009; DE' CARLI E COSTA, 2013; GOHN, 2004)

Diferente também do que prepondera no paradigma marxista, a ação coletiva não se vincula a persecução de mudança social. Não obstante, colocou-a como uma ação desviante e disfuncional do sistema que acaba por retornar a este mesmo sistema; ou ainda como uma força estruturante que a estrutura, então, acopla. (DE' CARLI e COSTA, 2013)

Alonso (2009) traz McCarthy e Zald (1977) como “epígonos da TMR”. Tais teóricos argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização sempre houveram, então não seria suficiente para explicar a formação de mobilizações coletivas, tornando-se mais válido explicar o próprio processo do que as razões para a mobilização. Esta vertente teve influencia da teoria da escolha racional de Mancur Olson que imprescinde dos fatores organizacionais, trazendo como fator determinante para a ação coletiva ter apropriados incentivos. (ALONSO, 2009; DE' CARLI E COSTA, 2013; MISOCZKY ET AL, 2008)

Assim, pessoas se unem porque de outra forma não poderia solucionar aquele problema; algo que as afeta individualmente se canaliza para um nível coletivo, com custos elevados. Entende que é a maximização das ações individuais. Assim, os movimentos sociais são definidos como um conjunto de crenças, de opiniões, que traduzem preferências para alterar certos elementos da estrutura social ou da distribuição de recompensas na sociedade. (MISOCZKY ET AL, 2008)

Significa que a participação coletiva dos membros do grupo guia-se por um cálculo utilitarista e individualista dos membros, cujas decisões são tomadas de acordo com sua atuação sindical e políticas. (DE' CARLI e COSTA, 2013). Nesse contexto, até mesmo coerções se fazem, então, necessárias no sentido de que os indivíduos arquem com os custos pessoais da ação coletiva. (MISOCZKY et al, 2008)

Os movimentos se equivalem aos partidos, grupos de interesses, lobbies, competindo com eles pelos adeptos, pelo público consumidor, pelos financiadores, pelas fontes de recursos e oportunidades. Nota-se então que se assemelha a ação de uma empresa ou da administração pública e de um grupo social com interesses comuns. (GOHN, 2004; MISOCZKY ET AL, 2008)

Os movimentos que têm grandes estruturas organizativas formais aparecem os grupos de interesses com o papel de ser o dinamizador da ação coletiva. As ações de intervenção política consiste no ápice da participação política dos membros de um movimento, sendo a ação individual vinculado à longevidade da ação coletiva. Os movimentos se tornariam cada vez mais burocratizados com a longevidade e esta dependeria da capacidade dos movimentos vencerem a concorrência. (ALONSO, 2009; DE' CARLI e COSTA, 2013).

Os grupos desprovidos dos recursos necessários para acessar a esfera institucional se valeriam, nessa perspectiva, da mobilização coletiva como forma de ação não institucionalizada. Greves, manifestações, passeatas e também as ações violentas se tornam recursos para enfrentar óbices da política institucional, e perseguir a efetuação de interesses. (BRANDÃO, 2011)

As críticas a esta teoria giram em torno do fato dela ter deixado à cultura em um papel residual e, além disso, não ter vinculado os movimentos a macroestruturas ou a processos mais longos. Ao insurgir contra as teorias mais culturalistas, esta vertente terminou por alcançar o extremo posto, ou seja, trouxe uma face excessivamente racional da ação coletiva. (ALONSO, 2009)

Por aproximadamente duas décadas, segundo Gohn (2004), esta vertente teórica dominou os estudos dos Estados-Unidos sobre movimentos sociais, havendo modificações, incorporando temas e críticas que não vinham sendo contemplados. Todavia, seu ponto central permaneceu, isto é, os movimentos são grupos de interesses a serem analisados à luz da burocracia institucional.

5.2. VERTENTE EUROPEIA: TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Existe uma pluralidade de teorias nesta vertente europeia e, segundo Alonso (2009), embora elas não constituam uma escola coesa, tal qual a TMR, há familiaridade entre os principais teóricos dos Novos Movimentos Sociais: Alain Touraine, Jürgen Habermas, Alberto Melucci. Brandão (2011) corrobora e traz, como proeminentes nesta forma de se analisar os movimentos, os europeus Touraine, Melucci e Offe, que, por meio de análises empíricas, tem diagnósticos afins.

Tatagiba (2007, p. 9) destaca quatro princípios gerais ou temas frequentes que “cimentam o terreno comum no qual se movem” (p. 9) os teóricos das TNMS: a preocupação em recuperar o nível macro de análise; os objetivos dos

movimentos sociais, que buscam a autonomia e a democratização da sociedade civil; o papel das formas culturais e simbólicas de resistência; a questão organizacional que afirma o caráter descentralizado, igualitário e participativo dos movimentos contemporâneos.

Touraine (2006) afirma que o movimento social é a conduta coletiva organizada de um ator lutando contra seu adversário pela direção social da historicidade em uma coletividade concreta. Para ele o campo da historicidade, por sua vez, é um conjunto que se forma pelos atores sociais pelo “enjeu” das suas lutas, que é a historicidade delas mesmas.

São eles críticos da ortodoxia marxista, mas mantêm o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos (ALONSO, 2009). Touraine (2006) lista três pontos essenciais que caracteriza sua visão e a diferencia daquelas com inspiração marxista.

A primeira característica é a sua definição de movimentos sociais como condutas socialmente conflitivas, mas também culturalmente orientadas; não como a manifestação das contradições objetivas de um sistema de dominação. Sobre o movimento operário, ele não entende como somente um levantamento do proletariado, e sim como um contramodelo frente à sociedade industrial inclinada pelos trabalhadores que detém a força do trabalho.

Em segundo lugar, a ação dos movimentos sociais não está direcionada fundamentalmente contra o Estado e não pode ser identificada com uma ação política pela conquista do poder; mas pelo contrário: é uma ação de classes, dirigida contra um adversário social. Pode existir convergência ou aliança, mas “jamais” unificação entre um movimento social e uma ação de transformação do poder estatal (TOURAINÉ 2006).

O terceiro ponto se refere ao fato de que ele não entende o movimento social como criador de uma sociedade mais moderna ou avançada que a que ele confronta, mas defende, dentro de um dado campo cultural e histórico, outra sociedade. Segue explanando que é necessário substituir o tema da superação pelo da alternativa, considerando que contradiz as ideias evolucionistas que tem liderado o pensamento clássico social (TOURAINÉ 2006).

De’ Carli e Costa (2013) interpretam essa visão de Touraine que entende que a ação coletiva é um campo histórico; e que é a dominação do campo histórico que produz o conflito social, devido à hierarquização dos sistemas. Ao confrontar os

poderes, os movimentos sociais são analisados nos níveis da historicidade, das instituições e das organizações.

Para Melucci (1989), por sua vez, um movimento é analisado como uma forma de ação coletiva que se caracteriza por três dados: é baseada na solidariedade; desenvolve um conflito; e rompe os limites do sistema que a ação acontece. Ele separa os movimentos de outros fenômenos coletivos como “delinqüência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa” através desses aspectos:

No meu entender, seguindo de perto as teorias dos anos 70, os movimentos devem ser examinados não à luz das aparências ou da retórica, mas como sistemas de ação. Uma herança dos anos 70 é o que eu chamaria de um ‘paradigma cético’ em relação aos movimentos sociais, pelo qual entendo que não se compreende a ação coletiva como uma ‘coisa’ e não se valoriza inteiramente o que os movimentos dizem de si mesmos; tenta-se mais descobrir o sistema de relações internas e externas que constitui a ação. (Melucci, 1989, p.51)

Goss e Prudêncio (2004) explicam que, em Melucci, formam-se redes por grupos pequenos presentes na vida cotidiana, que possuem fins específicos e se caracterizam pela associação múltipla e pela militância efêmera e parcial. Além disso, tem o desenvolvimento pessoal e a solidariedade afetiva como condições para participação, sendo dois aspectos importantes. O primeiro é a latência, que permite experiências com novos modelos culturais, criando novos códigos; e o outro é a visibilidade, que consiste em estratégia de enfrentamento de uma autoridade específica contra uma lógica de tomada de decisão. “A latência alimenta a visibilidade e esta reforça as redes submersas, fornecendo-lhes energia para renovar a solidariedade e atrair novos militantes” (p. 81).

Para Alonso (2009), Melucci construiu uma nova teoria psicossocial da ação, retornando as emoções à análise da ação coletiva. Entretanto, não foi para explicar a desmobilização, mas esta é a motivação para o engajamento. Ela nos diz que “temos aqui uma genuína teoria cultural” (p. 67) acerca da constituição dos movimentos sociais, explicando porque indivíduos se tornam ativistas através de um processo que abarca, ao mesmo tempo, razão e emoção.

As novas tecnologias sociais produziram não só instrumentos mecânicos e sistemas de organização – como a sociedade industrial –, mas também bens

simbólicos, línguas e informação, capazes de moldar a nossa representação do mundo que vivemos e da natureza humana (BRANDÃO, 2011).

A dominação teria se tornado eminentemente cultural: controla-se a informação em uma tecnocracia. Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado. Os conflitos que se travavam em um plano econômico avançaram para a família, a educação, o sexo etc, ou seja, para o plano privado (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011).

Com a emergência de uma sociedade nova, surgem novos temas e agentes para as mobilizações coletivas. Os estudos destes não poderiam assim estar desconectados da análise das estruturas sociais que os geram (TATAGIBA, 2007; ALONSO, 2009).

A contribuição do paradigma europeu é justamente ao teorizar os movimentos com uma ênfase na dimensão cultural, no processo de construção de novas subjetividades e novas identidades. Entretanto, esta vertente acaba por não considerar uma dimensão basilar no cotidiano dos movimentos sociais, qual seja a sua interação com o político-institucional. Assim, neste viés visão, a realização de mudanças, através da atuação de um movimento social, dependeria da sua autonomia em relação a esta política institucional. (BRANDÃO, 2011; CARLOS, 2015)

A próxima teoria pressupõe uma análise que intenta fundir esta dimensão que considera a relação entre movimento e poder estatal, sem abrir mão das variáveis de caráter sócio-cultural; se tornando uma teoria mais abrangente, neste aspecto, como se incorporasse as críticas feitas às outras teorias, sanando os problemas e aparando suas arestas.

5.3. VERTENTE ESTADUNIDENSE: TEORIA DO PROCESSO POLÍTICO

Alonso (2009) e Misoczky et al (2008) afirmam que a vertente estadunidense Teoria do Processo Político (TPP) surgiu do esgotamento dos debates marxistas sobre as possibilidades da revolução e do embate contra as explicações de cunho economicistas e deterministas. Neste quesito, aproxima-se da TNMS descrita anteriormente que contraria a noção de sujeito histórico universal, mas não se baseia, como nela, numa teoria de mudança cultural. Aproxima-se

também da TMR sobre a importância da organização interna, mas não se restringe a isso.

Esta vertente foi preconizada especialmente por Charles Tilly e Sidney Tarrow e deu enfoque ao componente político como prioridade na mobilização social; guiando-se pelo conceito de confronto político para debruçar o olhar sobre movimentos sociais, mudança social, mobilização coletiva, sindicatos, história política, relações com o Estado, violência, etnicidade. (GOHN, 2004; ALONSO, 2009; DE' CARLI E COSTA, 2013)

Misoczky et al (2008) traz Tilly (1999) para nos explicar que movimento social se define, nesta vertente, como um desafio aos detentores de poder em nome de uma população sob a égide destes, por meio de repetidas demonstrações públicas de compromisso, número, preocupação, unidade dessa população.

Tilly estruturou uma “sociologia política histórica” a fim de identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, comparando casos. Ele explica o surgimento e o desdobramento de mobilizações coletivas através da reconstrução do contexto político ou da estrutura de ameaças e oportunidades e políticas, pela relação de forças entre as autoridades, quais sejam os grupos ocupando cargos no Estado e aqueles que os desafiam, externos ao Estado. (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; ALONSO, 2012)

Nessa relação, é determinante a capacidade repressiva do Estado e a disponibilidade para os que estão fora dele de serem aliados potenciais “dentro setores dissidentes da elite no poder”. Para a ação coletiva ter substrato estes desafiantes precisam se apropriar de estruturas de mobilizações que já existem, como, por exemplo, as associações e redes de relacionamento, servindo como bases de organização para a movimentação. (ALONSO, 2009; ALONSO, 2012)

Para Tarrow (1994), na análise de De' Carli e Costa (2013), os ciclos de ações surgem em momentos históricos específicos, em que a ação coletiva possui um caráter de mudança estrutural no plano político. Estas ações coletivas causam fusão entre setores diversos da sociedade civil, proporcionando inovações na intervenção política.

No entendimento de Brandão (2011), Tilly, na década de 1980, pretendeu construir um modelo de (inter)ação estratégica, em que o conflito e a ação coletiva dinâmica e descontínua seriam epicentros para a compreensão dos movimentos sociais. As outras teorias não são capazes de explicar as relações entre a decisão

individual e a coletiva, não entendendo que basilar da ação coletiva é justamente a interação estratégica intra e intergrupos. Mirando estas interações, um modelo em que a ação coletiva é tida como uma ação dinâmica, dentro de um modelo propositivo de interação, com atores múltiplos, é permitida.

Assim, um movimento social não consiste em um grupo, mas sim em uma forma de interação social, complexa, cujos participantes vêm, em graus diferentes, de redes já existentes. Tilly denomina esta ligação de solidariedade. Esta resulta de um conjunto de pessoas que pertencem a uma mesma categoria e a uma mesma rede interpessoal. O grau de organização de um grupo dá-se a partir da sobreposição entre a identidade comum e as redes internas (BRANDÃO, 2011).

Tarrow (2011, p. 11) ensina que é “o reconhecimento dos participantes dos interesses em comum que traduz o potencial para um movimento em ação” e que líderes conseguem criar um movimento social apenas quando eles exploram e expandem sentimentos profundamente enraizados de solidariedade ou identidade. Assim, afirma que esta é a razão pela qual o nacionalismo, a etnicidade, a religião tem o histórico de serem bases mais confiáveis de organização do que a categoria imperativa de classe social.

Em produções mais recentes, os autores desta vertente seguem com atenção voltada na relação entre atores e instituições, em um enfoque que considera o fluxo dos enfrentamentos. Este enfoque procura aspectos comuns – mecanismos e processos causais – nas distintas formas de luta que desafiam os limites das políticas institucionais em relação as não institucionais. Assim, dividem a as políticas de enfrentamento em inclusiva ou em transgressora: esta tende a empregar uma ação coletiva inovadora e aquela tem como partes em conflitos os atores sociais previamente constituídos (MISOCZKY ET AL, 2008).

Os processos são categorizados como contínuos ou episódicos, sendo estes geradores de incertezas e de possibilidade de conformação de novas identidades. Eles também revelam as fragmentações, permitindo realinhamentos políticos; estimulam os atores para prosseguir as lutas; compelem as elites a reconsiderar seus compromissos e suas alianças, deixando um resíduo de alterações nos repertórios de lutas, nas práticas institucionais e nas alianças políticas. Mesmo tendo este foco ampliado, a lógica que constitui a teoria permanece conferindo relevância aos fatores do ambiente (MISOCZKY ET AL, 2008).

Cohen e Arato (1992), lidos por Gohn (2004), consideram que, no trabalho de Tilly, a ação coletiva pressupõe o desenvolvimento da autonomia do social e de espaços políticos na sociedade civil e política, que seriam não só garantidos como embasados por uma cultura política democrática e por instituições políticas formais representativas.

5.3.1 O Conceito de Repertório

Estudos sobre as ações coletivas consistem em desvendar quais conjuntos de pessoas, de recursos, e de objetivos comuns e as formas de compromisso estão envolvidos nos diferentes tempos e espaço. Para tanto, Tilly estabelece comparações entre diferentes períodos históricos, dando enfoque no repertório das ações coletivas (GOHN, 2004).

O autor empregou o conceito para analisar as escolhas feitas pelos movimentos menos no que diz respeito ao conteúdo da ação coletiva, e mais sobre a sua forma. Assim, para Tilly, existiria um “repertório de ações coletivas” que seria tanto estrutural quanto cultural, exprimindo o que as pessoas fazem perante uma demanda e o que elas aprenderam sobre a forma de ser feito e, ainda, o que é esperado pela sociedade que elas façam. Dentre as infinitas possibilidades, o conjunto de formas de ação e de estratégias utilizadas torna-se, então, finito, sendo limitado pelo conjunto daquilo que é legitimado culturalmente e empiricamente, aquilo que já foi experimentado (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; DE' CARLI e COSTA, 2013; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Tarrow ratifica que o repertório é a fusão entre os aspectos estruturais e culturais dos movimentos sociais; é a preparação de um movimento social para a confrontação contra seus oponentes. Isto não significa que não é possível haver inovações. Atores, de forma constante, alteram seus repertórios, experimenta diferentes práticas e combinações nas maneiras como organizam, se mobilizam e levantam suas reivindicações (ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; DE' CARLI e COSTA, 2013; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014).

Angela Alonso (2012) analisa que:

A transferência de repertórios é, então, processo relacional e disputado (pelos agentes em interações conflituosas), histórica e culturalmente enraizado (o peso da tradição) e condicionado pelo ambiente político nacional (as estruturas de oportunidade). Experiências sociais específicas requisitam as transferências e condicionam a adoção, pois que os atores

em litígio lidam com o repertório como os músicos de jazz com suas partituras: triam, mitigam, acentuam, exageram, conforme seus parceiros e seu público. Longe de espontâneo e solipsista, o improvisado é calculado e orquestrado entre os membros da banda, para produzir certo efeito. O jogo entre a fórmula e a circunstância dá às performances duas caras, simultaneamente modular e singular. (ALONSO, 2012, p. 31)

Tilly analisa o repertório em performances confrontacionais, considerando que elemento fundamental da vida em sociedade é o conflito, que adquire diversos contornos com o curso histórico. Assim, “qualquer invenção, uso, mudança de repertórios só podem ser entendidos neste esquadro histórico e relacional” (p. 32), em que o conflito é colocado em primeiro plano. É justamente este conceito de “repertório de ação coletiva” que pretendeu incluir o elemento cultural nesta vertente teórica, crescendo ao passo do tempo em termos de interesse por entender como a cultura influencia no curso dos conflitos políticos no rol de possibilidades de ações (ALONSO, 2012).

Abrasileirando este conceito, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) utiliza esta noção de repertório também para analisar dinâmicas com caráter mais colaborativo entre atores no Estado e na sociedade civil. A análise também possui um recorte temporal menor, considerando que o período estudado é a era Lula (2002-2010) que, como já pincelamos em capítulo anterior, abriu canais de diálogo com os movimentos sociais. Aplicaremos suas categorias analíticas de repertórios de interação para os movimentos de mulheres e feministas e o governo Dilma Rousseff.

5.3.2 O Conceito de Oportunidade Política

Este conceito baseia-se na ideia de que pessoas têm motivos para reivindicar e estão dispostas a isso a depender do quanto custe. Ele mostra como o repertório das ações coletivas se liga as suas formas de associação e às novas formas que emergem. A estrutura de oportunidades depende das instituições estatais, do caráter de permissividade/repressão do regime político, da estrutura dos partidos políticos, da representatividade de grupos de interesses nas instituições públicas (GOHN, 2004; MISOCZKY ET AL, 2008).

Dessa forma, em consonância com Carlos (2015), o enfoque é dado no papel do contexto político-institucional na emergência da ação coletiva, priorizando os incentivos e/ou os constrangimentos políticos a partir do qual os atores estão

encorajados ou desencorajados a confrontar. Tilly aponta que as condições, em muitas situações, estão nos arranjos sociais preexistentes, nas políticas institucionalizadas. Estas oferecem, assim, o capital social crítico para garantir o sucesso dos processos de mobilização que emergem. Faz-se necessário sempre analisar o conjunto de oportunidades e ameaças presentes no mundo que cerca o movimento, indivíduos, que possam afetar neste sucesso e no bem-estar dos atores (MISOCZKY ET AL, 2008; ALONSO, 2009; BRANDÃO, 2011; CARLOS, 2015).

Considerando as oportunidades deve ser identificado o grau de vulnerabilidade dos outros grupos, inclusive de governos, no que concerne às novas demandas; que, se alcançarem seus objetivos, podem interessar àquele contestador. Por outro lado, considerando as ameaças, é preciso estar alerta sobre em que extensão tais outros grupos reduzirão os seus interesses, se as demandas foram bem-sucedidas, ameaçando este processo (BRANDÃO, 2011).

A solidariedade, portanto, não desemboca em ação, sem “estruturas de mobilização” que são recursos formais, com as organizações civis, e informais, como as redes sociais, para garantir a organização. Dessa forma, a mobilização consiste no processo em que um grupo cria solidariedade e, ainda, adquire o controle coletivo dos recursos necessários à ação (ALONSO, 2009).

Por Tarrow (2011, p. 16) sustenta que “as soluções para o problema da mobilização de pessoas em campanhas e em coalizões de ações coletivas dependem do compartilhamento de entendimentos, redes sociais e estruturas conectivas e o uso de ressonantes formas de ação. Mas, acima de tudo, eu devo argüir, elas são desencadeadas pela luta política”.

O problema de estudar as oportunidades, segundo Tilly (1978):

"é que é difícil reconstruir as oportunidades realisticamente disponíveis para o grupo no momento. O conhecimento de resultados posteriores torna muito fácil de opinar a ação ou inação de um grupo. Nós podemos minimizar essa desvantagem ao olhar somente para ação coletiva contemporânea ou ao se concentrar em situações em que as oportunidades são rigorosamente definidas e estritamente limitadas. Mas assim nós perdemos nossa habilidade de acompanhar as mudanças em longa-escala, e suas reais complexidades, durante períodos consideráveis de tempo." (TILLY, 1977, p.11, tradução nossa)

Se os movimentos sociais e a população potencialmente ativa observarem e interpretarem devidamente, abre-se uma janela de oportunidades para estimular o surgimento e também a efervescência de novas mobilizações sociais. É este conceito que explica quando e porquê existem ciclos de intensa mobilização em

determinados momentos históricos, dando assim o parâmetro político à teoria (BRANDÃO, 2011).

Dessa forma, o conceito de oportunidade política tem relevante utilidade para analisar a forma como o contexto político do governo Dilma Rousseff influencia na ação coletiva dos movimentos de mulheres e feministas.

Assim, diante do exposto, o próximo capítulo será à luz de conceitos desta Teoria, considerando que podemos, com ela, trazer esta dimensão política à análise sem que abandonar as questões culturais e as representações que levam os movimentos e a ação coletiva a serem o que são.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As informações que resultaram da análise de conteúdos das fontes utilizadas apresentam-se nesse item dos resultados que consiste na composição dos repertórios de interação Estado-sociedade do movimento de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff.

Assim, utilizamos tais categorias empíricas do nosso referencial teórico e adaptamos para esta análise nas três seguintes: Protestos e Ação Direta: As Marchas de Mulheres; Participação Institucionalizada e as Conferências Nacionais de Política para Mulheres; Política de Proximidade e a Representação das Mulheres na Política.

Figura 1 - Síntese das categorias empíricas relacionadas à composição dos repertórios de interação Estado-sociedade dos movimentos de mulheres e feminista no Governo Dilma Rousseff, Salvador-Bahia, 2018.



Fonte: Elaborado pela autora.

Na primeira categoria, “Protestos e Ação Direta: As Marchas de Mulheres”, descrevemos significativos momentos em que movimentos externaram suas pautas sob a forma de protestos. Dentre ou diversos atos em vias públicas ocorridos no período, relevamos a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres

Negras que tiveram diferentes implicações no que concerne ao diálogo com o governo federal.

A segunda categoria é “Participação Institucionalizada e as Conferências Nacionais de Política para Mulheres”. Nela, descreve-se a 3ª e a 4ª Conferências Nacionais de Política para Mulheres como dois momentos do governo em que o governo criou o espaço formal para o diálogo com os movimentos.

A terceira categoria é “Política de Proximidade e a Representação das Mulheres na Política” que, por sua vez, descreve a política de proximidade, ou seja, a importância das mulheres dos movimentos ocupando cargos políticos, discorrendo sobre a representação das mulheres na política brasileira.

Da reunião dessas três categorias, compomos os repertórios de interação entre movimentos de mulheres e feministas com tal governo, que se delinea analiticamente como um campo relacional de oportunidades políticas. Em graus distintos para cada caso, para cada repertório, para cada vertente do movimento, o governo ameaça menos e concede mais voz a eles.

6.1. PROTESTOS E AÇÃO DIRETA: AS MARCHAS DE MULHERES

Os movimentos sociais, em seu caráter histórico expressam suas demandas e, nesta expressão, com a demonstração de sua capacidade de mobilização, pressionam os atores do Estado a negociar com eles. Existem vários modelos que tornam público e dão visibilidade ao conflito, e que reforçam as identidades e os compromissos firmados. Além disso, no sentido de demonstrar o “poder dos números” temos o exemplo mais emblemático que são as Marchas. (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014)

Considerando-as, elegemos para este estudo três grandes Marchas de movimentos de mulheres e feministas, no período de 2011 a 2016, para que sejam descritas à luz da Teoria do Processo Político: as Marchas das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras.

6.1.1 Marcha das Margaridas

É reconhecida como a maior mobilização, no Brasil, de trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas, sendo resultado de uma ampla

mobilização nacional, com inúmeros eventos nas diversas regiões do país. (KALIL e MARRA, 2016; AGUIAR, 2017)

A Marcha das Margaridas (MM) tem seu nome em referência à líder sindical rural paraibana Margarida Maria Alves que foi brutalmente assassinada em 1983. Rompeu com padrões tradicionais de gênero, ocupando por 12 anos a presidência do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alagoa Grande (PB). Ela é reconhecida por sua luta em favor dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, contra o analfabetismo, as injustiças e a exploração e pela reforma agrária. (KALIL e MARRA, 2016; CAVALCANTI e DE LIMA, 2016; AGUIAR, 2017; PEREIRA, DA SILVA OLIVEIRA, GOMES, 2018)

A primeira Marcha das Margaridas foi em agosto de 2000, em adesão à Marcha Mundial de Mulheres. A Marcha Mundial de Mulheres, por sua vez, trata-se de um movimento feminista transnacional, desinstitucionalizado e de camadas populares que se caracteriza pela luta contra a economia capitalista e patriarcal em busca da solidariedade, igualdade, liberdade, justiça e paz para todas as pessoas; formando uma rede de atuação desde o nível local ao internacional com posição política contrária ao modelo neoliberal, militarista, patriarcal e conservadora. (FRANÇA e SILVESTRE, 2011; REYNALDO, 2016)

Essas redes são estruturadas a partir de demandas reivindicatórias que são facilitadas pela comunicação virtual que garante a disseminação planetária das informações (PINGRET, 2013) com a intenção consolidar o movimento e ampliar sua visibilidade houve investimentos na disseminação da comunicação virtuais em blog, páginas no *facebook* ® e no *YouTube* ®. (FRANÇA e SILVESTRE, 2011) sem minimizar a importância das reuniões presenciais.

Nesse sentido, diante da rede de relações e de contextos sócio-culturais que esse movimento transita constitui-se um espaço importante para o processo de construção identitária de gênero. (SCHWADE, 2012)

Alguns fatores cooperaram para a expansão da Marcha Mundial de Mulheres no Brasil, como, por exemplo a massificação das tecnologias, da primeira década do século XXI; as primeiras edições do Fórum Social Mundial, em 2001, 2002 e 2003; e a organização das forças sociais de esquerda oriundas dos pleitos eleitorais para presidente da república desse período (PINGRET, 2013). O Brasil é quantitativamente o segundo país em termos de instituições que compõem a

organização desta Marcha Mundial com 304 instituições, conforme as informações consultadas no site do movimento (MMM, s/d).

Nesse contexto, originárias da adesão à Marcha Mundial de Mulheres, que, desde 2000 até 2016 – limite do nosso recorte temporal – foram realizadas cinco Marchas das Margaridas: 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015, sendo que as duas últimas durante o governo Dilma. As três primeiras contaram com a participação de 50 mil, 30 mil e 70 mil mulheres, respectivamente (AGUIAR, 2017; PEREIRA, DA SILVA OLIVEIRA, GOMES, 2018). As duas outras, discorreremos adiante.

Tais mulheres visam denunciar as condições de vida adversas do mundo rural, permeada pela desigualdade de gênero, as violências por elas sofridas; além de outros temas de cunho social, econômico e cultural. As principais questões envolvem a percepção de lugar que elas ocupam como atores sociais e políticos, exigindo ações específicas na agenda do governo. (CAVALCANTI e DE LIMA, 2016) (CAMPOS e BRASIL, 2017)

O site denominado Observatório das Margaridas, que reúne informações, publicações e outros dados sobre a mobilização, indica que:

A Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, promovida pela Contag, Federações e Sindicatos que se consolidou na agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR e das organizações parceiras – movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras e centrais sindicais e organizações internacionais.

[...]

Seu caráter formativo, de denúncia e pressão, e também de proposição, diálogo e negociação política com o Estado, tornou-se amplamente reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil.

Tem-se, desse modo que a MM é coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag). Entretanto, a coordenação ampliada da Marcha é feita em parceria com: a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Central das Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil, a Confederação de Produtores Familiares Campesinos e Indígenas do Mercosul ampliado, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, a CUT, o GT de Mulheres da ANA, a Marcha Mundial das Mulheres, o MMTR-NE e o Movimento articulado das mulheres da amazonia – MAMA (OBSERVATORIO, s/d).

Tais parcerias, segundo Aguiar (2017), formam uma certa unidade como forma de ação; não, necessariamente, indicam que haja uma homogeneidade da entidade. O elo de identificação – que podemos denominar, à luz do Processo

Político, de solidariedade – é justamente a noção de “mulher do campo, da floresta e das águas”, que funciona para que o discurso se uniformize em certos pontos e persigam articuladamente a concretização das demandas advindas dos grupos variados.

Durante o governo Dilma, ocorreram duas delas: a 4ª Marcha das Margaridas de 2011 e a 5ª Marcha das Margaridas em 2015.

A primeira levantou o lema “Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia e liberdade”, reunindo setenta mil mulheres do campo e da floresta. A plataforma política apresentada propunha eixos a respeito tanto do uso dos recursos ambientais, como acerca de autonomia econômica, quanto acerca da posição da mulher na sociedade (direitos reprodutivos, educação não sexista, participação política). Reivindicações estas que almejam direcionar o olhar para as diferenças entre as mulheres do campo e da floresta, criticando o modelo do agronegócio, propondo novas relações e políticas fincadas na igualdade e na autonomia das mulheres. (CAVALCANTI e DE LIMA, 2016; AGUIAR, 2017)

Pelo texto de Kalil e Marra (2016), a presidenta, ao receber a pauta com as reivindicações se comprometeu a dar apoio a políticas de fomento a agroecologia que se construiriam em parceria com os movimentos sociais.

Nos repertórios dos movimentos de mulheres rurais teve a realização de várias ações de porte menor que a MM, como encontros das indígenas, das quebradeiras de coco, das quilombolas. Foi, inclusive, no I Encontro Nacional do MMC, ocorrido em fevereiro de 2013, que cerca de cinco mil mulheres que estavam presentes receberam tal posicionamento presidencial, acerca da pauta que havia sido entregue. (AGUIAR, 2017)

Em 2015, ocorreu na cidade de Brasília, a MM de 2015 cujo lema foi “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, ratificando a defesa da democracia como incondicional a se persecução justiça e igualdade (KALIL e MARRA, 2016; AGUIAR, 2017). Grito este essencial considerando os acontecimentos políticos que abalaram o governo federal e nominalmente a figura da presidenta naquele período.

O relato de De Mello Guimarães e Gonçalves (2017), que fizeram observação direta da MM de 2015, traz que após a marcha, retornaram ao Estádio Mané Garrincha, na capital brasileira, para ouvir o pronunciamento da presidenta. Esta o fez posterior à leitura da pauta daquele ano, proclamando que:

As Margaridas têm uma capacidade de organização e de luta que é notável. E essa capacidade de luta contra a opressão inspiram todas as mulheres deste país. Vocês são um exemplo. E quero dizer que inspiram a mim, presidenta da República, e inspiram a todo o meu governo. O meu governo que quer e precisa de diálogo constante com vocês para construir as políticas que permitam fazer do Brasil um país em que mulheres e homens tenham direitos e oportunidades. (BRASIL, 2015)

Aguiar (2017) afirmar que a Marcha das Margaridas, por meio dessa sua capacidade de articulação com movimentos e organizações, contribuiu para que muitas demandas fossem transformadas em ações governamentais. O discurso para presidente em 2015 aponta para isso, do qual destacamos o trecho:

Foi por meio desse diálogo constante que, desde a 4ª Marcha das Margaridas, em 2011, nós alcançamos várias conquistas. Foi em resposta à demanda das Margaridas que instituímos a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Foi pela demanda das Margaridas que o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica está sendo realizado. Se o Brasil tem hoje uma política de estímulo à produção agroecológica, foi porque vocês lideraram essa reivindicação. (BRASIL, 2015)

Kalil e Marra (2016) apontam que o fato de haver uma mulher na presidência potencializou o diálogo entre MM e governo brasileiro. Arriscamos aludir que o governo Dilma Rousseff surgiu como uma oportunidade política para os movimentos de mulheres rurais. O fato deste governo se colocar como aliado no sentido de possuir projetos políticos comuns (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014) é que protestos como a Marcha das Margaridas fazem parte do ciclo de negociações. Esta ação coletiva alcança seus objetivos, em uma análise mais estrita, ao dar visibilidade à situação das mulheres rurais e a cada proposta que é colocada na agenda governamental.

7.1.2. Marcha das Mulheres Negras

Ocorreu em Brasília, no dia 18 de novembro de 2015, a I Marcha das Mulheres Negras – Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver (MMN), com a participação de cerca de cinquenta mil mulheres de todas as regiões do país. (GELEDES, 2016; DE OLIVEIRA LEMOS, 2016; MALTA e DE OLIVEIRA, 2016; BASTOS, 2017)

A ideia da Marcha surgiu na ocasião do Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes, que

ocorreu em novembro de 2011, nesta cidade de Salvador, tendo seu Comitê Nacional Impulsionador criado, em 2013, na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) incentivou a ideia. (MALTA e DE OLIVEIRA, 2016; DE OLIVEIRA, 2017)

O processo que deu luz à Rede de Mulheres Negras, entre os anos de 2013 e 2015, apontam para o trabalho de articulação política das mulheres negras para esta I Marcha. Apesar dos encontros decisórios terem sido presenciais, a literatura nota a relevância das redes sociais para a repercussão do ato. (DE OLIVEIRA, 2017; MALTA e DE OLIVEIRA, 2016)

Foi na rede social *facebook*® que milhares de militantes puderam se comunicar – e ainda o fazem –, trocar informações com a comissão organizadora, interagirem, a partir de vários cantos do Brasil (DE OLIVEIRA, 2017; MALTA e DE OLIVEIRA, 2016). Devido também a este elemento facilitador e agregador, que se pode entender duas características apontadas por De Oliveira Lemos (2016) neste processo que é a participação, na organização da MMN, de mulheres negras que não possuíam vínculo institucional e, ainda, a significativa atuação da juventude negra através de jovens novas lideranças. A partir disso, algumas organizações que estavam adormecidas notaram a necessidade de novas ações e articulações.

Com o intuito de mobilizar para a Marcha divulgou-se, em dia 25 de julho de 2014, um manifesto com as motivações para tal ato:

Estamos em Marcha para exigir o fim do racismo em todos os seus modos de incidência, a exemplo da saúde, onde a mortalidade materna entre mulheres negras estão relacionadas à dificuldade do acesso aos serviços de saúde, à baixa qualidade do atendimento recebido aliada à falta de ações e de capacitação de profissionais de saúde voltadas especificamente para os riscos a que as mulheres negras estão expostas; da segurança pública cujos operadores e operadoras decidem quem deve viver e quem deve morrer mediante a omissão do Estado e da sociedade para com as nossas vidas negras. (MANIFESTO, 2015)

Figueiredo (2018) analisa que o modelo capitalista que explora, exclui e subemprega as mulheres negras é denunciado; e assinalam a associação entre racismo e sexismo na perpetuação da violência contra elas. Inclusive, a violência policial praticada pelo Estado brasileiro no controle de corpos negros. Constata-se a falência de um projeto civilizador do Estado brasileiro, que promovem a manutenção das desigualdades de gênero e de raça desde o período colonial; e de um modelo econômico e político fincado na exploração e em relações de poder.

Após a Marcha, Nilma Bentes, uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará relata em e-book lançado pela AMNB que:

O esforço resultou em uma belíssima Marcha. Foi como se um pequeno olho d'água se transformasse em um belo, caudaloso e vigoroso rio. Mostrou, inclusive, que mulheres negras podem, sim, contar com a solidariedade de outras negras e emergirem como um sujeito político a ser respeitado. Milhares de nós foram possuídas por emoções nunca antes experimentadas. Com certeza, desde o início, nossas ancestrais estiveram ao nosso lado. Continuamos em Marcha. (BENTES, 2017, p. 9)

A Marcha das Mulheres Negras que ocorreu no ano de 2015, contou com a participação com um elevado numero de organizações de mulheres negras de diferentes estados do Brasil experientes com movimentos sociais e consolidados politicamente. Nesse movimento foram pautas de discussões e de sugestões políticas publicas voltadas para as demandas da população de mulheres negras. (DE OLIVEIRA LEMOS, 2016)

Homero (2017) afirma que essa marcha representou um marco na vida de mulheres negras, pois representou espaço de discussões, lutas e propostas eficazes para a elaboração e implementação de políticas de justiça para as mulheres negras.

Corroborando e ampliando a importância dessa marcha, Oliveira Lemos (2016) ressalta que houve um fortalecimento do feminismo negro diante das discussões que ocorreram em todos os estados da federação sobre as demandas de políticas públicas voltadas para as questões de gênero e raça, sensibilizando dirigentes institucionais para o atendimento de forma eficaz e eficiente e contribuiu para a revisão de pautas reivindicatórias que promovam mudanças estruturais no sistema.

O repertório de confronto, em BASTOS (2017) é colocado como o repertório oficial do movimento. Considerando que é repertório é a preparação de um movimento social para o confronto com seus oponentes, podemos ler o campo relacional desta Marcha por vários ângulos.

O Estado é oponente porque reproduz uma lógica perversa de racismo e sexismo, sendo este o ator a ser confrontado. Este ator também deve ser aquela a ser sensibilizado para a pauta reivindicatória, pois é preciso que traços de sua estrutura organizativa seja alterada, por exemplo, o caráter racista da instituição policial. A sociedade civil deve estar atenta para que discursos dominantes sejam quebrados, não perpetuando tais lógicas, sendo chamada para ampliar este confronto.

Desta categoria, foi possível analisar que a os protestos se diferem não apenas em pautas e reivindicações, tendo em conta as vertentes diferentes e os locais de onde gritam suas demandas, como também em formas e intenções.

A primeira Marcha se compõe em um diálogo maior com governo federal, contando, inclusive, com a presença da mesma. Assim, tais Marchas se imiscuíam com o ciclo de negociação Estado-sociedade. A segunda, das Mulheres Negras possui esta crítica maior ao Estado como todo, apontando ao racismo institucional, mas ainda assim reivindicando espaço para políticas específicas nos projetos políticos governamentais.

Ambas Marchas possuíam um significativo número de participantes, em que inúmeras vertentes dentro das grandes vertentes centrais, quais sejam mulheres do campo e mulheres negras, fizeram das ruas seus palcos. Essas duas vertentes se tornaram feminismos guarda-chuvas que agrega múltiplas identidades, ampliando cada vez mais a noção de feminismo e movimento feminista.

Extraí-se que o governo Dilma, bem como o processo de impeachment, surgiu como uma oportunidade política para o confronto direto, nas ruas, especialmente pela efervescência de mobilizações públicas, caminhadas, marchas, para os movimentos feministas e de mulheres.

6.2. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA E AS CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE POLÍTICA PARA MULHERES

A Teoria do Processo Político e o debate acadêmico sobre os movimentos sociais, neste país, posicionam como papel central, na esfera empírica e teórica, a interação da ação política institucional e a não institucional (BRANDÃO, 2011). Nesse sentido, a atuação dos movimentos de mulheres, por seu turno, exhibe uma configuração própria em termos da relação do Estado e sociedade civil e a existente entre a política institucional e a não institucional.

A Participação Institucionalizada, nessa perspectiva, é uma rotina de interação que se caracteriza pela utilização “de canais de diálogo oficialmente sancionados” cujas regras são previamente estabelecidas – às vezes, pela própria lei – e que são aceitas por todos os envolvidos. Esta rotina se dá pela governança compartilhada, em que os atores estatais criam e conduzem o processo. Reuniões públicas documentadas formam arenas participativas formais, com o objetivo

explícito de ter influência sobre determinadas políticas e decisões sobre elas (ABERS, SERAFIM E TATAGIBA, 2014).

O diálogo dos movimentos de mulheres e feministas com o Estado tem propiciado a criação de ambientes institucionais e de formulação de políticas públicas responsáveis pela garantia dos direitos das mulheres (MIRANDA, 2009).

Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apontam três tipos de participação institucionalizada que predominam em nosso país: o orçamento participativo, os conselhos de políticas públicas e as conferências. Nosso enfoque recairá sobre as conferências e mais especificamente sobre as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres.

Como relatado em capítulo anterior, a 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ª CNPM) foi realizada entre 15 e 17 de julho de 2004, durante o governo Lula. Evento este que almejou a proposição de diretrizes para o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tendo como eixos temáticos foram: “enfrentamento da pobreza, superação da violência, promoção do bem-estar, efetivação dos direitos humanos, desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção do conhecimento”. (PETINELLI, 2011, p. 241)

A 2ª Conferência Nacional de Política para Mulheres ocorreu entre 17 a 20 de agosto de 2007, tendo como eixos temáticos: autonomia/igualdade; educação; saúde; enfrentamento da violência; participação no poder; desenvolvimento econômico; direito moradia, terra; cultura; enfrentamento ao racismo; enfrentamento à desigualdade; e monitoramento do plano – que se colheu como fruto da conferência anterior. (PETINELLI, 2011, p. 241; SPM, 2015)

Como destacaremos, neste estudo, a importância das conferências nessa rotina de interação durante o governo Dilma, apontando a atuação dos Conselhos Nacionais para sua realização, consideramos, assim, dois importantes momentos para o movimento de mulheres, a 3ª Conferência Nacional de Política para Mulheres realizada entre os dias 12 a 15 de dezembro de 2011; e a 4ª Conferência Nacional de Política para Mulheres que ocorreu entre os dias 10 a 13 de maio de 2016.

Essas Conferências foram convocadas pela presidência da República através da Secretaria Nacional de Política para Mulheres, e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), ratificando o compromisso com a promoção da “autonomia e igualdade das mulheres” do Estado brasileiro (SPM, 2013).

A 3ª CNPM deu-se em 2011. É assinalada, nos Anais de 3ª CNPM, que usamos como documento basilar nesta análise, a relevância deste Conselho, do Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres e da própria SPM, entidades estatais que se configuram como organizadoras do evento. Além disso, estabelece como “condição necessária” às políticas que promovem a igualdade de gênero, o compromisso do poder público e seu engajamento nos movimentos feministas e de mulheres, “para que se tornem realidade os avanços na elaboração, implementação e avaliação de ações e políticas” (SPM, 2013).

Miranda (2009) ressalta que a criação desses espaços institucionais é uma conquista dos movimentos feministas brasileiros resultantes de suas articulações com o poder estatal. A trajetória é marcada por negociações, impasses, conflitos, que geram ações específicas do Estado, e produz formas de institucionalização e de mediação dos interesses das mulheres, originando práticas de governabilidade democrática.

Segundo suas organizadoras, a trajetória de construção da Conferência foi “um dos seus maiores êxitos”, devido à participação de mais de 200 mil mulheres nos eventos estaduais e municipais etapas que a antecedeu (SPM, 2013, p. 6). Nessa conferência, foram aprovadas 91 resoluções para orientar a Política Nacional para as Mulheres, originárias de votação em plenária a partir de grupos de trabalhos.

Como princípios norteadores, para este processo de construção quanto para as políticas que virão nos âmbitos nacional, estadual e local, temos que buscar e garantir: a autonomia das mulheres como princípio gerador das políticas e ações do poder público; a busca da igualdade entre mulheres e homens, para que influencie nas desigualdades sociais em todos os âmbitos; o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de discriminação através de medidas efetivas para tratar as desigualdades em suas especificidades; o caráter laico do Estado para que as políticas públicas não se sustentem em crenças religiosas; a universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado de forma justa e transparente; a participação ativa das mulheres no diagnóstico da realidade social, formulação das políticas, implementação e controle social (SPM, 2013, p. 91).

A 3ª CNPM elabora recomendações e propostas para o Estado e para a sociedade brasileira fundamentadas no respeito às diferenças, enfrentamento e superação de múltiplas desigualdades experimentadas pelas mulheres. Cumpre salientar que a pluralidade de vivências das mulheres englobam as relações: de

gênero, de classe social, de raça, de etnia, heteronormatividade, de LGBTfobia, de diferenças geracionais, de necessidades especiais (SPM, 2013).

Diferentes sujeitos políticos possuem diversos olhares que geram peculiaridades nos processos de luta de cada grupo que devem ser salvaguardados. Como exemplo grupos de mulheres indígenas e de mulheres negras, possui demandas específicas, que exigem que as diversas práticas, paulatinamente, alarguem a concepção e o protagonismo dentro do feminismo brasileiro (CARNEIRO, 2003).

Os Anais incorporam todas as resoluções aprovadas nos Grupos de Trabalho e em Plenário, advindo das propostas que foram aprovadas na etapa estadual e que são sistematizadas para esta 3ª Conferência de caráter nacional (SPM, 2016).

No geral, Petinelli (2011) afirma que as conferências públicas influenciam de forma eficaz a construção da agenda de políticas públicas do governo federal, considerando que muitas propostas são realmente englobadas por esta instância governamental.

De acordo com o documento da 3ª CNPM, para que tal compromisso tenha viabilidade, o Estado precisa reconhecer, de forma permanente, que as desigualdades entre homens e mulheres são estruturantes das relações políticas e sociais. Ressaltam também que todos os cidadãos e cidadãs brasileiras precisam combater em suas práticas cotidianas qualquer forma de opressão e discriminação contra as mulheres. (SPM, 2013)

A 4ª Conferência Nacional de Política para Mulheres, por sua vez, ocorreu em um contexto político completamente diferente do de 2011. O Brasil imerso em uma crise política-institucional sem precedentes, que culminou com o encerramento do processo de impeachment contra a presidenta Dilma, terminando com isso a era do PT no governo federal por um “golpe” político. Arbitrariedades foram cometidas ao longo desse processo provocando uma série de mobilização de mulheres nas ruas, nas redes sociais, nas esferas estatais, em prol da primeira presidenta do país e contra ao incipiente projeto de governo divulgado por seu sucessor Michel Temer.

Nesse contexto, em 30 de março de 2015, por meio de Decreto Presidencial, foi convocada a 4ª CNPM, cujos eixos centrais de debates foram:

- I. Contribuição dos Conselhos dos Direitos da Mulher e dos movimentos feministas e de mulheres para a efetivação da igualdade de direitos e

oportunidades para as mulheres em sua diversidade e especificidades: avanços e desafios.

II. Estruturas institucionais e políticas públicas desenvolvidas para mulheres no âmbito municipal, estadual e federal: avanços e desafios.

III. Sistema político com participação das mulheres e igualdade: recomendações.

IV. Sistema Nacional de Política para as Mulheres: subsídios e recomendações. (SPM, 2015, p. 9)

A Ministra da SPM era Eleonora Menicucci e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher presidido por ela era composto por: Josanira Rosa dos Santos da Luz; Matilde Ribeiro; Justina Inês Cima; Alessandra da Costa Lunas/Contag; Maria Antônia Soares Salgado; Rosimere Maria Vieira Teles; Maria Aparecida Schumacher; Sheila Sabag; Rosane da Silva; Ivânia Pereira da Silva Teles; Silvana Brazeiro Conti; e Karoline Soares Chaves (SPM, 2016).

Essa Conferência visou reforçar as estratégias de diálogo com e entre os Organismos de Políticas para as Mulheres, os Conselhos de Direitos da Mulher, e as demais organizações de mulheres e feministas; e, ainda, criar mecanismos de mobilização e de representação que sejam eficazes e sólidos nos âmbitos federal, estadual e municipal. (SPM, 2016)

Os mecanismos, segundo o documento base, devem ser articulados às diversas vertentes do movimento de mulheres e dos grupos feministas, para que a complexidade que a conjuntura política e econômica apresentava fossem dirimidas (SPM, 2016).

Contudo, as mudanças que ocorreram neste período foram significativas por terem sido inúmeras e por terem sido drásticas. A Conferência aconteceu entre os dias 10 a 13 de maio de 2016, em Brasília, sob o tema “Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres”, no dia 12 de maio⁹, em meio a conferência a presidenta Dilma foi afastada do seu cargo por 180 dias.

⁹ Nas palavras de Olívia Santana: “Manhã de sabor amargo, aquela do dia 12 de maio de 2016, data em que a presidenta Dilma Rousseff foi afastada por 180 dias, após a abertura do processo de impeachment no Senado. Muitas de nós, mulheres feministas, estávamos em Brasília, participando da IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, cujo tema era ‘Mais Direitos, Participação e Poder para as Mulheres’. Uma ironia dramática.” (SANTANA, 2018, p. 161)

Nilma Lino Gomes também relata: Era uma manhã, em Brasília, com um céu impressionantemente azul como sempre nos apresenta o céu da capital do país. Dia 12 de maio de 2016. No dia anterior eu e técnicos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos arrumávamos às pressas as últimas caixas com os nossos pertences, separando o que era da administração pública e o que era pessoal. Fomos no carro oficial até a minha residência colocar as caixas dentro do apartamento e, ao nos despedirmos, choramos: eu, o motorista, o segurança, o chefe de gabinete e a secretária. (GOMES, 2018, p. 147 e 148)

Neste contexto, que se agravou no ano de 2016, podemos encarar como um período de constrangimentos políticos, segundo o entendimento de Carlos (2015), por um lado; e de estrutura de incentivos, por outro, em que as atoras estão sendo encorajadas/desencorajadas ao confronto político.

Este processo possui a nosso ver um caráter dialético em que, ao mesmo tempo, encoraja e desencoraja o confronto político. Encoraja o confronto devido à estrutura de oportunidade que se criou para os protestos nas ruas, por exemplo, motivado pelo descrédito por parte de parcela na representação política, por conta da leitura como golpe que o processo de impeachment adquiriu pelos setores de esquerda e mais progressistas da sociedade, inclusive dos diversos movimentos feministas.

Em seu Texto Base, a 4ª CNPM estabelece como proposta a discussão das

estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais e federativas. Assim, como nos processos de controle das políticas públicas e nas suas múltiplas formas de organização e de manifestação. (p. 9).

Pela torna-se necessário segundo a Teoria do Processo Político, analisar sempre o conjunto de oportunidades e ameaças presentes no mundo que cerca o movimento/indivíduos e que tem alguma probabilidade de afetar o bem-estar e o sucesso dos atores sociais (BRANDÃO, 2011). Encaramos esta proposição como um viés teórico, no sentido de que as estudiosas dos movimentos sociais devem estar atentas em suas análises, e com um viés pragmático, no sentido de auxiliar a estruturação pelos movimentos sociais de mecanismo de enfrentamento, especialmente em períodos que se nota a necessidade de uma alteração nos repertórios – ainda que essa alteração seja para aquele outro integrante de um rol já estabelecido.

Entendemos que as Conferências, espaços sancionados estatalmente, no caso desta em comento, por meio de decreto em 2015, podem se constituir em lugares para a discussão de tais mecanismos, já que Estado e sociedade civil podem ser aliados, de forma estratégica pelos movimentos para a persecução de objetivos, até certo ponto porque, os atores do componente político-institucional não tem demonstrado ir além, por exemplo, sancionando uma reivindicação que comprometa sua permanência no poder, como é o caso da descriminalização do

aborto, que pode provocar insatisfação de parte do eleitorado, comprometendo cargos eletivos.

A ação dos movimentos sociais possui impacto eleitoral que não pode ser desconsiderado, seja em termos de votos, seja no êxito em pautar interesses e demandas de grupos específicos, colocando-os na agenda política eleitoral. (BRANDÃO, 2011)

Matos e Paradis (2014) afirmam que o Estado possui uma tendência a conservar e perpetuar suas rotinas ao curso da história. As ideologias dominantes são reproduzidas pela elite política que costumam ocupar os principais cargos políticos e diante deste poder, eles administram de maneira seletiva o ingresso/acesso das pessoas aos recursos estatais. Em sua análise, traz como desdobramento dessa seletividade o delineamento de padrões “aceitáveis” de legitimidade que se torna, assim, abalizados como mais “democráticos”. No que concerne às questões de gênero, o exercício do poder do Estado mostra:

“uma forte inclinação e/ou pré-julgamento sobre as relações de gênero que o estruturam sendo ela, quase sempre, disfarçadas sob o manto da neutralidade de gênero no âmbito das instituições estatais (no Executivo, no Legislativo e no Judiciário). Mas essa neutralidade simplesmente não existe e pode-se sim afirmar a presença de inclinações patriarcais estruturadas no Estado brasileiro.” (MATOS e PARADIS, 2014, p. 60)

O próprio objetivo da Conferência não foi, então, o de elaboração ou reelaboração do Plano Nacional de Políticas, mas sim de apontar os mecanismos e as condições para o fortalecimento das Políticas, bem como das estruturas institucionais, objetivando uma maior participação:

As articulações dos movimentos feministas com os movimentos de mulheres para a construção de espaços institucionais empenhados em garantir os direitos das mulheres brasileiras, durante o período de 1985 a 2014, propõe um projeto de sociedade equitativa, isto é, simétrica entre mulheres e homens, e coloca como objetivo o rompimento da ordem patriarcal. (SPM, 2016, p. 10)

Os esforços devem ser feitos no sentido da despatricarcalização que consiste em produzir e conduzir de um modo orquestrado estratégias e mecanismos “de descolonização patriarcal e racial do Estado brasileiro e da sua forma de gestão pública, com vistas a reforçar uma nova etapa que tenha foco na conquista de resultados cívicos de políticas públicas”. (MATOS e PARADIS, 2014, p. 71)

Pelo documento, a promoção desta ideia seria o eixo central da 4ª Conferência, que se baseou nos “princípios de igualdade, de equidade e de justiça

social. Os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar as desigualdades de gênero.” (p. 10)

Esta proposição está em consonância com Paradis e Matos (2014), em que despatriarcalizar consiste em pensar um formato de Estado direcionado a promover a justiça social e da cidadania inclusiva de todas e todos. Para isso, faz-se necessário pensar na produção e condução, de forma orquestrada, das estratégias e dos mecanismos de descolonização patriarcal e racial. O escopo é de reforçar uma nova etapa em que o próprio Estado brasileiro almeje “os resultados cívicos de políticas públicas”.

Faz-se importante ressaltar que todas as negociações e garantias que emergiram de políticas voltadas para as mulheres foram frutos do confronto político dos movimentos de mulheres e feministas com organizações governamentais e não governamentais, que formam um campo relacional, cujo repertório permite que se essa dicotomia, essa polarização entre os atores seja dissolvida até certo ponto.

6.3. POLÍTICA DE PROXIMIDADE E A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA POLÍTICA

A política de proximidade é uma forma de interação Estado-sociedade que funciona através de contatos pessoais entre atores de Estado e a sociedade civil. Atores específicos obtêm distinção através de sua posição em um campo relacional, que lhes confere um nível de prestígio tal que lhes possibilita prescindir das mediações institucionais e/ou estruturas rituais que facultam acessos. A política da proximidade é característica de relações clientelistas. Contudo, não significa simplesmente uma troca de favores, mas, sobretudo, uma ferramenta para o atendimento de demandas públicas e para promover direitos coletivos (TEIXEIRA E TATAGIBA, 2005).

Entendida por muitos como lobby, a política de proximidade, ocorre no Poder Executivo e Legislativo. Ao longo da história do Brasil, mesmo sendo compreendida como política depreciativa foi utilizada pelos movimentos sociais junto a partidos políticos para a negociação e promoção de transformações sociais importantes (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014). Podemos destacar, na história recente dos movimentos que analisamos, o “lobby do batom” que foi orquestrado por

mulheres de diversos grupos no sentido de aprovar demandas na Assembleia Constituinte para a Constituição Federal de 1988.

Nesse estudo destacamos movimentos de mulheres e feministas, que passaram, nas últimas décadas, a responsabilizar o Estado por demandas associadas ao direito das mulheres, no sentido de práticas sociais (MIGUEL, 2014), tornando a sensibilização do poder estatal uma prioridade na agenda dos movimentos.

Abers, Serafim, Tatagiba (2014) indicam que consideráveis avanços na política brasileira foram frutos do contato direto entre os atores que demandavam e os que compunham o quadro estatal. Exemplificam com os processos que legislaram políticas públicas sociais e que ampliaram a cidadania como os que resultaram no Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Cidade, nos Sistemas Únicos de Saúde e de Assistência Social etc.

A eficácia dessa interação é ampliada principalmente em governos de cunho mais progressista, quando militantes têm a oportunidade de assumir cargos e tem sua voz legitimada enquanto autoridade pública pela sua posição no governo, como o caso dos governos da era do Partido dos Trabalhadores.

Quando tratamos de movimento de mulheres e feministas, não necessariamente significa a nomeação de líderes de coletivos feministas, de sindicalistas, de pessoas advindas de entidades feministas etc. Podemos alargar tal categoria e entender que nela abrange as mulheres cujos discursos são comprometidos com as causas pautadas pelas mulheres, com iniciativas políticas que mirem o combate a desigualdade de gênero na nossa sociedade, alargando inclusive às dimensões de raça e classe. Dessa forma, a questão da representação feminina na política assume protagonismo analítico.

O governo Dilma Rousseff carrega consigo o marco histórico de ter tido o maior número de mulheres no primeiro escalão da política brasileira. Durante os cinco anos e meio de governo, tomaram posse dezoito ministras (RUBIM e ARGOLLO, 2018), que dispusemos no quadro abaixo, com os respectivos ministérios que ocuparam (MELITO e PASSOS, 2017):

Quadro 1 – Apresentação das Ministras que compuseram o Governo Dilma Rousseff segundo cargos ocupados e os respectivos períodos, Salvador-Bahia, 2018.

Nome	Cargo	Período (mês/ano)
Anna Maria Buarque de Hollanda	Ministra da Cultura – MinC	01/2011 a 09/2012
Eleonora Menicucci Oliveira	Ministra-chefe da SPM	02/2012 a 10/2015
Emília Maria Silva Ribeiro Curi	Ministra da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC	04/2016 a 05/2016
Eva Maria Cella Dal Chiavon	Ministra-chefe da Casa Civil	03/2016 a 05/2016
Gleisi Helena Hoffmann	Ministra-chefe da Casa Civil	06/2011 a 02/2014
Helena Maria de Freitas Chagas	Ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social - SECOM	01/2011 a 02/2014
Ideli Salvatti	Ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos - MDH	04/2014 a 04/2015
Inês da Silva Magalhães	Ministra das Cidades	04/2016 a 05/2016
Iriny Nicolau Corres Lopes	Ministra-chefe da SPM	01/2011 a 02/2012
Izabella Mônica Vieira Teixeira	Ministra do Meio Ambiente	04/2010 a 05/2016
Kátia Abreu	Ministra da Agricultura	01/2015 a 05/2016
Luiza Helena de Bairros	Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR	01/2011 a 01/2015
Maria do Rosário Nunes	Ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos	01/2011 a 04/2014
Maria Fernanda Ramos Coelho	Ministra interina do Desenvolvimento Agrário	14/04/2016 a 19/04/2016
Marta Suplicy	Ministra da Cultura - MinC	09/2012 a 11/2014
Miriam Aparecida Belchior	Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão	01/2011 a 01/2015
Nilma Lino Gomes	- Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; - Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	- 01/2015 a 10/2015; - 10/2015 a 05/2016
Tereza Campello	Ministra do Desenvolvimento Social e combate à Fome	01/2011 a 05/2016

Fonte: Elaborado pela própria autora.

A sub-representação das mulheres na política é pauta e prioridades da agenda feminista a partir das últimas décadas do século passado (MIGUEL, 2014). Por esta razão, o aumento do número de mulheres compondo o quadro dos funcionários do Estado deve ser encarado como atendimento a uma demanda dos

movimentos, como uma conquista. Fato este que complexiza a categoria de análise em comento.

É historicamente sedimentado em nossa sociedade que esfera política está vinculada ao sexo masculino com atributos de seriedade, competência e de autoridade. Tal discurso gera um grau de confiança sobre o candidato do sexo masculino em detrimento à mulher.

Continuamos a enxergar por esta lente e a mesma visão já cansada dessa bifurcação se mantém. É historicamente sedimentado em nossa sociedade que as temáticas voltadas à política têm um ar masculino, de seriedade, de competência e autoridade. Tal discurso gera um grau de confiança no candidato homem em relação à candidata no gênero feminino.

A sub-representação das mulheres na política se relaciona com duas questões trazidas por Biroli (2010). A primeira se refere ao um problema da nossa democracia que a de reconhecer a igualdade formal entre as pessoas, formando um sistema de exclusão de alguns grupos sociais, como as mulheres, levando a uma invisibilização da desigualdade entre homens e mulheres. Castro (2007) nos leciona que a recusa à universalidade revela as heterogeneidades, a tolerância com a pluralidade e questiona o essencialismo de cada saber em si.

A segunda questão remete, mais especificamente, à manutenção da hierarquização que coloca as mulheres em subalternidade, relevando o papel da mídia como uma esfera de reprodução e transformações de práticas, valores e instituições – atuais formas de participação política da democracia. Assim, é legitimada formas de relações de gênero.

Segundo Biroli (2018, p. 76) os óbices obstáculos à participação das mulheres na política encontram-se nas esferas de representação política formal e também midiática, como relatado; mas, além disso, se encontra na “própria divisão sexual do trabalho no cotidiano, que rouba às mulheres tempo e recursos financeiros, condições preciosas para que tenham voz na esfera pública”.

Os estudos de Abramo (2000) analisam que isso é devido às imagens de gênero que são configurações das identidades masculina e feminina que se produzem social e culturalmente. Essas imagens são:

produzidas e reproduzidas desde as etapas iniciais da socialização dos indivíduos e estão baseadas, entre outras coisas, na separação entre o privado e o público, o mundo familiar e o mundo produtivo, e na definição de

uns como territórios de mulheres e outros como territórios de homens. (ABRAMO, 2000, p 89)

Entretanto, em alguns casos, como explicita Castro (2007), a divisão sexual do trabalho parou no reconhecimento de dicotomias, tais como trabalho doméstico, trabalho repetitivo, trabalho que exige habilidade manual como trabalho típico das/para mulheres. Antagônico a isso, o trabalho público, qualificado e melhor remunerado deve ser trabalho de homem.

Sacchi (2014) segue nos ensinando acerca das mulheres indígenas que, ainda que com suas sensíveis diferenças culturais entre si, “têm discutido a ausência de poder decisório feminino nas questões comunitárias e a desqualificação de suas demandas e ações por parte dos companheiros e autoridades indígenas” (p. 64).

Nota-se que esta construção acerca da divisão sexual do trabalho deve ser feita tentando eliminar as generalizações que universalizam os papéis de gênero; com isso, devemos pontuar que esta problemática não acomete a todas as mulheres brasileiras de maneira homogênea. Não obstante, os movimentos que pesquisamos trazem, no seu bojo, a questão da privação de espaço no âmbito público, da tomada de decisões comunitárias.

Entretanto, não podemos encerrar na eleição e nomeação de mulheres a cargos públicos, sendo uma das críticas ao governo em comento, a dificuldade dos movimentos não terem conseguido colocar nas campanhas eleitorais pautas históricas, como, por exemplo, a descriminalização do aborto. (LIMA, 2015)

Os governos da presidenta Dilma Rousseff foi um período que, como em capítulos anteriores analisamos, caracterizou-se não apenas pelos protestos e mobilizações diretas, como também por continuidade e coerência com o governo anterior em que os movimentos adotaram uma perspectiva com menos oposição e com uma participação mais institucionalizada. Assim, vê-se também essa relação em que integrantes de movimentos sociais passam a ocupar cargos, especialmente no alto escalão.

Em um recorte de gênero, neste período, Rubim e Argolo (2018) afirmam que houve fortalecimento da SPM com indicação de ministra relacionada ao movimento feminista. Indicam também a questão do aumento em, aproximadamente 18%, do orçamento desta pasta. As ministras deste período foram Iriny Lopes e Eleonora Menicucci (vide Quadro 1).

Em seu discurso de posse, em janeiro de 2011, Iriny Lopes ressaltou a importância do trabalho da SPM em conjunto com os Movimentos Sociais, afirmando que irá trabalhar lado a lado com a sociedade civil organizada (OBSERVATÓRIO DE GÊNERO, 2011).

Sobre seu comprometimento com a causa, relevamos os trechos do discurso quando momento da posse da ministra Eleonora, em fevereiro de 2012 (como indica o Quadro 1):

As mulheres têm dado passos significativos rumo à igualdade, mas sabemos o tamanho do desafio para romper uma cultura machista, sexista e patriarcal, passada de geração a geração. É função do Estado estabelecer políticas para enfrentar todo tipo de discriminação, sobretudo por ser o Brasil signatário de compromissos internacionais.
[...]

Mulheres, governantes, parlamentares, homens compromissados com a equidade de gênero, partidos políticos. Essa é uma luta de todas e de todos nós. Democracia é um conceito amplo, que não se restringe à política e à transparência dos atos públicos. Passa pela inclusão de milhões de pessoas no desenvolvimento sócio-econômico, na ampliação da cidadania e da efetivação de direitos. Essa é o nosso horizonte e o projeto de nosso governo. (SPM, 2012, a)

Eleonora Menicucci, discursando em janeiro de 2015, quando a presidenta reeleita compôs seu quadro ministerial e esta personagem assume como Ministra Chefe da SPM, ratificou a relação com os movimentos:

Queridas mulheres da Central Única dos Trabalhadores – CUT-, de todas as centrais sindicais, trabalhadora rurais, trabalhadoras domésticas, movimento de mulheres, movimento feminista, conto com a colaboração de vocês na responsabilidade pública que hoje assumo junto às mulheres brasileiras. (SPM, 2012b, p. 8 e 9)

Nominalmente, cita a Marcha das Margaridas, que tratamos em nossa primeira categoria, ao relatar a organização das mulheres do campo:

Fatos recentes indicam o quanto a organização de mulheres rurais tem aumentado sua participação nos espaços públicos, o que significa melhorias para suas comunidades. Exemplo relevante é a Marcha das Margaridas, que trouxe como tema: “Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, e enfatizou a constatação de que a pobreza, a desigualdade, a opressão e a violência predominam entre as mulheres trabalhadoras do campo. (SPM, 2012b, p. 7)

Ainda neste discurso, expõe uma perspectiva feminista em que interseccionaliza classe e raça e considera as múltiplas identidades das mulheres, denunciando a invisibilização de algumas dessas identidades no momento de formulação de políticas públicas:

Ainda persistem a invisibilidade e o desprezo na formulação de políticas públicas em relação ao trabalho necessário, mas invisível, de segmentos expressivos de mulheres: as trabalhadoras domésticas, as garis, as ribeirinhas, as pescadoras, as mulheres indígenas, as mulheres ciganas e as mulheres negras, entre outras tantas categorias. (p. 7)

Em 2015, após reforma ministerial, a secretaria passaria a ter status de ministério com a criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (Rubim e Argolo, 2018), assumindo, em 02 de outubro de 2015, Nilma Lino Gomes, como apresentamos no Quadro 1. Esta Ministra era a da Secretaria de Promoção à Igualdade Racial, que também possuía o status de ministério individualmente, como a SPM, e foi incorporado neste supraministério.

Por ser a Ministra da Secretaria de Promoção à Igualdade Racial, podemos ler a escolha de Nilma Lino Gomes para este novo Ministério, que reúne três Secretarias, como o relevo do recorte racial quando tratamos da questão de gênero, sendo tal personagem alinhada acadêmica e politicamente. Em discurso durante solenidade de assinatura de decretos de regularização de terras quilombolas e lançamento do edital de promoção da igualdade racial, suas palavras:

Sabemos que ainda temos um longo caminho a percorrer para superar o racismo enquanto desigualdade estrutural. Mas estamos avançando. E o mais importante: o governo federal tem sido acompanhado pelos movimentos sociais. Neste ato merecem destaque: as várias organizações do movimento negro, quilombola, do campo, de mulheres negras, rurais, da juventude negra e da juventude rural. Os movimentos sociais realizam o controle público necessário para o aprimoramento da democracia. Democracia conquistada com a luta e a com a força do povo brasileiro.

A ocupação de cargos em nível federal por militantes políticos como objetivo e estratégia dos movimentos para concretizar seus objetivos. Tendo em vista que quanto maior o número de cargos ocupados por colegas, amigos e companheiros de militância, maiores serão as oportunidades dos movimentos sociais de se envolverem na “política de proximidade” diante das possibilidades de negociações entre agentes estatais e não estatais nos espaços formais e informais onde ocorrerem as interações. (ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014)

Entendo, neste contexto, que a interação pela rotina da Política de proximidade deu-se pela atuação de pessoas que levam consigo os discursos em prol às agendas feministas, que funcionam como atoras nesse campo relacional, a exemplo das três ministras acima. E também pela própria relação dos movimentos organizados de mulheres – também atores – com processos legislativos e de

elaboração de programas de governo, nesse outro campo relacional, cujos discursos das ministras trazem como importantes. Os movimentos não apenas pautam a violência contra a mulher, como se utiliza de espaços formais, como as audiências públicas, para que sejam ouvidas, pressionando o poder estado.

Miguel (2014) vai além ao afirmar que isso ratifica a uma aceitação por parte dos movimentos das estruturas políticas vigentes, reduzindo assim margem para a utópica visão utópica de formas radicalmente novas de ação coletiva.

De fato, existe uma aceitação por parte dos movimentos acerca das estruturas vigente no que se refere à máquina pública. Percebe-se que muitos movimentos de mulheres e feministas possuem uma perspectiva estadista, isto é, de interação com o Estado, buscando-o para lograr seus objetivos. Não obstante, acreditamos que, ainda que em diálogo com o poder público, pode haver novas formas de ação coletiva, pode haver mudanças de repertório.

O período que se iniciou com o declínio da era PT e movido por novos elementos de articulações sociais, com é o caso das redes sociais virtuais, pode surpreender acerca das mudanças de repertórios de ação por parte dos movimentos de mulheres e feministas. Talvez tragam até mesmo de radicalidade que Miguel (2014) sugere ter sido minimizado.

Em relação à representação política, no último mandato de Rousseff havia seis mulheres no alto escalão do governo. Ao assumir, Michel Temer não nomeou nenhuma mulher e, após as críticas negativas, em setembro de 2016, Grace Mendonça assume posto na Advocacia Geral da União. A presença de uma mulher em um quadro de vinte e um componentes do alto escalão não constitui em igualdade de representação.

A Secretaria de Políticas de Mulheres também foi atingida, pois perdeu a seu status de ministério e sua autonomia tornando-se subordinada ao Ministério da Justiça e da Cidadania (MENEZES, 2017).

Termo de escrever esta análise com o resultado das eleições presidenciais de 2018, em que o projeto político que prevaleceu desenha um horizonte de perda de direitos sociais em diversas áreas. Destaco o plano de governo, divulgado pela Agência Brasil, no que tange à proposta para Direitos Humanos:

Em seu programa de governo, diz que a política de direitos humanos será redirecionada com prioridade para a defesa das vítimas da violência, como a reforma do Estatuto do Desarmamento e o direito de as pessoas terem armas

para usar em “legítima defesa”. Ele também defende a redução da maioria penal para 16 anos, é contrário à progressão de penas e as saídas temporárias de presos em datas especiais, os chamados saídas. (AGÊNCIA BRASIL, 2018)

As teóricas feministas e o próprio transcurso da história nos ensinam que, em cenários de maior repressão por parte do governo federal, as mulheres, especialmente negras, indígenas, trabalhadoras rurais etc, por tenderem a estar, enquanto categorias, em posição basilar na estrutura social do Brasil, sofrem com as consequências de forma mais acentuada e imediata.

Diante deste cenário, vislumbro que os movimentos de mulheres e feministas estão desafiados a alargarem suas pautas reivindicatórias, bem como promover análises em suas formas de agir, em seus repertórios de ação de interação com o Estado brasileiro, para que se promova o diálogo político a fim de tenham nossos direitos salvaguardados e novos sejam perseguidos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a atender ao objeto de estudo proposto, procuramos analisar como se compõem os repertórios de interação Estado-sociedade dos movimentos de mulheres e feministas no Governo Dilma Rousseff. Este estudo teve abordagem qualitativa, do tipo documental e bibliográfico conduzido pela Teoria do Processo Político, a partir das categorias de análise que as autoras chamam de rotinas de interação.

A análise dos repertórios de interação Estado-sociedade dos movimentos de mulheres e feministas no Governo Dilma Rousseff teve início com o levantamento bibliográfico sobre os movimentos de mulheres e feministas no Brasil desde a década de 1960 até o Governo Dilma Rousseff; o qual nos subsidiou com a trajetória histórica, política desses movimentos.

Na primeira categoria, como protestos e ação direta, assinalamos duas mobilizações, ou conjunto de mobilizações, durante o período, quais sejam: a Marcha das Margaridas e a Marcha das Mulheres Negras. Nomeamos, assim, de Protestos e Ação Direta: As Marchas de Mulheres.

Percebe-se pelo percurso histórico dos movimentos envolvidos nestas Marchas encontraram abertura no governo Dilma. Nota-se que, especialmente a Marcha das Margaridas, utiliza este modelo de protesto como etapa para alcançar o diálogo com o poder estatal; ao passo que a Marcha das Mulheres Negras, mesmo almejando a efetivação de direitos e espaço na agenda pública, adota uma perspectiva mais confrontacional.

Na segunda categoria, Participação Institucionalizada e as Conferências Nacionais de Política para Mulheres, discorreremos sobre a institucionalização dos movimentos de mulheres e feministas, destacando o caso das 3ª e 4ª Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres. Estas se estabelecem enquanto espaços formais, previamente sancionados pelo Estado, para propiciar a interação com os movimentos sociais dispostos. Os resultados de tais encontros é a apresentação de propostas a serem encaminhadas e exigidas do Estado. Os contextos político-institucionais de cada um desses eventos denotam tom reivindicatório das discussões, sendo que a 4ª Conferência se solidariza à presidenta, pois se dá no mesmo tempo e espaço do desfecho do seu impeachment.

O argumento da terceira categoria, Política de Proximidade e a Representação de Mulheres na Política envolve a discussão a respeito de como ligações entre movimentos e governos facilitam processos de atendimento de demandas. Nesta, entende as atoras políticas como aquelas que possuem seus discursos consonância com a pauta feminista.

O Governo Dilma foi um marco histórico de representação política, pela grande nomeação de mulheres alto escalão do governo. Argumentamos sobre o fato de que, mulheres, compondo o quadro de funcionários do estado cria uma estrutura de oportunidade política para que os movimentos de mulheres e feministas consigam não apenas pautar suas reivindicações, mas transformá-las em políticas públicas e demais ações estatais.

Nesta, discutimos aspectos da subrepresentação política, que teve um tímido marco durante o período. Tímido, pois, devido a participação de mulheres ter sido a maior da história, entendemos que poderíamos ter avançado mais no que concerne à promoção de concretas ações para dirimir a hierarquia de gênero, numa perspectiva interseccional.

Dois momentos legislativos podem ser ilustrados, nesse sentido, entre 2011 e 2016: a regularização do trabalho doméstico e aprovação da lei do feminicídio. Lemos o primeiro como uma conquista com décadas, quiçá séculos, de atraso; e a segunda ainda pouco convincente, pelas fragilidades contidas no texto final resultado de um acelerado processo legislativo, que temia a perda da possibilidade de aprovação por conta da alteração de projeto que se anunciava com o decorrer do processo de impeachment presidencial.

Como em um evento musical, não é possível abranger a obra completa de uma artista com vasta carreira. Assim, são elegidas algumas canções para que representem determinado espetáculo. Espera-se que, mesmo que se divida em atos, a título poético-organizativo, e apresentem temáticas distintas, ao estarem juntas, elas formem uma coesa linha que permita que a plateia – que assimilará à sua maneira – possa compreender a proposta. Assim, esse trabalho se compôs.

Os objetivos deste foram alcançados, uma vez que os achados e reflexões que emergiram da discussão podem subsidiar análises desse curto e recente período; gerando menos respostas que novas perguntas, a fim de promover novos estudos e levantar discussões.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, 2014.
- ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. *in* DELGADO, Didice G. et al. **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 111 a 134.
- ACCIARI, Louisa. “Foi difícil, mas sempre falo que nós somos guerreiras”—O movimento das trabalhadoras domésticas entre a marginalidade e o empoderamento. **Mosaico**, v. 7, n. 11, p. 124-147, 2016.
- AGÊNCIA BRASIL. **Veja as propostas de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro**. Publicado em 28/10/2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/veja-propostas-de-governo-de-jair-bolsonaro>
- AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 261-295, 2017.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- ALONSO, Angela et al. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, Angela. A POLÍTICA DAS RUAS: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer 1. *Novos Estudos*, p. 49, 2017.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Sociologia & antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21-41, 2012.
- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **cadernos pagu**, v. 43, p. 13-56, 2014.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, p. 41-47, 2014.
- BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos feministas**, v. 3, n. 2, p. 458, 1995.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 5ª ed. Revista e atualizada. Lisboa: Edições 70 - Brasil, LDA. 2016. 280 p.

- BASTOS, Sara Talice Santos. **Movimento – Partido – Estado: Os Repertórios de Ação de Militantes do Movimento Negro do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, 2017.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. **Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro**, 1970.
- BEZERRA, Carla de Paiva. Movimento Feminista Brasileiro: repertórios e estratégias de ação. **Revista Feminismos**, v. 2, n. 1, 2014.
- BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 90, p. 45-69, 2010.
- BOHN, Simone R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista Debates**, v. 4, n. 2, p. 81, 2010.
- BRANDÃO, Lucas Coelho. **A literatura sobre movimentos sociais: a interação entre política institucional e não institucional**. São Paulo, n 71, 1 semestre de 2011, pp. 123-143.
- BRASIL, 2014. LEI Nº 12.987, DE 2 DE JUNHO DE 2014. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12987.htm. Acesso em: 23 agosto 2018.
- BRASIL. **Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte**. Disponível em http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes/a-constituente-e-as-mulheres/Constituinte%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acessado em 05/07/2018.
- BRASIL. **Decreto n.º 5.030, de 31.04.2004**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>
- BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp150.htm. Acessado em 10/07/2018.
- BRASIL. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Programa Mulher, Viver Sem Violência. **Casa da Mulher Brasileira. Diretrizes Gerais e Protocolos de Atendimento**. Brasília, 2015.
- BRASIL. Presidente (2010-2016: Dilma Vana Rousseff). **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante ato de encerramento da 5ª edição da Marcha das Margaridas**. Brasília, 12 agosto 2015. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta>. Acessado em 23/08/2018.

BRINGEL, Breno. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. Comentários ao artigo de Sidney Tarrow. **Política & Sociedade**, v. 10, n. 18, p. 51-74, 2011.

CADWELL, Kia Lilly. Mulheres negras, militância política e justiça social no Brasil. **Revista Gênero**, v. 8, n. 1, 2012.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**, p. 39-63, 2011.

CAMPOS, Mariana de Lima; BRASIL, Flávia de Paula Duque. Movimentos de mulheres do campo e o estado: um estudo sobre as políticas voltadas ao enfrentamento da violência contra a mulher na realidade rural. 2017.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 17, n. 1, 2015.

CARNEIRO, Sueli [entrevista] (2011) '**Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**'. Geledes.org.br. [06 Março]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em 04/05/2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04/07/2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-401420030003000008>.

CARONE, Renata Rodrigues. **Como o movimento feminista atua no Legislativo federal?: estudo sobre a atuação do Consórcio de ONGs feministas no caso da Lei Maria da Penha**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/322705>. Acessado em 04/05/2018.

CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Solange Pereira. Movimento de mulheres negras e a luta pela afirmação dos direitos humanos no Brasil. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2013.

CASTRO, Mary Garcia. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. **Caderno CRH**. v. 5, n. 17, 2007.

CAVALCANTI, Manuella Paiva de Holanda; DE LIMA, Eden Tenório et al. Marcha das Margaridas: Participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, n. 5, p. 94-107, 2016.

CHARLES, TILLY. From mobilization to revolution. **Reading, Addison-Wesley Publishing**, 1978.

CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Revista Ser Social**, v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos pagu**, n. 16, p. 13-30, 2001.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, FFCH/UFBA, 1998. Salvador: NEIM/UFBA -Assembléia Legislativa da Bahia. (Coleção Bahianas; 02) Disponível em <http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/donasnopoder.pdf>. Acessado em 04/05/2018.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2013.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas (Col)**, núm. 26, 2007, pp. 92-101. Universidad Central. Bogotá, Colombia.

DA SILVA, Susana Maria Veleza. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. *Biblio 3w*: Barcelona. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 5, 2000.

DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

DE LIMA, Juliana Macedo (2015). **Dilma Rousseff e o movimento feminista: como as pautas femininas foram marcadas nos discursos na campanha eleitoral presidencial de 2010?** [online]. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2015/07/Artigo-GT3-LIMA-Juliana-Macedo-de.pdf>. Acesso em: 29/06/2018.

DE MELLO GUIMARÃES, Soraia; GONÇALVES, Raquel Quirino. Relações de gênero e divisão sexual do trabalho no meio rural: interlocuções com o movimento social “Marcha das Margaridas”. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 2, n. 1, p. 231-251, 2017.

DE MORAES, Thiago Perez Bernardes; SANTOS, Romer Mottinha. Os Protestos no Brasil: Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira. **Revista internacional de investigación en ciencias sociales**, v. 9, n. 2, p. 193-206, 2013.

DE OLIVEIRA LEMOS, Rosália. O carnaval axé-nkenda e a marcha das mulheres negras 2015: uma reflexão desde a perspectiva feminista negra. **Revista Gênero**, v. 16, n. 2, 2016.

DE SOUZA, Cláudio André. SINGER, André. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador [The meaning of Lulism: gradual reform and the conservative pact]. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, 276 p. **Conexão Política**, v. 2, n. 1, p. 167-174, 2013.

DE' CARLI, Caetano; COSTA, Elizardo Scarpatti. Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico. **Sociologia**, v. 26, p. 139-162, 2013.

DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. **OSAL, Observatorio Social de America Latina, ano VI**, n. 19, 2006. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf> Acesso em 15/07/2018.

DUARTE, Cristina Rothier; MELO, Lafayette Batista. Aphorizations and feminism on the internet: a study of short sentences used in the movement Primavera das mulheres. **Revista do Gel**, v. 14, n. 1, p. 269-287, 2017.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Estudos feministas**, v. 12, n. 1, p. 47, 2004.

FERNANDES, Maíra Cristina Corrêa. A tutela penal patriarcal: por que a criminalização do feminicídio não é uma conquista para o feminismo?. **Revista Transgressões**, v. 3, n. 1, p. 131-149, 2015.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 2, p. 1080-1099.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. **Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras**. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208.

FRANCO, Marielle. **Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo**. in RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018.

GARGALLO, Francesca. Feminismo latinoamericano. **Revista venezolana de estudios de la mujer**, v. 12, n. 28, p. 17-34, 2007.

GELEDES. **25 de Julho: Dia internacional da mulher negra Latina Americana e Caribenha – Construindo nossa história com autonomia**. Artigo publicado online em 23/07/2016. Disponível em <https://www.geledes.org.br/25-de-julho-dia-internacional-da-mulher-negra-latina-americana-e-caribenha-construindo-nossa-historia-com-autonomia/>. Acessado em 20/07/2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN: 9788522451425.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria Dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo: 2004.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, p. 433-447, 2014.

GOMES, Izabel Solyszko. Feminicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, n. 2, 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Golpe disfarçado de impeachment: uma articulação escusa contra as mulheres**. in RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018.

GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. / EmTese, Vol. 2, n 1 (2), p. 75-91. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91

gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5030.htm> Acesso em: 20/07/2018.

GURGEL, Telma. **Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade**. Seminário Internacional Fazendo Gênero, v. 9, p. 1-9, 2010.

IGLESIAS, Esteban. Los movimientos sociales bajo el gobierno de Lula Da Silva: entre la construcción del proyecto político y la institucionalización del diálogo político. **Revista SAAP**, v. 5, n. 1, p. 131-156, 2011.

KALIL, Livia Maria; MARRA, Carolina Alves. As contribuições da Marcha das Margaridas para o avanço da pauta agroecológica no Brasil. *Cadernos de Agroecologia*, v. 10, n. 3, 2016.

LACLAU, Ernesto. **Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out.,1986. *apud* GOSS, K. P; PRUDENCIO, K. / EmTese, Vol. 2, n 1 (2), p. 75-91. O conceito de movimentos sociais revisitado. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91

LEHER, Roberto. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. OSAL (Buenos Aires: CLACSO) N, v. 10, 2003.

LIMA, Cleiton Euzébio de. As nomeações para o Poder Executivo no Brasil a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. 113 fls. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Ciência Política, Universidade de Brasília, 2011.

MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia Ganacim Granado Rodrigues. Femicídio em cena: da dimensão simbólica à política. *Tempo Social*, v. 30, n. 1, p. 283-304, 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **cadernos pagu**, n. 47, p. 5-40, 2016.

MANIFESTO. Manifesto Da Marcha das Mulheres Negras 2015 Rumo a Brasília – 18 de Novembro de 2015. Disponível em <http://www.2015marchamulheresnegras.com.br/>. Acessado 20/08/2018.

MANO, Maíra Kubík; MACÊDO, Márcia Santos. **Direitos reprodutivos, um dos campos de batalha do golpe**. in RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs). *O Golpe na perspectiva de Gênero*. Salvador: Edufba (Coleção Cult), 2018. 186 p.

MARTINS, Carlos Eduardo. A “Primavera” brasileira: que flores florescerão?. **Lutas Sociais**, v. 17, n. 31, p. 140-152, 2013.

- MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos pagu**, n. 43, p. 57-118, 2014.
- MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **American journal of sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212-1241, 1977. *apud* ALONSO, Angela et al. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- MELITO, Leandro; PASSOS, Gésio. **Saiba quem foram as ministras do período democrático no Brasil**, 2016. Portal EBC. Disponível em <http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/saiba-quem-foram-ministras-do-periodo-democratico-no-brasil>. Acesso em 23/08/2018.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova: São Paulo, junho 1989. n. 17. Tradução de Suely Bastos. p 49-66.
- MENEZES, Eduarda Lattanzi. **Governo Dilma a partir da perspectiva de gênero nos âmbitos internacional e doméstico**. 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política (Anais eletrônico). Montevideo, julho de 2017. Disponível em <http://www.congresoalacip2017.org/site/anaiscomplementares2?impressao>. Acesso em 05/06/2018.
- MENICUCCI, Eleonora. **O golpe e as perdas de direitos para as mulheres**. *in* RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda (orgs). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018.
- MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero e Representação Política**. *in* MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (org). Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: ABRASCO, 2014, 14 ed.
- MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil**. Artigos e Papers do NIEM/UFRGS, 2009. Disponível em http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf. Acessado em 04/05/2018.
- MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; FLORES, Rafael Kruter; GOULART, Sueli. Estudos organizacionais e movimentos sociais: o que sabemos? Para onde vamos?. **Cadernos EBAPE. BR. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 3 (set. 2008), 14 f.**, 2008.

MMM. **O que é a Marcha Mundial das Mulheres?** Disponível em <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acessado em 22/08/2018.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Campinas, SP: [s. n.], 2007. Tese (Mestrado) – Mestrado em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278996>. Acessado em 04/05/2018.

OBSERVATÓRIO DE GÊNERO. **Iriny Lopes assume a Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Publicado em 04.01.2011. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/iriny-lopes-assume-a-secretaria-de-politicas-para-as-mulheres>. Acessado em 10/09/2018.

OLIVEIRA, Tatyane Guimarães. Feministas ressignificando o direito: desafios para aprovação da Lei Maria da Penha. *Rev. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 616-650, Mar. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2179-89662017000100616&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20/07/2018.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies**. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series, v. 1, p. 1-8, 2004.

PARADIS, Clarisse Goulart; SARMENTO, Rayza. A “PEC das domésticas” e os enquadramentos midiáticos sobre o trabalho de mulheres. **Sociedade e Cultura**, v. 19, n. 2.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. "Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio". **Cadernos de Pesquisa**, Florianópolis: UFSC, n. 21, p. 1-17, jun. 2000.

PEREIRA, Jesana Batista; DA SILVA OLIVEIRA, Dayana Sérgia; GOMES, Larissa Vitória Gabriel. **Marcha Das Margaridas: Trabalhadoras Rurais Em Luta**. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-ALAGOAS**, v. 4, n. 2, p. 205, 2018.

- PETINELLI, Viviane. As Conferências Públicas Nacionais e a formação da agenda de políticas públicas do Governo Federal (2003-2010). **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 228-250, 2011.
- PINGRET, Alexandra. Os movimentos sociais contemporâneos e a Marcha Mundial das Mulheres. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 13, n. 1, p. 205-220, 2013.
- RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. **Revista de História da UEG**, v. 1, n. 1, p. 43-63, 2012.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro: UFRJ, n° 2, 1995.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, p. 987-1004, 2008.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira . As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.2, n.2, p. 113-128, 1990. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84806>. Acessado em 04/05/2018.
- ROMERO, Karolyne; FIGUEIREDO, Marcus; ARAÚJO, Clara. **Participação feminina e dinâmica de campanha no HGPE nas eleições 2010 para a Câmara dos Deputados**. in ALVES, JE; PINTO, C. & JORDÃO, F. (orgs.). Mulheres nas eleições 2010. São Paulo: Associação Brasileira de Ciência Política /Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.
- RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. **Precisamos falar de Gênero**. in RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018.
- SACCHI, Ângela. Mulheres indígenas e participação política: a discussão de gênero nas organizações de mulheres indígenas. **Revista AntHropológicas**, v. 14, n. 1+ 2, 2003.
- SACCHI, Ângela. Violências, Direitos e Etnicidade: diálogos de gênero no universo indígena. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (Anais Eletrônicos), Natal, agosto de 2014.
- SANTANA, Olívia. **Sobre o golpe e as mulheres no poder**. in RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (orgs). O Golpe na perspectiva de Gênero. Salvador: Edufba, 2018.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, v. 12 . Florianópolis, maio/ago. 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil—Introdução. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 13-36, 2004.

SCHWADE, Elisete et al. Discursos e feminismos em movimento entre a Marcha Mundial de Mulheres e o MST. **Revista Sociais e Humanas**, v. 25, n. 2, p. 221-230, 2012.

SEPPPIR. **25 de Julho é Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra**. Artigo publicado online em 25/07/2014. Disponível em http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/noticias/ultimas_noticias/2014/07/25-de-julho-e-dia-nacional-de-tereza-de-benguela-e-da-mulher-negra. Acessado em 20/07/2018.

SEPPPIR. **Discurso da ministra Nilma Lino Gomes durante solenidade de assinatura de decretos de regularização de terras quilombolas e lançamento do edital de promoção da igualdade racial**. Publicado em 04/04/2016. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2016/04-abril/discurso-da-ministra-nilma-lino-gomes-durante-solenidade-de-assinatura-de-decretos-de-regularizacao-de-terras-quilombolas-e-lancamento-do-edital-de-promocao-da-igualdade-racial>. Acessado em 10/10/2018.

SILVA, Ana Maria de Oliveira Silva. **Integralidade da atenção à saúde: a percepção de mulheres em um serviço de aborto legal**. 113fls. il. 2014. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005, 4. ed.

SILVA, Salete Maria da. **A Carta que Elas Escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988**. 322 fls. 2012. Tese (Doutorado) Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SINDOMESTICA. **Histórico**. Disponível em <http://www.sindomestica.com.br/historico.php>. Acessado em 10/07/2018.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SPM. 2016. **PEC das Domésticas apresenta resultados positivos, comemora Creuza Oliveira**. Disponível em <http://www.spm.gov.br/4cnpnm/noticias/pec-das->

domesticas-apresenta-resultados-positivos-comemora-conselheira. Acessado em 10/07/2018.

SPM. **Discurso da deputada Iriny Lopes**. Publicado em 10/02/2012. Disponível em http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/10-2-discurso-da-deputada-iriny-lopes/view. Acessado em 10/10/2018a.

SPM. **Discurso Ministra Eleonora**. Publicado em 24/02/2012 Disponível em: http://www.spm.gov.br/area-imprensa/ultimas_noticias/discursos-ministra-eleonora/view. Acessado em: 10/10/2018b.

SPM. **II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres**. Publicado 23/10/2015. Disponível em <http://www.spm.gov.br/4cnpm/outras-conferencias/2a-conferencia>. Acessado em 10/09/2018.

SPM. **Perfil da nova ministra da SPM Eleonora Menicucci**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/area-imprensa/documentos-1i>. Acessado em 20/08/2018.

SPM. **Programa 'Mulher, Viver sem Violência'**. Publicado 04/09/2014. Disponível em <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/programa-mulher-viver-sem-violencia>. Acessado em 10/09/2018.

TARROW, Sidney. Power in movement: social movements, collective action and politics. Cambridge, University Press, 1994. *apud* DE' CARLI, Caetano; COSTA, Elizardo Scarpati. Os movimentos sociais ea crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico. **Sociologia**, v. 26, p. 139-162, 2013.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 35-62, 2014.

TATAGIBA, Luciana. Relação entre movimentos sociais e instituições políticas no cenário brasileiro recente. **Reflexões em torno de uma agenda preliminar de pesquisa**. In: Alvarez, S. et all (eds) **Interrogating the Civil Society Agenda: Social Movements, Civil Society and Democratic Innovation**, 2009.

TOMAZETTI, Tainan Pauli; BRIGNOL, Liliâne Dutra. A Marcha das Vadias e o fenômeno do feminismo comunicacional: usos sociais do Facebook na construção de políticas de identidade de gênero na sociedade em rede. **Revista de Estudios para el Desarrollo Social de la Comunicación**, n. 11, p. 26, 2015.

TORRES, Iraíldes Caldas; FREITAS, Marcos Antonio Braga de. O movimento de mulheres indígenas em roraima: o protagonismo feminismo na luta pelos seus direitos. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.

TOURAINÉ, Alain. Los movimientos sociales. **Revista colombiana de sociología**, n. 27, p. 255-278, 2006.

TREINTA, Fernanda Tavares et al. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, v. 24, n. 3, p. 508-520, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2017. 176 p